

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO AGROPECUÁRIO
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –
AMAZÔNIA ORIENTAL

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MARLENE NAOYO ABE

MÁRTIRES DE ABRIL: O MST SEMEANDO A UTOPIA CAMPONESA

Belém-Pará
2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO AGROPECUÁRIO
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –
AMAZÔNIA ORIENTAL

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MARLENE NAOYO ABE

MÁRTIRES DE ABRIL: O MST SEMEANDO A UTOPIA CAMPONESA

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra

Belém-Pará
2004

ABE, Marlene Naoyo

Mártires de Abril: o MST semeando a utopia camponesa / Marlene Naoyo
Abe. – Belém: UFPA – Centro Agropecuário / EMBRAPA – Amazônia Oriental, 2004.
199 f.: il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará. Curso de Pós-
Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

1. Trabalhador rural. 2. Assentamento. 3. Cooperação agrícola. 4.
Organização social. 5. Reforma agrária. 6. Estrutura agrária. 7. Política agrária. I.
Título.

CDD 331.763

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO AGROPECUÁRIO
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –
AMAZÔNIA ORIENTAL

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MARLENE NAOYO ABE

MÁRTIRES DE ABRIL: O MST SEMEANDO A UTOPIA CAMPONESA

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Data da defesa: 31/05/2004

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra
(Orientador)

Profª Drª Jane Felipe Beltrão (Examinadora
interna)

Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro Trindade Júnior
(Examinador externo)

Profª Drª Maria de Nazaré Ângelo-Menezes
(Examinadora suplente)

Belém-Pará
2004

Aos camponeses e às camponesas que com audácia e coragem
desafiaram o poder dos donos do latifúndio em defesa da humanidade;

Aos trabalhadores e trabalhadoras rurais que
compreenderam a necessidade dos outros para conquistar a sua utopia;

A todas as pessoas que ingressaram nas fileiras do
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra para quebrarem as
amarras da solidão e, juntos, pularem a cerca em busca da liberdade da terra;

Aos Mártires de Abril (in memorian) que tomaram em luta pela liberdade;

Às famílias do Assentamento Mártires de Abril
pela corajosa persistência na construção da utopia camponesa;

Ao meu pai, Noboru Abe (in memorian), e à minha mãe, Reiko Abe,
filhos de agricultores, migrantes japoneses que atravessaram oceanos
em busca de prosperidade na Amazônia.

AGRADECIMENTOS

No decorrer do Curso de Mestrado, especialmente, no período da pesquisa de campo e da elaboração da presente dissertação compreendi que a realização desse trabalho só foi possível pelo empenho e contribuição de inúmeras pessoas, sem as quais jamais concluiria, por isso, expresso os meus sinceros e profundos agradecimentos:

Aos membros da Direção Estadual do MST-PA que atenderam à solicitação de informações e dados sobre o MST no Estado do Pará;

Ao Jorge Neri, liderança, atual membro da Coordenação Estadual, que me possibilitou conhecer o MST e durante anos me deixou informada sobre todos os acontecimentos e transformações na luta pela terra e reforma agrária; os empréstimos e doações de livros, bem como me estimulou a realizar pesquisa sobre o Movimento;

Ao Joaquim Santos, liderança do Assentamento Palmares, pela entrevista concedida sobre a história de formação do MST no Estado do Pará; ao Gladson, do Assentamento Palmares que me acompanhou no período de visita ao Assentamento; à Joselma Pereira, da Direção Estadual do MST-ES, e ao Daniel Barbosa pelas informações sobre a origem do MST;

Ao Nonato, membro da Direção Estadual, que há anos tem contribuído com informações sobre as lutas do MST na Região;

Ao Charles Trocate, poeta, atual membro da Direção Nacional, que tem contribuído profundamente com informações sobre a história político-organizativa do Movimento, acompanhando e repassando freqüentemente as informações solicitadas e empréstimo e doações de diversos livros;

Ao Ulisses Manaças, membro da Direção Estadual, que tem contribuído com informações, empréstimos de livros sobre o Movimento, me possibilitou a participação nas reuniões do MST, estimulou a realização da pesquisa no Assentamento Mártires de Abril e se dispôs a longas entrevistas sobre a história de ocupação e constituição do Assentamento;

Ao Valdir (Secretaria Estadual) e à Ayala pelas informações e fornecimento de dados sobre o MST no Estado do Pará;

Aos membros da coordenação do Assentamento Mártires de Abril que permitiram a minha participação nas suas reuniões e nos arrastões dos Núcleos de Base;

Aos coordenadores dos Núcleos de Base, José Arimar, Francisco Chagas, Alex, Vanda, Maurício, Graça, DeJane, Moacir, Arlindo pelas entrevistas e valiosas informações sobre o Assentamento, o funcionamento e a produção agropecuária dos Núcleos de Base;

Aos militantes João e França (atual membro da Direção Estadual), à militante Maria dos Anjos, que me receberam e me acompanharam na primeira visita realizada e as informações iniciais sobre o Assentamento Mártires de Abril; ao militante Jô pelas informações e acompanhamento em uma visita realizada ao Assentamento e à Eliete pelas informações sobre o Setor de Educação do Assentamento;

À Téo e ao Mamede (Coordenador) pela carinhosa acolhida em sua casa em diversas visitas no período de reconhecimento da área, e à Tereza pelas acolhidas nas primeiras visitas realizadas no Assentamento;

À Conceição e ao Orivaldo pelo carinhoso acolhimento em sua casa nos períodos em que estive realizando o trabalho de campo e pelas informações prestadas;

Ao Sr.Pardal e D.Antonia, D.Jacira e Sr.Batista, D.Oneide pelas entrevistas concedidas;

Ao Prof. Jean Hébette, meus eternos agradecimentos pela carinhosa disposição em atender aos meus pedidos de ajuda, orientação acadêmica, as cartas de recomendação encaminhadas e, principalmente, o estímulo aos estudos na reflexão sobre o campesinato, bem como o compartilhamento dos nossos momentos de alegria;

Ao Prof. Gutemberg Guerra, como orientador, com paciência e dedicação me estimulou nos momentos de fragilidade e tensão, proporcionando conhecimentos e aprofundamento das questões em relação à pesquisa, me ajudando a superar tantas dúvidas surgidas no decorrer do trabalho, disponibilizando o seu acervo bibliográfico, sem o qual não conseguiria encerrar meu trabalho;

À Profª Jane Beltrão, duplo agradecimento pela valiosa contribuição na qualificação, o carinho pela revisão de meu texto e agora pela participação na banca examinadora;

Ao Prof. Saint-Clair Trindade por aceitar em participar da banca examinadora e as contribuições na avaliação, proporcionando maior aprofundamento das categorias teóricas;

À Profª Fátima Carneiro pela avaliação da primeira versão de meu projeto de pesquisa e sugestões importantes na qualificação;

À ex-coordenadora do MAFDS, Profª Maria de Nazaré Ângelo-Menezes e à atual Coordenação, Profª Laura Angélica Ferreira e Profª Socorro Kato;

Aos demais professores e professoras do curso pela possibilidade de aprofundar meus conhecimentos e de olhar a realidade da agricultura familiar e desenvolvimento sustentável de forma mais crítica: Iran Veiga, Rosa Acevedo Marin, Sérgio Martins, Delma Pessanha Neves, Orlando Nobre, Tatiana Sá, Ima Célia, Edna Castro, Fernando Mendes, Christophe Albaladejo;

À Vera Fadul, bibliotecária do Centro Arapecuário, pelo atendimento às solicitações nas orientações e sua disposição em contribuir com o trabalho dos alunos;

À equipe de apoio administrativo do MAFDS e NEAF, Marina, Marizete e Fátima, pela paciência e atenção nos tantos momentos que necessitei de apoio, e à Maristela, pela paciente disposição na reprodução dos inúmeros textos;

Aos componentes da Direção da Secretaria Executiva de Agricultura do Estado do Pará (SAGRI) que autorizaram a liberação das minhas atividades profissionais possibilitando a realização do Curso de Mestrado;

Aos membros da Direção da CODEM, representado pelo Sr. José Roberto Pereira de Oliveira, Diretor de Patrimônio, pela doação do Mapa do Assentamento Mártires de Abril;

À Margarida, minha irmã, que durante anos, incansavelmente, com empenho e dedicação, tem realizado revisões nos meus textos, me reanimando nos momentos de fragilidade, estimulando à continuidade, sem a qual talvez não chegasse a concluir essa labuta; e às demais irmãs, Madalena e Marta, que sempre me encorajaram nos momentos mais difíceis de minha vida;

Ao Otávio Rodrigues (Editor), Roberto Moraes e Wagner, componentes da Revista Em Questão, ao Carlos Henrique, Dion e Augusto, pelo apoio na organização e reprodução das fotografias, ilustrações e mapas, disponibilizando os equipamentos de informática, fotografias e documentos de jornal e tantas outras ajudas operacionais na finalização do meu trabalho;

Ao amigo João Marcelo que sempre esteve presente, não somente nos momentos de alegria, mas também nos momentos de angústia e fragilidade, me estimulando, tirando as dúvidas, contribuindo nas reflexões teóricas, me ajudando a superar as tantas dificuldades que surgiram no decorrer do curso, seja de ordem pessoal, seja de operacionalidade (administrativa), seja no conhecimento;

Às/aos demais colegas da turma, Patrícia, Márcia e Fabrício, pela oportunidade de relacionamento durante o curso e o compartilhamento das dificuldades e das tarefas acadêmicas, bem como os debates, as trocas de informações sobre as experiências profissionais durante as aulas;

Aos amigos do curso, Dvandro, Paulinho, Jorginho, James e à amiga Soraya, pela oportunidade de amizade, a troca de informações e experiências, o compartilhar de nossas inquietações, insatisfações, dificuldades e, principalmente, dos nossos momentos de alegria;

Aos/às colegas de trabalho da SAGRI que, apesar de não estarem presentes cotidianamente nesses dois últimos anos, sempre manifestaram incentivo e apoio à busca de meus sonhos;

E, finalmente, à Juçara e à Samira, minhas filhas amadas – razão de meu sonho e projeto de vida – pela compreensão por tantos momentos de ausência, durante todos esses anos em que estive dedicada aos estudos, às viagens de campo e em meio aos conflitos e atropelos, o compartilhar das inúmeras dificuldades e momentos de angústia no cotidiano de nossas vidas.

CIDADANIA

Cidadania é dever do povo.
Só é cidadão
quem conquista o seu lugar
na perseverante luta
do sonho de uma nação.
É também obrigação:
a de ajudar a construir
a claridão na consciência
de quem merece o poder.
Força gloriosa que faz
um homem ser para outro
homem,
caminho do mesmo chão,
luz solidária e canção.

Thiago de Mello (2001)

RESUMO

A descrição do Assentamento Mártires de Abril e a análise dos processos de construção das práticas e do discurso sobre sua organização e gestão são o objeto deste trabalho. Desse modo é que se definiu como temática o Estudo das Formas de Organização de Assentamento do MST com a perspectiva de pensar os processos sociais que se foram construindo nos assentamentos de Reforma Agrária do MST no Pará, e a sua complexidade, a partir da experiência do Assentamento Mártires de Abril que apresenta peculiaridades.

A forma de organização da produção é uma tentativa de se implantar o projeto de organização de assentamento do MST, que, neste trabalho, foram assim denominados: Grupo Coletivo ou de Produção no Sistema de Cooperação; Semi-coletivo ou Produção Familiar Integrada e Individual ou Produção Familiar Não Integrada.

Nesta perspectiva, definiu-se como objetivos do trabalho: compreender os limites e as possibilidades de implementação das formas de organização de assentamento do MST, associando coletivismo e gestão familiar, a partir da experiência do Assentamento Mártires de Abril; identificar os limites e as possibilidades das formas de organização da produção coletiva numa perspectiva de construção da proposta de assentamento; identificar as representações sociais no processo de construção da organização social, econômica e política do assentamento.

Foi possível identificar que no Assentamento Mártires de Abril predomina a perspectiva de uma forma de organização da produção coletiva com possibilidade de se desenvolver a semi-coletiva e a individual; existência de diferenciação no nível político-ideológico de cada pessoa assentada, resultando na distinção dos estágios de desenvolvimento dos núcleos de base, o que vai determinar a forma de organização de cada núcleo e as estratégias de reprodução e que o contexto que o Assentamento Mártires de Abril apresenta é de estágio em desenvolvimento, com expressão de conflitos ainda evidentes, face ao processo de definição de uma forma própria de organização de assentamento. Entretanto, existe uma tendência, em médio prazo, à configuração de um projeto definido como uma nova alternativa de assentamento com elementos culturais da velha forma de produção, mesclada à uma nova proposta baseada na exploração semi-coletiva e culturas diversificadas.

Palavras-chave: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, luta pela terra, assentamento rural, formas de produção, cooperação agrícola, organização social.

ABSTRACT

The description of the Mártires de Abril Nesting of and the analysis of the processes of construction of practical and the speech on the is organization and management are the object of this work. In this way it is that if it defined as thematic the Study of the Forms of Organization of Nesting of the MST with the perspective to think the social processes that is had been constructing in the nestings of the Agrarian Reformation of the MST in Pará, and its complexity, from the experience of the Mártires de Abril Nesting that presents peculiarities.

The form of organization of the production is an attempt of if to implant the project of organization of nesting of the MST that, in this works, thus had been called: Collective group or Production in the System of Cooperation; Half-collective or Familiar Production Integrated and Individual or Not Integrated Familiar Production.

That perspective defined as objective do work: to understand the limits and the possibilities of implementation of the forms of organization of nesting of the MST, being associated collectivism and familiar management, from the experience of the Mártires de Abril Nesting; to identify to the limits and the possibilities of the forms of organization of the collective production in a perspective of construction of the nesting proposal; to identify to the social representations in the process of construction of the social, economic organization and politics of the nesting.

It was possible to identify that in the Mártires de Abril Nesting it predominates the perspective form of organization of the collective production with possibility of if developing the half-collective one and the individual one; existence of differentiation in the politician-ideological level of each seated person, resulting in the distinction of the periods of traing of development of the base nuclei, what it goes to determine the form of organization of each nucleus and the reproduction strategies and that the context that the Mártires de Abril Nesting presents is of period of training in development, with expression of still evidences conflicts, face to the process of definition of a proper form of nesting organization. However, a trend exists, in average stated period, to the configuration of a definite project as a new alternative of nesting with cultural elements of the old form of production, mixed to the new one proposal based in the half-collective exploration and diversified cultures.

Key-words: Rural settlers workes movement, fight for the land, rural settlerment, forms of production, agricultural cooperation, social organization.

LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Assentamento Palmares, Município de Parauapebas	p. 60
Figura 02	Localização dos Assentamentos do MST-PA	p. 61
Figura 03	Tribunal Internacional Contra os Crimes do Latifúndio, Belém-PA	p. 62
Figura 04	Acampamento 26 de Março, Município de Marabá	p. 68
Figura 05	Marcha pela Paz do MST-PA	p. 69
Figura 06	Coluna da Infâmia	p. 70
Figura 07	Acampamento Elizabete Teixeira, Ilha de Mosqueiro / Belém ..	p. 71
Figura 08	Formação política e técnica dos militantes do MST-PA, Assentamento Palmares	p. 74
Figura 09	Município de Belém e seus Distritos Administrativos	p. 76
Figura 10	Município de Belém – Malha Urbana	p. 79
Figura 11	Ação de despejo das famílias do Acampamento Mártires de Abril	p. 91
Figura 12	Criança ofertando flores para o Comandante da PM	p. 94
Figura 13	Estrada de acesso ao AMA	p.106
Figura 14	Norte da Ilha de Mosqueiro, localização do Assentamento Mártires de Abril	p.107
Figura 15	Assentamento Mártires de Abril	p.109
Figura 16	Rua Manoel Gomes de Sousa	p.110
Figura 17	Coqueiros consorciados com pasto	p.110
Figura 18	Barracão da APROAMA	p.112
Figura 19	Área do Bosque, piscina do AMA	p.113
Figura 20	Escola Infantil do AMA	p.114
Figura 21	Moradia no lote	p.116
Figura 22	Moradia no lote	p.117
Figura 23	Residência construída ao lado do barraco	p.119
Figura 24	Reunião da CA	p.122
Figura 25	Encontro dos setores (educação, saúde e produção)	p.123
Figura 26	Reunião do NB Liberdade da Terra	p.124
Figura 27	Componentes do NB armazenando ração	p.126
Figura 28	Organograma sócio-político do AMA	p.127
Figura 29	Reunião com famílias que trabalham na PFNI	p.128
Figura 30	Galpão de galinha caipira	p.131
Figura 31	Cultivo de plantas ornamentais	p.136

LISTA DE SIGLAS

AMA	Assentamento Mártires de Abril
APROAMA	Associação dos Produtores do Assentamento Mártires de Abril
CA	Coordenação do Assentamento
CAS	Cooperativas Agrícolas Sandinistas
CCS	Cooperativas de Crédito e Serviços
CFAP	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CODEM	Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana
COE	Comando de Operações Especiais
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
COOMASP	Cooperativa Mista dos Assentamentos de Reforma Agrária do Sul e Sudeste do Pará
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DABEL	Distrito Administrativo de Belém
DABEN	Distrito Administrativo do Bengui
DAENT	Distrito Administrativo do Entroncamento
DAGUA	Distrito Administrativo do Guamá
DAICO	Distrito Administrativo de Icoaraci
DAMOS	Distrito Administrativo de Mosqueiro
DAOUT	Distrito Administrativo de Outeiro
DASAC	Distrito Administrativo da Sacramenta

DIOE	Divisão de Investigações e Operações Especiais
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EFC	Estrada de Ferro Carajás
FASE	Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará
GEBAM	Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas
GETAT	Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MEAF	Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários
MEB	Movimento de Educação de Base
MP	Ministério Público
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NB	Núcleo(s) de Base
NEP	Novo Programa Econômico
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PA	Projeto de Assentamento
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PFI	Produção Familiar Integrada
PFNI	Produção Familiar Não Integrada
PGC	Programa Grande Carajás
PIN	Programa de Integração Nacional
PM	Polícia Militar
PMB	Prefeitura Municipal de Belém
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSC	Produção no Sistema de Cooperação
PT	Partido dos Trabalhadores
RMB	Região Metropolitana de Belém
SDDH	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
SEGEPE	Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão
SEMAJ	Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
SSP/PA	Secretaria de Estado de Segurança Pública do Pará
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
TABA	Transportes Aéreos da Bacia Amazônica
TJE	Tribunal de Justiça do Estado
UDR	União Democrática Ruralista
UHE	Usina Hidrelétrica de Tucuruí
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA
 AGRADECIMENTOS
 EPÍGRAFE
 RESUMO
 ABSTRACT
 LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES
 LISTA DE SIGLAS

APRESENTAÇÃO 17

EM BUSCA DA LIBERDADE DA TERRA 20

PARTE I OCUPAR

I A LUTA PELA TERRA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO 39

II *ESTAMOS NA LUTA: O MST NO PARÁ* 53

2.1 E A LUTA CONTINUA 62

PARTE II PRODUZIR

III O AROMA DA TERRA DE BELÉM 75

IV NOVA ESPERANÇA EM MOSQUEIRO 83

V CONSTRUINDO UMA NOVA VIDA 106

5.1 APROPRIAÇÃO E USO DO TERRITÓRIO 111

5.2 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA 119

5.3 AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO 131

5.3.1 O Núcleo de Base *Com Deus Venceremos* 144

5.3.2 O Núcleo de Base *Liberdade da Terra* 148

5.3.3 O Núcleo de Base *Nova Vida* 154

5.3.4 O Núcleo de Base *Aroma da Terra* 157

PARTE III RESISTIR

VI	OCUPAÇÃO, PRODUÇÃO E RESISTÊNCIA NA <i>TERRA SANTA</i> ..	161
	a) A organização das moradias	161
	b) A organização social e política	165
	c) A organização da produção	172
VII	CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
VIII	BIBLIOGRAFIA CITADA	186
IX	ENTREVISTAS REALIZADAS E DEPOIMENTOS	192
X	APÊNDICE	193
XI	ANEXOS	194

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação é resultado de dois anos de engajamento (2002-2003) na 4ª promoção do Curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, do Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar, do Centro Agropecuário, da Universidade Federal do Pará em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental. O curso é realizado com a participação do Museu Paraense Emílio Goeldi.

Para a realização do curso contou-se com a liberação das atividades profissionais da Secretaria Executiva de Agricultura do Estado do Pará (SAGRI) e com a aproximação da organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Constitui-se em uma reflexão sobre a forma de organização de um assentamento, localizado no Município de Belém, e explora-se, neste exercício acadêmico, os aspectos experimentais da organização sócio-espacial.

A realização do presente trabalho é uma pretensão cultivada desde 1997, período em que lideranças do MST-PA buscavam a criação de uma Secretaria em Belém. Assim tinha início o contato e as primeiras conversas sobre o Movimento, as perspectivas de crescimento na sua organização política, as dificuldades que já eram percebidas ao nível econômico, isto é, na produção e comercialização, necessitando debruçar-se nestas questões em busca da superação dos limites. Preocupados com as questões econômicas que incidiam diretamente na organização política, foi criada a Cooperativa Mista dos Assentamentos de Reforma Agrária do Sul e Sudeste do Pará (COOMASP). Os militantes e lideranças do MST ligados ao Assentamento Palmares, ainda não detinham experiências sobre

cooperativismo e sobre sistema de cooperação agrícola, tendo início as discussões com as famílias sobre a importância do trabalho coletivo, visando introduzir práticas de produção semi-coletiva como uma preparação para a produção coletiva, porém sua implantação em nível experimental ocorre no Núcleo *Filhos da Terra*, formado por dez famílias. O Assentamento Palmares foi o local selecionado para a realização da pesquisa, porém alguns impedimentos surgiram no decorrer do curso, exigindo a mudança do local de pesquisa. Obtive informações sobre o Assentamento Mártires de Abril, estimulando-me a realizar a pesquisa neste assentamento e, entre 07 e 11/08/2002, foi realizada a primeira visita, e o primeiro contato, propriamente dito, com as lideranças, componentes da Coordenação do Assentamento.

Ainda sem definir concretamente o objeto de pesquisa, partia-se, dessa vez, para uma visita de reconhecimento da área e obtenção das informações iniciais sobre o assentamento: sua história de ocupação, sua organização, produção e base social. Posteriormente, foram realizadas visitas a convite de membros da Direção ou da Coordenação e para realização do trabalho de campo: de 03 a 05/09/2002, 31/01/2003, 12/02/2003, 16 e 21/03/2003, 06/04/2003, 14 a 16/06/2003, 16 a 22/07/2003 e de 31/07 a 08/08/2003.

A área contava com a facilidade de acesso pela proximidade do centro de Belém, possibilitando realizar diversas viagens com baixo custo, uma vez que não contava com nenhuma ajuda institucional para as despesas de pesquisa. Somou-se a essas motivações, o fato de ser um assentamento novo, no sentido cronológico de sua constituição (havia pouco mais de 6 meses, em novembro de 2001, a homologação do Decreto do Projeto de Assentamento), portanto, ainda em fase inicial de sua construção, embora o período de ocupação tenha sido de três anos, ou seja, o processo de organização social e política já acontecia, desde o início da

ocupação da área (1999).

Percebeu-se que este assentamento seria o local onde se poderia investigar suas experiências no processo de construção de um projeto de assentamento e sua organização de espaço social, pretendendo constituir-se em uma reflexão quanto aos elementos que compõem as práticas do processo de organização do Assentamento Mártires de Abril.

EM BUSCA DA LIBERDADE DA TERRA

Quero a utopia
 Quero tudo e mais
 Quero a felicidade nos olhos de um pai,
 Quero a alegria, muita gente feliz,
 Quero que a justiça reine em meu País
 Quero a liberdade, quero o vinho e o pão,
 Quero ser a amizade, quero amor, prazer
 Quero nossa cidade sempre ensolarada
 Os meninos e o povo no poder
 Eu quero ver....
 (...)
 Assim dizendo a minha utopia
 Eu vou levando a vida
 Eu vou viver bem melhor,
 Doido pra ver o meu sonho teimoso
 Um dia se realizar...
 Milton Nascimento e Fernando Brant
 (1989)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) surge no Estado do Pará em 1990, quando foi realizada a primeira ocupação, a Fazenda Ingá, no sul do Estado, Município de Conceição do Araguaia. Sua presença política só se efetiva com a segunda ocupação da Fazenda Rio Branco, no Município de Parauapebas, onde as relações com a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) tomam a dimensão de intenso conflito, resultando na conquista do primeiro assentamento. A conquista do segundo assentamento, o Palmares, na mesma Região, demarca a consolidação do MST no Pará.

Para se compreender o nascimento do MST no Pará, é preciso analisar o contexto histórico-político em que emergiu esse Movimento que, por sua vez, vem ampliando seu espaço no processo da luta pela terra.

Na década de 70, com a abertura da Transamazônica, intensifica-se a migração de grande número de trabalhadores rurais e camponeses, desempregados e sem-terra, vindos do Nordeste, Sul e Sudeste do País em busca de terra de trabalho. Junta-se a esse panorama, nos anos do Regime Militar (1964-1985), o clima de repressão contra a Guerrilha do Araguaia, seguindo-se à década de 80, a

criação do Programa Grande Carajás (PGC), a construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE), o *boom* da mina de ouro da Serra Pelada, paralelamente à criação da União Democrática Ruralista (UDR) e a criação do “Polígono dos Castanhais”. É esse o contexto que determina a construção do MST na Região.

Depois da primeira ocupação, realizada em 1990, somente em 1998 o Movimento chegou às proximidades da Região Metropolitana de Belém (RMB), ocupando uma área de terra, no Município de Castanhal, a antiga Fazenda Bacuri, a 70 km de Belém, atual Assentamento João Batista II e, em 1999, finalmente chega à Capital, ocupando uma fazenda na Ilha de Mosqueiro, constituindo-se o Assentamento Mártires de Abril (AMA), em novembro de 2001.

Durante esses anos, o MST tem aprimorado o seu método de ocupação de terras e constituição de acampamentos, dentro de suas estratégias de organização política no Estado, não se preocupando devidamente com a construção dos assentamentos, embora presentes em suas bandeiras de luta as reivindicações de crédito para produção e comercialização e infra-estrutura para seus assentamentos.

Após algumas experiências, os dirigentes e as lideranças do MST avaliam as dificuldades que se enfrentam no processo de construção de assentamentos, diferentes das experiências consolidadas de ações de ocupação e organização de acampamentos. Os elementos que se identificaram como dificuldades foram amplamente debatidos, resultando na elaboração da cartilha “*O que Levar em Conta para a Organização do Assentamento – a discussão no acampamento*” (2001), uma publicação da Direção Nacional do MST para a formação dos militantes e dos dirigentes e com o objetivo de elucidar os elementos e os aspectos necessários e

embasar as reflexões com as famílias acampadas sob o “novo jeito de organizar o assentamento” (CONCRAB, 2001a, p.05).

Tal proposta apresenta a combinação de sete ações para a configuração de uma estrutura de assentamento que tenha a marca do MST, e que deverão ser discutidas, ainda na etapa do acampamento, chamando atenção para a necessária aplicação das ações, caso contrário, o resultado final ficará comprometido (CONCRAB, 2001a, p.19-8). Essas ações consistem dos seguintes itens:

- O Controle Político sobre o Projeto de Assentamento (PA) e o Corte da Área;
- O Sorteio em Grupo de Famílias;
- O processo de Titulação;
- A Organização da Moradia;
- A Organização dos Núcleos de Base (NB);
- A organização da Produção e da Cooperação Agrícola;
- A Formação como Método de Acompanhamento e Qualificação da Consciência.

A proposta apresenta os “Elementos Complementares a serem Considerados”, destacando a necessidade de debates como contribuição no fortalecimento do Núcleo Básico da proposta (CONCRAB, 2001a, p.18-24):

- os serviços internos nos assentamentos são considerados os mercadinhos, transporte interno; a escola; a infra-estrutura social; a cooperação agrícola de nível superior, tendo o trabalho coletivo como uma forma superior de cooperação; a religiosidade; o embelezamento; a memória e os símbolos da luta; a motivação ideológica; as manifestações artísticas e culturais; os hábitos de saúde; as lutas de massas.

Levando em conta o Núcleo Básico da proposta, não se pretende trabalhar nesta dissertação todos os elementos que o compõem, mas, para este projeto de pesquisa, destacam-se alguns aspectos do Assentamento Mártires de Abril: a agrovila ou a questão das moradias, os Núcleos de Base e as formas de organização da produção, que constituem parte importante no processo de organização do Assentamento, embora todos os elementos sejam referências para demonstração de como foi e como está se constituindo essa configuração do assentamento. Expressam os argumentos de um dirigente para a caracterização do AMA e que se define como “novo tipo” (MANAÇAS, 2003)¹ e reflete o controle da organização sobre o espaço:

- o corte da área realizada a partir de uma definição política do MST, a Coordenação do Assentamento (CA);
- a formação dos Núcleos de Famílias ou Núcleos de Base, por livre escolha das famílias;
- gestão descentralizada: gestão da produção, da mão-de-obra, da aplicação dos recursos sob a responsabilidade dos Núcleos de Base;
- as decisões amplamente discutidas com as famílias, nos Núcleos, e decididas nas Assembléias ou no “arrastão”²;
- a discussão do Núcleo de Moradia ou da agrovila;
- a produção diversificada.

Alguns desses elementos compõem o Núcleo Básico da Proposta geral do MST. Considerando a realidade local (como se destaca no projeto básico) de acordo

¹ MANAÇAS, Ulisses, membro da Direção Estadual do MST-PA, assentado, entrevistado por M.N.A. em 15.03.2003.

² Arrastão é uma experiência da origem do MST, do Rio Grande do Sul que tem como objetivo “referendar debates e proposições dos Núcleos ou para remeter um debate para os Núcleos. As reuniões são realizadas Núcleo por Núcleo para discussão e decisão por cada Núcleo. Comumente, no AMA, o arrastão é programado para ser realizado seqüencialmente, isto é, inicia em uma manhã com o NB 1 (Com Deus Venceremos), seguindo na seqüência, até o NB 10 (Estamos na Luta).

com as especificidades de cada região, no Estado do Pará, existem experiências de agrovilas centralizadas em grandes assentamentos como no Assentamento Palmares, no Assentamento 17 de Abril e no Assentamento 1º de Março. Estes apresentam problemas organizacionais e se busca superar, a partir de novas experiências, como no Acampamento 26 de Março onde já existe um projeto de novo assentamento com todos os aspectos definidos e em processo de implementação.

Nessa perspectiva, poder-se-ia afirmar que a experiência do AMA se insere ao novo desenho de assentamento? Quais os elementos que caracterizam a forma de organização no AMA?

As observações iniciais enveredam para a definição de que essa experiência é a tentativa de construção de uma forma específica de organização, a partir de algumas características como a localização da área na Capital, não se constituindo como uma área rural propriamente dita, mas uma área peri-urbana, situada num balneário, portanto, um local de veraneio para uma significativa parcela da população de Belém e se compõe um centro turístico importante do Estado; um espaço físico reduzido o que configura o tamanho médio dos lotes, em torno de 3,6 ha por família, muito reduzido, pois, se comparado ao que normalmente se pensa como estabelecimento camponês na Amazônia³; a organização social formada pelos Núcleos de Base, os quais realizam atividades de produção coletiva e familiar, pretendendo-se trabalhar na forma semi-coletiva. A esses aspectos soma-se a particularidade na formação da base social, porque uma significativa parcela das famílias assentadas é proveniente da periferia de Belém, não se constituindo, portanto, de famílias oriundas diretamente do campo. Atentando para a relação das

³ Os lotes distribuídos ou atribuídos aos assentamentos de reforma agrária têm variado ao longo da história do País, reduzindo-se a em torno de 25 hectares (Ver Guerra, 2001)

famílias com o campo, considerando que a formação da população de Belém é constituída por uma parcela significativa de famílias provenientes do interior do Estado.

Tais reflexões se direcionam para uma outra pergunta: quais as representações sociais dos assentados sobre as formas de organização do Assentamento?

Todas essas questões levam à definição do estudo sobre as formas de organização de assentamento, dando ênfase aos Núcleos de Base (NB) ou Núcleos de Famílias e às formas de organização da produção coletiva, sendo os locais para o desenvolvimento do trabalho de campo, os Núcleos de Famílias e a Coordenação do Assentamento. De outro modo, a análise da forma de organização de assentamento, tendo como principalidade os aspectos dos processos sociais que configuram os NB e as formas de organização da produção coletiva.

Nesta perspectiva foram definidos como objetivos do estudo compreender os limites e as possibilidades de implementação das formas de organização de assentamento do MST, associando coletivismo e gestão familiar, a partir da experiência do AMA; identificar os limites e as possibilidades das formas de organização da produção coletiva, visando a construção da nova proposta de assentamento; identificar as representações sociais no processo de construção da organização social, econômica e política do assentamento; e verificar as mudanças sociais ocorridas nos processos de construção da nova forma de assentamento.

Para o desvelamento das questões levantadas em direção aos objetivos definidos, tomou-se, como referência, as hipóteses de que no AMA predomina a forma de organização da produção coletiva com possibilidade de se desenvolver a forma semi-coletiva e a individual; a existência de diferenciação no estágio de

Comentário: A hipótese central não seria a de que o Assentamento ~Mártires de Abril é um embrião de novas práticas no MST?

desenvolvimento de cada família assentada, resultando na diferenciação dos estágios de desenvolvimento dos Núcleos de Base, o que vai determinar a forma de organização de cada núcleo vinculada às estratégias de reprodução; e de que o contexto que o AMA apresenta é de estágio em desenvolvimento, com expressão de conflitos ainda evidentes, face ao processo de definição de uma forma própria de organização de assentamento. Existe uma tendência, em médio prazo, à configuração de um projeto definido como uma nova alternativa de assentamento, com elementos culturais da velha forma de produção mesclada à uma nova proposta que se baseia na exploração semi-coletiva e culturas diversificadas.

Esse estudo tem como referência, o conceito de coletivismo que se fundamenta numa sociedade utópica e que o MST almeja construir, expresso em seu Cadernos de Formação e em artigos publicados.

Para evidenciar tais reflexões e os objetivos traçados, o AMA foi considerado como uma experiência de organização de assentamento específica, optando-se pela observação direta de quatro Núcleos de Base: o NB *Com Deus Venceremos*, por ser uma experiência coletiva; o NB *Liberdade da Terra* pela definição de uma linha de produção específica (gado de leite); o NB *Nova Vida* pelos problemas que se enfrentaram relacionadas à produção e mudanças na composição do grupo e o NB *Aroma da Terra* pela divisão em dois grupos: um grupo que estabeleceu moradia no lote e o outro, que definiu morar na vila.

O estudo pretende analisar como se foram processando a construção e implementação do assentamento e conseqüente constituição dos NB, divergindo na forma de organização social e econômica, o que configura a complexidade das representações sociais que vão incidir numa forma de organização de assentamento. Esse enfoque analítico conduziu à identificação das mudanças

Comentário: Esta é a sua hipótese principal.

ocorridas no processo de construção do AMA, os limites e as possibilidades de construção da forma alternativa de assentamento proposto pelo MST.

Nessas áreas selecionadas ao estudo, definiu-se utilizar para coleta de dados a observação e as entrevistas com os membros da coordenação dos núcleos e algumas famílias. A pesquisa é um estudo de caso do AMA, desde sua constituição, em 2001, até os dias atuais.

Na investigação foi utilizada a pesquisa qualitativa, destacando-se as informações, através de entrevistas com lideranças, militantes e famílias assentadas sobre suas idéias, seus projetos, seus conceitos e a observação das reuniões da Coordenação do Assentamento, dos arrastões e do cotidiano no assentamento, e foram analisados à luz das referências teóricas expressas no desenvolvimento do texto.

O conceito referencial de análise é o coletivismo, demonstrando algumas experiências de coletivização no mundo, mostrando como foi se construindo tendo como fundamento a sociedade utópica. As elucidações teóricas do coletivo nos movimentos sociais no Brasil pós 70, refletem sobre como o coletivo é construído nos assentamentos do MST, particularmente no AMA.

O ponto de partida para a reflexão é o conceito de Utopia que, no senso comum, denota uma idéia de algo não realizável, de um sonho fantasioso. É o que popularmente ouvimos. Para aqueles que buscam a construção de uma sociedade diferente, uma sociedade onde não exista a injustiça, a desigualdade e o desemprego pode ser um apelo à fantasia para enfatizar a força do significado do sonho que almeja conquistar, a utopia de felicidade coletiva. É essa nova sociedade buscada incessantemente por aqueles que acreditam na utopia.

O contexto histórico em que viveu Morus (1478-1535), entre o século XV e XVI, quando a religião, a lei divina e a igreja detinham o poder, a partir dessa mesma abordagem fundamenta sua crítica à sociedade injusta e desigual, apoiando-se em um projeto de sociedade ideal, utópica, a Ilha Utopia, o que se constituiu no sonho dos socialistas.

Tomás Morus (1997), séculos antes de Marx estudar a sociedade capitalista e preconizar uma sociedade socialista, fundamentando-se nos princípios religiosos, imagina uma sociedade utópica, sem propriedade privada nem dinheiro, um ideal de sociedade, um Estado diferente, em que todos partilhem, coletivamente, dos bens necessários à felicidade humana, em que o importante é a vida humana e, por isso, a sociedade está estruturada: suas leis, suas instituições e a organização da produção em função da felicidade coletiva. O contexto desta obra merece ser realçado porque, apesar da idéia de igualdade entre os cidadãos, a escravidão existia, mas o escravo não era considerado cidadão.

Se utopia é conquistar um mundo diferente, em que a exclusão social seja suprimida da sociedade e, portanto, sendo prioridade a inclusão, então, que as condições sociais de reprodução da vida humana seja a diretriz. É essa a sociedade que almejam construir aqueles que sonham por um mundo livre das mazelas da desigualdade e da desumanização.

Morus imagina uma sociedade onde os males, criados numa estrutura em que existe a propriedade privada, não são conhecidos. Na sociedade utopiana, a Constituição regula o bem de todos, de tal modo que existiria a participação em comum da repartição dos bens produzidos. Os costumes, as leis que regulam a vida do povo, as guerras, a concepção de culto e de religião e a forma de organização da vida e dos recursos, sem circulação do dinheiro, no sistema de escambo, a forma

como se organiza a estrutura social e econômica ocorrem em função da felicidade coletiva. Morus destaca que:

... onde existe a propriedade privada, onde todo o mundo avalia as coisas em relação ao dinheiro, dificilmente é possível estabelecer nos assuntos públicos um regime que seja ao mesmo tempo justo e próspero; (...) Estou portanto convencido que os recursos só podem ser repartidos com igualdade e justiça, que os negócios dos homens só podem ser bem administrados, se for suprimida a propriedade privada. Enquanto ela subsistir, a parte mais numerosa e melhor da humanidade carregará um pesado e inevitável fardo de miséria e de preocupações. Reconheço que esse fardo pode ser aliviado numa pequena medida; mas suprimi-lo completamente é impossível (MORUS, 1997, p.61-2).

A liberdade consiste na realização do trabalho para a produção de bens alimentares e dos bens necessário a todos, mas cada um escolhe livremente a que atividade profissional quer se dedicar, resguardando sempre o tempo para o descanso e o lazer, o tempo ao prazer. Tudo é produzido em função da necessidade, da proteção e do bem estar das pessoas. Assim é que Morus enfatiza:

Além da agricultura, que todos conhecem, como eu disse, cada um aprende o ofício que lhe agrada e que será o seu. (...) Assim, todos trabalham em objetos úteis que só são necessários em número limitado; a produção pode portanto tornar-se demasiado abundante. A população é então levada a reparar as estradas se estiverem com defeitos. Também sucede com freqüência que, na falta de qualquer trabalho desse gênero, seja decretada uma diminuição geral da jornada de trabalho. Com efeito, os magistrados não desejam fatigar os cidadãos inutilmente e contra a vontade deles. Pois a Constituição busca unicamente, na medida em que as necessidades públicas o permitam, assegurar a cada pessoa, para a liberação e o cultivo de sua alma, o maior tempo possível e um lazer desvincilhado de toda sujeição física. Nisso reside para eles a verdadeira felicidade (MORUS, 1997, p.79 e 85).

Inspirados ou não na Ilha Utopia, os socialistas idealizaram uma sociedade utópica e realizaram diversas experiências de coletivismo na tentativa de construção de uma estrutura social e econômica socialista.

Shanin menciona que não se pode afirmar que existe necessariamente uma relação entre socialismo e coletivização, uma vez que existem experiências de coletivização em sistemas capitalistas, como no Irã, do Xá, ou na Tunísia. Do mesmo modo, muitas experiências de coletivização em regimes socialistas que fracassaram ou nem chegaram a ser implantadas (SHANIN, 1990).

Na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas-URSS (1917-1991), a coletivização foi iniciada com o Novo Programa Econômico (NEP), período de (re)organização sócio-econômica, em que 85% da população estava engajada na agricultura, em mãos de pequenos camponeses – processo de reconstrução do país, depois da insurreição. As cooperativas organizadas pelos camponeses adotavam formas de auxílio mútuo, que eram as formas chamadas TOZ⁴ e, em 1930, foram substituídas pelas fazendas coletivas (SHANIN, 1990, p.29).

As experiências de coletivização na Nicarágua foram de dois tipos: as Cooperativas Agrícolas Sandinistas (CAS) que eram de produção agropecuária, em que as terras (título coletivo), o trabalho e o capital, as perdas, os lucros e a assistência técnica eram coletivos e da qual participavam os semiproletários e os camponeses sem terra ou com pouca terra, existindo ainda uma pequena parcela de terra onde cada cooperado trabalhava individualmente. As Cooperativas de Crédito e Serviços (CCS) que se constituía de camponeses individuais, segmento do campesinato médio e rico, que se agrupava para conseguir crédito e serviços de assistência técnica e era mais mobilizado e encontra um objetivo imediato na organização, já que nessa nova estrutura acha respostas às suas aspirações (SLUTZKY, 1985, p.121).

Esta forma de organização influenciou, em parte, a concepção de cooperação agrícola do MST no Brasil na tentativa de se construir formas de organização diferenciadas com base nas referências socialistas, ou seja, preconizando mudanças na estrutura da sociedade e do sistema capitalista.

⁴ TOZ (Tovarichtchestvo Obchstvenoi Zapachki) eram organizações similares a cooperativas de trabalho, na qual os camponeses compartilhavam os instrumentos de trabalho, adotando formas de auxílio mútuo nas atividades de produção agrícola, realizando o cultivo coletivo da terra; os meios de produção eram propriedade de cada membro do grupo. O regulamento permitia o trabalho na terra privada desde que fosse dedicado uma parte de horas ao trabalho na terra coletiva (CONCRAB, 2001, p.9).

A *comuna popular* rural da China é uma cooperativa de produção integral que teve origem nas formas de organização em *equipe de entre ajuda* e *cooperativa socialista avançada*.

Existem outras experiências importantes como o *kibutz* de Israel e as Cooperativas de Produção Agropecuária Cubanas, uma vez que, em parte, cada uma dessas experiências inspirou a formulação de projetos de estrutura social, econômica e política do MST para os seus assentamentos de Reforma Agrária na perspectiva de construção de territórios similares às experiências socialistas, constituindo-se em uma espécie de embriões de sociedades socialistas nas estruturas de assentamentos.

Essas experiências mostram como a perspectiva do coletivismo tem sido importante sob o ponto de vista de transformação das estruturas das sociedades que se disseminam no mundo e, nesse sentido, evidencia-se que o coletivo tem acompanhado o percurso de construção dos movimentos sociais, particularmente, no campo, com probabilidade de mudanças na estrutura social e econômica, cuja expressão se apresenta de diversas formas – associativismo, cooperativismo, mutirões, grupos. A existência de uma diversidade muito grande de formas de organização social ou econômica em uma comunidade ou em assentamentos, forma uma rede complexa de relações que se estabelecem em comunidades camponesas que buscam a construção de formas de solidariedade social, como bem menciona Slutzky (1985) em referência à reconstrução da sociedade nicaragüense.

A prática do cooperativismo está presente nas experiências socialistas da Ásia e da África como demonstra Máslennikov no estudo *O Movimento Cooperativo nos Países da Ásia e da África*:

A forma mais compreensível, eficaz e democrática de passagem das pequenas explorações camponesas para uma atividade altamente produtiva podem ser as cooperativas baseadas na propriedade coletiva da terra. É

Comentário: Como você demonstraria esta afirmação de que o coletivo tem sido o fio condutor no percurso dos movimentos sociais? O que é este coletivo? Carvalho e Sousa vão definir mais adiante mas e você, como definiria o coletivo e o coletivismo? Você concorda com tudo o que foi dito? Que outras categorias se assemelham a coletivo (povo? massa? proletariado? Como aparecem na literatura? Ler Doimo e Sader?

através das cooperativas que é possível realizar, nas bases do voluntariado, a passagem gradual da pequena produção para a grande. Neste caso as explorações camponesas não se arruínam, mas tornam-se parte componente das grandes explorações coletivas, cujos membros são unidos pelos interesses e acções comuns. Dá-se a mudança qualitativa da propriedade individual da terra. Uma parte da terra torna-se propriedade da cooperativa e a outra continua a pertencer ao seu proprietário em forma de economia auxiliar ou concede-se-lhe em usufruto se se abole a propriedade privada da terra (MÁSLENNIKOV, 1983, p.68-9).

Souza menciona em sua tese que

... a idéia de coletivos de produção e cooperativas coletivas estiveram presentes no final do século XVIII e início de XIX na Inglaterra, num outro contexto histórico, conforme relata Singer (1998). A idéia das *Aldeias Coletivas* foi proposta por Owen, em 1817, como parte de um plano para acabar com a pobreza, mediante o emprego (SOUZA, 1999, p.160).

Tais referências apontam que o MST buscou diversas experiências no mundo para formular uma proposta a ser implementada em seus assentamentos, resultando nessa complexidade e diversidade de relações, somando-se a uma nova forma nos assentamentos de reforma agrária, o semi-coletivo, que se combina com outras formas coletivas na organização econômica das famílias. Destacamos aqui somente as formas de coletivismo organizadas informalmente, ressaltando as diferenças entre o coletivo e o semi-coletivo em relação, principalmente, à apropriação da terra, o que vai incidir na forma de participação das famílias.

Os estudos de Carvalho evidenciam essa diversidade e complexidade das formas coletivas (1998, p.5-6), enfatizando que o coletivismo é uma forma de comunidade, cuja característica é ser um grupo de famílias que vivenciam os mesmos interesses, objetivos e problemas. Desse modo, Carvalho expressa que

... a **comunidade** (...) caracteriza-se pela identidade comum e a coesão social entre um grupo de pessoas e ou de famílias a partir da aceitação consensuada de determinados ideais, aspirações, interesses e ou objetivos. Num povoado pode existir uma ou mais comunidades assim como uma comunidade pode abranger pessoas e ou famílias de mais de um povoado (CARVALHO, 1998, p.6).

Carvalho identifica, ainda, que a expressão *coletivo* manifesta diversos significados, sendo os mais comuns:

Coletivo total: tanto a apropriação da terra como a produção, a comercialização de produtos e de insumos e a repartição do produto do trabalho são coletivizadas; Semi-coletivos: a de ocorrência mais freqüente a que combina atividades produtivas particulares da família singular, objetivando a produção de subsistência, e algumas atividades de produção, de maneira geral destinadas para o mercado, em trabalho coletivo; Semi-coletivos e coletivos: combinação entre formas de associativismo onde o coletivo total num determinado assentamento pode dar-se para apenas um grupo de trabalhadores rurais, sendo que os demais trabalhadores ou atuam individualmente ou participam em outros grupos semi-coletivos, conforme acima comentado (CARVALHO, 1998, p.6).

Quando se efetua uma análise sobre o coletivo, implica mencionar uma questão bem presente nos processos sociais: a solidariedade, enquanto princípio norteador das formas de organização social dos grupos, das comunidades e dos assentamentos. A solidariedade social é um processo em construção no qual a participação e a democracia são elementos importantes dos princípios de organização. Neste sentido, Maria Antonia Souza evidencia a participação como um sentimento de pertencimento a um dado grupo e a solidariedade um novo elemento como princípio norteador de uma nova prática:

A solidariedade manifesta-se nas ocupações (mutirões; ajuda dos assentados aos acampados, através da doação de alimentos; divisão das tarefas; distribuição da alimentação, entre outros), nas manifestações (unidade do grupo heterogêneo em relação aos objetivos da manifestação), caminhadas e, principalmente no espaço da mística (os símbolos e palavras de ordem envolvendo dimensão subjetiva dos envolvidos e objetiva do processo de luta) (SOUZA, 1999, p.33-4).

O cotidiano de dinamicidade do assentamento com a atuação organizativa dos núcleos de base constituem elementos importantes para a formação de novas idéias, a identificação dos objetivos de cada assentado vinculados aos objetivos do assentamento e da reforma agrária - uma prática de freqüentes debates sobre as diversas situações que surgem no dia-a-dia do assentamento.

Essa nova realidade vivenciada é analisada por Sader: a “emergência de novos sujeitos políticos”, vistos como “indicadores da emergência de novas identidades coletivas”, movimentos sociais que surgem após os anos 70, manifestando-se o sujeito coletivo. Esse sujeito coletivo se configura com os novos

movimentos nos idos dos anos 80, quando se manifestam os movimentos operários, tomando o espaço público, fazendo acontecer uma nova história política no País.

Embora seu estudo se refira aos movimentos sociais urbanos, sua análise na construção dos novos elementos corresponde a um traço comum expresso nos Movimentos Sociais do Campo surgidos nessa década, período histórico de gestação do MST: “a idéia de autonomia, como elaboração da própria identidade e de projetos coletivos de mudança social a partir das próprias experiências” (SADER, 1991, p.53).

Nessa perspectiva, pode-se reafirmar o conceito de sujeito coletivo expresso por Sader:

Quando uso a noção de sujeito coletivo é no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas (SADER, 1991, p.55).

Um outro elemento importante a considerar neste estudo refere-se aos conceitos de terras de uso comum e terras de uso coletivo, que incide no trabalho realizado coletivamente em que a terra é utilizada de forma coletiva.

Não é muito difícil confundir os significados de terra de uso comum e de uso coletivo, o que leva à necessidade de conceituar as diferentes categorias. A forma de apropriação da terra em que o uso comum se faz presente é aquela realizada pelas populações extrativistas, indígenas e comunidades negras em quilombolas, em que os modos de produção são similares. Essas populações não têm a terra como um bem de propriedade individual, cujos recursos necessários para sua subsistência são adquiridos através da caça, da pesca e da coleta dos produtos da floresta, portanto, o espaço onde se obtém esses produtos não pertencem a indivíduos, mas ao meio ambiente que dá acesso a todos quanto à utilização dos

recursos disponíveis, indistintamente. Assim, a água, o rio, a floresta são bens comuns a todas as comunidades populacionais.

“A terra não é vista ou explorada em termos de lotes individuais, nem percebida como uma mercadoria que possa ser dividida e comercializada” (ANDRADE, 1990, p.82) e, desse modo, o uso dos territórios tem como referência as regras tradicionais e consensuais, compartilhadas pelas diversas unidades familiares. Trata-se de normas próprias, baseadas nos laços solidários e de ajuda mútua.

Andrade apresenta uma caracterização preliminar sobre mato comum e terra comum, que tem como significado o “não parcelamento do território em lotes particulares, o que permite às diversas unidades particulares escolherem livremente, a cada ano agrícola, onde implantar seus roçados.” (1990, p.82), implicando nos direitos de cultivo, indistintamente, a todas as unidades familiares. Neste sentido, “... a igualdade está referida aos princípios que garantem o acesso de todos à terra, consubstanciados em regras internas, e não impostas externamente, como resultado de uma política”... ou seja, a igualdade “baseia-se em regras erigidas pelo próprio grupo e por ele acatadas há gerações”, mas “não se trata de igualitarismo a nível de todas as etapas de produção, mas de articulação entre as formas de apropriação individual-familiar e o usufruto comum dos recursos naturais” (ANDRADE, 1990, p.88).

Para demonstrar a diferença do conceito de uso coletivo da terra, Andrade apresenta o exemplo de ‘roças coletivas’ que, no contexto estudado, “são experiências desenvolvidas pelos próprios camponeses, em contextos de conflito aberto com grileiros, representando, portanto, formas de resistência a agressões

externas” e que ao coletivo implica que existe à influência de agências externas, as formas de organização do trabalho agrícola, como estratégias de resistência.

Existem contextos diferenciados de uso coletivo da terra encontrados freqüentemente nas áreas de assentamentos de reforma agrária, ou mesmo, em áreas ocupadas por posseiros. Sua caracterização é bastante diversa, podendo ser roça comunitária, ou alguma área coletiva definida por grupos de produção, em que a apropriação da terra é coletiva, e, ao mesmo tempo, estratégia de resistência numa situação de fragilidade no processo de produção. Assim é que os grupos coletivos unem esforços, instrumentos e equipamentos para produção agrícola como forma de reduzir esforços físicos e recursos individuais, fortalecendo os recursos do grupo.

Diferentemente da terra de uso comum, as de uso coletivo são divididas em lotes, definidos pelo grupo. Na área de apropriação e gestão coletiva todo o processo de produção é realizado coletivamente assim como os instrumentos e equipamentos são de uso e gestão coletiva.

As formas de reciprocidade para o desenvolvimento de atividades como a troca-de-dia e o mutirão realizadas em áreas individuais ou coletivas constituem formas coletivas de realização das tarefas no processo de produção.

O entendimento é de que o coletivo refere-se à forma de cooperação no processo de produção, à apropriação da terra, à comercialização de produtos e/ou à divisão do produto do trabalho, exprimindo que o coletivo de pessoas ou famílias é o centro do processo de realização da ação. Assim, Carvalho diz que

O coletivo, enquanto forma de cooperação do trabalho objetivando a potencialização das forças produtivas, pressupõe uma divisão técnica do trabalho de maneira que uma atividade complementa a outra numa dinâmica de interdependências (CARVALHO, 1998, p.5).

A configuração dos núcleos ou grupos de produção coletiva, expressos nos assentamentos de reforma agrária, é constituída a partir desta lógica e se apresentam como estratégias de resistência ao grande capital num processo cada vez maior de exclusão das pequenas produções.

É neste sentido que também se constituem as comunidades de Fundo de Pasto, com suas propriedades coletivas onde as famílias de origem comum realizam atividades de pastoreio de pequeno porte, de forma comunitária, presentes na Região Nordeste do Brasil. Essas propriedades comunitárias são abertas, sem as cercas, caracterizando um modelo de posse e uso da terra que determina um modelo de sistema de produção, o denominado fundo de pasto, cujo pastoreio é realizado livremente, ou seja, não estão limitados a cercas.

Os fundos de pasto apresentam algumas variações, mas se configuram como uma estratégia de sobrevivência. Diante da infertilidade do solo e do clima árido, buscou-se a prática comunitária como alternativa para garantia de uma vida com menos dificuldades, o que se poderia entender como uma forma de resistência aos prejuízos que o capitalismo engendra ao intervir no campo (GARCEZ, 1987, p.22).

Expressando objetivos e interesses comuns, essas comunidades configuram uma organização, construindo fortes laços de solidariedade no grupo, desenvolvendo atividades de trabalho, e o uso coletivo da terra. A atividade principal é o pastoreio, portanto, é com o que se auferem maior renda, embora não tenha grande expressão, complementando-se com a lavoura, extrativismo animal e vegetal. Exercem também outras atividades em sistema de cooperação e ajuda mútua, caracterizadas como atividades não-agrícolas. “Além da relação comunitária com a terra, algumas comunidades (...) organizam o trabalho em sistema de mutirão, revezando semanalmente as equipes de trabalho para o trato dos animais, de forma

coletiva. O uso da terra é coletivo, o trabalho também é coletivo” (GARCEZ, 1987, p.42).

Tomando como referência essas considerações teóricas, baseadas nos estudos sobre coletivismo ou formas de cooperação na produção, o texto é a seguir apresentado em três partes, nas quais se dividem os capítulos, cujos títulos foram inspirados nos nomes dos NB (*Liberdade da Terra, Estamos na Luta, Aroma da Terra, Nova esperança, Nova Vida e Terra Santa*). A primeira parte relata a história da luta pela terra e os processos de construção dos Movimentos Sociais no Campo, dentro do contexto histórico-político da Amazônia, proporcionando a formação do MST no Estado do Pará. A segunda parte se refere à história de ocupação de uma fazenda na Capital do Pará pelo MST e sua importância política. É antecedida por uma breve caracterização do Município de Belém e sua configuração geográfica com formação de ilhas e a história de constituição da Ilha de Mosqueiro, e os significados dos processos sociais que se conformam na construção do Assentamento Mártires de Abril. A terceira parte demonstra o processo de ocupação, produção e resistência do MST no AMA concernentes às mudanças ocorridas ou permanências no processo de construção de assentamentos do MST no Estado, isto é, quais as mudanças e os aspectos que permaneceram no AMA em relação a outros assentamentos do MST no Pará.

Este trabalho não pretende ser conclusivo, mas introduzir temas para futuras investigações, acreditando que esse estudo poderá se constituir em base para reflexões necessárias ao processo de construção de formas de organização de assentamentos e que seja adequado à realidade sócio-cultural das famílias que se engajam na luta pela terra e reforma agrária e que possa contribuir no fazer acontecer o sonho de construção da terra como novo espaço de vida.

PARTE I OCUPAR

I A LUTA PELA TERRA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO

(...)
 Eu fazia um caminho a cada vez que
 passava.
 Era a Terra o caminho.
 O caminho era o Homem.

Nós abrimos estradas,
 Estradas de mentira,
 Estradas de miséria,
 Estradas sem saída.
 E fizemos do Lucro
 O caminho fechado
 Para o Povo da Terra,
 Eu era a Terra inteira,
 Eu era o Homem Livre.

Dom Pedro Casaldáliga (2002)

Os conflitos decorrentes da luta pela terra não são recentes. Eles se constituíram em grandes movimentos de camponeses, como as lutas no Sudoeste do Paraná (1950), em Trombas e Formoso (1950), no Estado de Goiás, de Canudos (1893-1897), na Bahia, Contestado (1912-1916), na fronteira dos Estados de Santa Catarina e Paraná, ocorridos antes de 1964, ao mesmo tempo em que se registram as grandes mobilizações através de organizações como as Ligas Camponesas (1955-1964), Associações de Lavradores e Sindicatos (Nordeste, Sudoeste e Goiás) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), dando origem à formação do MST, no Rio Grande do Sul (MEDEIROS, 1989; GRZYBOWSKI, 1991; FERNANDES, 2000).

Após uma fase de refluxo das manifestações dos movimentos sociais no período do Regime Militar, as mobilizações e as manifestações se acentuam no cenário político do País nos finais da década de 70, intensificando-se na década de 80. Esse período político corresponde à derrota do Regime Militar e ao advento da Nova República.

Os movimentos de camponeses foram muitos, em diversos locais, expressando distintas formas de organização e de manifestação das ações, dependendo da localidade e do contexto histórico, embora com a marca da unidade nas causas que fizeram desencadear os movimentos - dos assalariados rurais, dos posseiros e dos pequenos proprietários, dos arrendatários - apontando para um processo de organização política.

Grzybowski (1991) referindo-se a esses movimentos de camponeses, dá ênfase à sua diversidade e destaca quatro frentes de luta pela terra: Movimentos dos Posseiros, Movimento dos Sem-Terra, Movimento das Barragens e as Lutas Indígenas.

Os Movimentos dos Posseiros são localizados, particulares e fragmentados. Nas suas lutas a terra é sempre definida e se restringe à terra em disputa e às famílias instaladas, isto é, as lutas se encerram com a solução do conflito, ou com vitória ou com derrota dos posseiros. Entre as situações das lutas dos posseiros, destacam-se os movimentos de posseiros da fronteira agrícola da Amazônia que não difere dos de outras fronteiras. As lutas têm origem na expropriação dos posseiros por empresas agropecuárias, favorecidas pelos incentivos fiscais em geral (GRZYBOWSKI, 1991, p. 19-21).

O Movimento dos Sem-Terra “é o que apresenta maior grau de articulação interna entre os movimentos de luta pela terra e, por isto, revela maior homogeneidade nas formas de luta em seus vários conflitos particulares” (GRZYBOWSKI, 1991, p.22).

Se antes, na década de 90, o MST expressava essa homogeneidade nas suas formas de luta, observa-se que, apesar de mais de dez anos de organização e sua expansão para a quase totalidade dos estados do País, ainda mantém essa

característica, podendo-se até afirmar que está consolidada a capacidade de articulação interna.

O movimento dos sem terra, na sua origem, é composto por diferentes segmentos sociais ligados ao campo: filhos de colonos, parceiros, arrendatários, agregados, assalariados temporários e filhos de pequenos proprietários (GRZYBOWSKI, 1991; FERNANDES, 2000). Essa diversidade de relações sociais, destacada por Grzybowski (1991), é uma característica que marca os movimentos sociais do campo.

Ao retratar o MST no Estado do Pará, percebe-se que a diversidade de relações sociais é enfática, uma vez que se somam à composição do movimento os ex-garimpeiros da Serra Pelada ou seus filhos e ex-empregados da empresa de construção das barragens da hidrelétrica de Tucuruí e das empreiteiras subcontratadas da CVRD para a construção da Estrada de Ferro Carajás (EFC) (COELHO, 1999, p. 516), bem como os trabalhadores extrativistas da castanha.

Os Movimentos das Barragens caracterizam-se pelas lutas contra a expropriação, promovida pelas empresas estatais, manifestando-se uma nova forma de luta pela terra, associada ao processo de construção das barragens para a geração de energia elétrica. A questão colocada aqui se refere ao processo de resistência:

... radicalização das propostas dos movimentos, a defesa da terra e a oposição às barragens aparecem como uma defesa do espaço social e culturalmente organizado, com relações de parentesco, vizinhança e amizade, com suas escolas, igrejas e cemitérios.

Assim, resistindo na terra, os atingidos se opõem ao próprio modelo de desenvolvimento, centralizador e excludente, e à arbitrariedade da ação do Estado e seus funcionários (GRZYBOWSKI, 1991, p.26).

A questão indígena é outro agrupamento enfatizado por Grzybowski (1991), cujas lutas freqüentes tem sido a situação de suas terras, uma vez que “a preservação das suas terras é fundamental, condição para a sua reprodução

material e valores étnico-culturais. Estancar o extermínio dos povos indígenas é garantir as suas terras” (Ibidem, p.30).

A abordagem apresentada por Grzybowski (1991) expressa a importância de se demonstrar a heterogeneidade da dinâmica dos movimentos dos camponeses e que se fortalece no movimento dos sem terra na Região Amazônica, particularmente, no Estado do Pará, ao considerar essa diversidade, a partir da própria composição social do povo paraense cuja etnia é peculiar, em razão da presença de índios e migrantes nordestinos.

Na perspectiva em que a questão da terra é tratada, observa-se a relação dos movimentos sociais do campo com a luta pela terra. Martins remonta o processo da disputa pela terra que traz à tona o confronto entre camponeses e fazendeiros, quando a fazenda incorporou a terra, passando a ser sua principal parte em substituição ao escravo.

E foi no Nordeste do País, na década de 40 que se evidenciou o processo de expulsão dos camponeses das terras, quando houve a expansão da cana-de-açúcar. Se a expulsão não acontecia, os camponeses eram obrigados a deixarem suas atividades de subsistência para se dedicarem ao plantio de cana em troca de um salário. Nesse processo de expulsão dos fareiros é que surgem as Ligas Camponesas, em 1955 - período de grandes conflitos com os fazendeiros que realizavam despejos violentos das terras - e os trabalhadores rurais organizam-se para fundar um sindicato. Esse quadro trouxe uma nova dinâmica ao movimento camponês, intensificando os conflitos entre camponeses e fazendeiros que perduraram por anos (MARTINS, 1990, p.65).

Os camponeses não esmorecem e a disputa pela terra toma uma dimensão política, com repercussão provocando o fortalecimento da organização dos fazendeiros contra a execução do plano de reforma agrária, no ano de 1964, Governo Goulart. Martins relata o confronto ocorrido, no dia 30 de Março de 1964, entre camponeses e fazendeiros, quando estava prevista a entrega de terras, evidenciando a relação do conflito de terras com a questão política:

O aparentemente isolado confronto de fazendeiros e camponeses de Governador Valadares foi, na verdade, o estopim preparado pela CIA⁵ para o golpe, segundo os documentos do arquivo do presidente Lyndon Johnson (MARTINS, 1990, p.70).

A demonstração de resistência do movimento camponês frente à violência patrocinada pelos fazendeiros, no sentido da expulsão dos posseiros das terras, manifesta-se através de revoltas em Goiás, a Revolta de Trombas e Formoso, no mesmo período em que ocorria a guerrilha de Porecatu, no ano de 1950, no Paraná, provocada por problema de terras (MARTINS, 1990, p.72-3).

Martins aborda a diversidade dos movimentos dos camponeses ocorridos nesse período, alguns, com curta duração, outros, mais prolongados com diferentes formas de expressão na sua organização, mas apresentando unidade na causa. Nos estados do Norte, região de concentração dos posseiros onde “mais da metade dos estabelecimentos agrícolas pertence a posseiros” (MARTINS, 1990, p.105), registra-se com frequência conflitos pela terra, envolvendo esse segmento social, embora sejam atingidos também os índios pela invasão de suas terras e a conseqüente diminuição de sua área para caça, coleta e roça.

Com o agravamento dos conflitos, provocado pelo “recrudescimento da questão agrária promovido pela expansão do capitalismo no campo e pela não realização da reforma agrária”, Fernandes apresenta, em sua abordagem, três frentes de luta no campo: a luta dos trabalhadores rurais assalariados que reivindicavam melhoria nas suas condições de trabalho e por melhores salários; as lutas dos posseiros contra a grilagem de terras dos latifundiários e das empresas, e as lutas dos sem-terra, nas ações, entre outras, de ocupação e acampamentos (FERNANDES, 2000, p.44-5).

⁵ CIA, Central de Inteligência Americana, agência de investigação norte-americana.

Destaca-se a luta dos camponeses sem-terra, diferenciando-se a dos posseiros, que se amplia à medida de sua

(...) reinserção nas condições de trabalho e de reprodução social, das quais foram excluídos, no processo desigual de desenvolvimento do capitalismo. Suas lutas são pela conquista da terra, pela reforma agrária e pela transformação da sociedade (FERNANDES, 2000, p.45).

Nesta perspectiva, quando se questiona o modelo de desenvolvimento e a estrutura de propriedade da terra e luta contra o modo de produção capitalista, pulando a cerca da legalidade e desafia a justiça brasileira, Martins mostra que a luta dos sem-terra extrapola as lutas dos assalariados e dos posseiros (MARTINS, 1984, p.88).

Na Região Amazônica, os conflitos pela terra começam a se aprofundar nos anos 70 com a criação do Programa de Integração Nacional (PIN), em que foram realizados grandes investimentos para a infra-estrutura de estradas e programas de colonização agrícola, dando, assim, continuidade à estratégia governamental de ocupação da Amazônia que significava uma articulação de crescimento econômico da Região, vinculado à economia internacional, num processo de transformação da economia regional em fornecedor de matéria-prima para o mercado, atendendo a um modelo de desenvolvimento econômico implantado, baseado na exploração dos recursos naturais – minérios e madeira (MARIN, s/d, p.26).

Foi nesse período que se intensificaram as migrações e os conflitos agrários decorrentes do novo modelo econômico e político implantado na Região, desde a década passada. A abertura da Rodovia Transamazônica era necessária para viabilizar os investimentos da política governamental, mas trouxe juntamente trabalhadores rurais e camponeses do Nordeste, Sul e Sudeste do País em busca de terra de trabalho – terra de trabalho aqui entendida, conforme Garcia Jr., “A terra usada para o cultivo das ‘lavouras de subsistência’ pelo trabalhador e sua família ...

(...)... é onde os homens podem obter sua subsistência mediante a fecundação da terra” (1983, p.35 e 219), de terras livres, do sonho de prosperidade na Amazônia.

Conforme Martins,

As histórias dessas migrações são histórias épicas. São histórias de expulsão da terra, da chegada das grandes fazendas, da necessidade de ir adiante procurar um novo espaço, fazer um novo rancho, derrubar a mata, queimar e coivarar o terreno, fazer a roça e esperar a chuva, a colheita, o grileiro, o jagunço, o oficial de justiça, o soldado, a expulsão para mais adiante, para começar de novo (MARTINS, 1990, p.121).

Demonstra a realidade objetiva dos migrantes que chegavam na Amazônia, buscando a construção de uma nova vida, diferente da vida do passado, de expulsão, do esgotamento da terra (“terra cansada”), mas mostra a ilusão, a decepção, a nova vida que não chega. Esperança e desilusão é o que mostra a vida nessa região. O posseiro é o primeiro quem sofre a violência do grileiro, do jagunço, do soldado, do oficial de justiça.

Essa realidade do processo de migração provocada pela expulsão das suas terras é mencionada no estudo *Colonização Para Quem?*, de Hébette e Acevedo:

Violenta ou pacífica, a expulsão dos pequenos lavradores é acompanhada para eles de problemas em cadeia, como cria também novos problemas para a região. (...) eles costumam procurar resposta à falta de terras em três direções principais: migração para uma área nova; trabalho assalariado nas fazendas, geralmente na condição de peão, em regime de empreitada; êxodo para os centros urbanos regionais ou extra-regionais.

(...) Migrar significa, para eles, não somente deixar uma terra que é seu meio de produção e sua fonte de subsistência, como também abandonar uma casa, vender uma criação, pagar transporte e viver durante algum tempo sem renda (HÉBETTE e ACEVEDO, 1979, p.127-28).

Esse processo de migração é resultante de toda uma luta travada em busca de liberdade e pelo direito à terra. Estudos sobre a questão da luta pela terra destacam o posseiro como o protagonista histórico, demonstrando que a sua condição de expropriado tem levado ao aumento considerável desse segmento social, resistindo à proletarianização e buscando a direção da fronteira, resgatando a sua “condição de trabalhador-camponês”.

Esta frente de luta pela terra movida pelos posseiros é mais uma forma de luta contra a expropriação a que os lavradores do campo estão submetidos. A luta pela liberdade e pelo acesso à terra tem feito trabalhadores sem terra migrarem. Procuram buscar no espaço distante um lugar para o trabalho livre, liberto. Trabalho liberto, para eles, só tem sido possível em terra liberta.

A migração histórica em busca da terra livre tem feito dos trabalhadores/posseiros verdadeiros retirantes. Retirantes em busca da liberdade (OLIVEIRA, 1989, p.63).

Com os migrantes pobres vieram também os grandes empreendedores, fazendeiros e empresários que buscavam novas terras, estimulados por essa nova política do Governo Federal de fornecimento de subsídios, através da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) (COELHO, 1999, p.501).

A criação do PGC pelo Presidente Figueiredo, no início dos anos 80 consistia na implantação de um modelo de desenvolvimento, cuja premissa era a industrialização da Amazônia através da mineração, da agropecuária e da exploração de madeira. Marin dá ênfase às contradições geradas pelo modelo de desenvolvimento implantado na região:

Embora a PGC objetive gerar benefícios econômicos, promovendo o desenvolvimento industrial na região, criando emprego e gerando divisas, após anos de operação acabou gerando profundas conseqüências sociais e ambientais (MARIN, s/d, p.27).

Em seguimento aos grandes investimentos, na década de 80, com a construção da UHE, da EFC e do *boom* de Serra Pelada resultaram no inchaço da Amazônia, atraindo novos ocupantes e, como conseqüência, as tensões sociais de grandes dimensões.

Evidencia-se o acelerado processo de intervenção do Estado, na fronteira Amazônica, cuja premissa era claramente o privilégio para as empresas capitalistas de grande porte. No início dos anos 80, manifesta-se a crise do Regime Militar e o processo de falência

... o esgotamento da capacidade de acumulação dinâmica do modelo de industrialização, que constituía a estratégia de modernização da agricultura

e da sua fronteira amazônica. (...) evidenciam-se ao longo da década; o fracasso do modelo da grande agropecuária incentivada (logo no início da Nova República), (...) o reordenamento espontâneo da base produtiva de parcela significativa dos camponeses na Região e o ressurgimento das fazendas (COSTA, 2000, p.207).

- A intervenção governamental, através da implantação da política de modernização da agricultura, acarretou o aprofundamento dos conflitos agrários cujas tensões sociais frente à concentração fundiária cada vez maior, tornaram-se mais violentas com a subjugação dos posseiros, peões e grupos indígenas.

A concentração da terra, o desenvolvimento das forças produtivas com a intervenção do Estado caminha ao lado do processo de subordinação dos camponeses e de muitas formas de violência, mas, ao mesmo tempo, possibilita o acesso aberto aos grandes proprietários com incentivos fiscais e vantagens de créditos, e a concessão de extensas áreas a grandes grupos empresariais.

Dessa forma, Almeida afirma:

As inovações técnicas decorrentes têm, entretanto, função nitidamente conservadora porquanto não podem ser dissociadas do monopólio da terra, dos mecanismos de imobilização e de atos coercitivos como resolução dos conflitos agrários. A generalização da violência na fronteira não é, pois, contingente, constituindo-se num dado de estrutura essencial a este tipo de desenvolvimento capitalista. A anuência a esta assertiva permite que se fale numa 'modernização de caráter autoritário', que inova conservando, como pressuposto para uma reflexão sobre a ação governamental na Amazônia nas décadas mencionadas (ALMEIDA, 1991, p.260).

O entendimento das forças militares é que essas tensões sociais deveriam ser reprimidas, o que realmente ocorreu com a Guerrilha do Araguaia, nos anos de 1971 a 1974, cujos camponeses sofreram juntamente com os militantes da Guerrilha as violentas repressões. Foi precisamente o período, após a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), cuja política se voltava para a "colonização dirigida", porém os conflitos que se avolumavam, na Região, constituíam-se obstáculos para a implantação dos projetos agropecuários, madeireiros e de mineração (ALMEIDA, 1991, p.263).

O Governo Militar, então, determinou medidas, a partir de 1980, de “administração dos conflitos agrários na Amazônia”, criando o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), o Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas (GEBAM) e a Coordenadoria Especial do Acre, concentrados nas regiões amazônicas de maior densidade de expansão camponesa com sistema de apossamento. Esse movimento de ocupação espontânea acontecia intensamente sem controle do governo, o que contrariava suas pretensões de ocupação dirigida, entrando em choque com os grupos econômicos e os projetos apoiados pelos incentivos fiscais (ALMEIDA, 1991, p.269).

Os anos 70 têm a marca dos intensos conflitos pela terra, quando as ações de violência no campo se sucederam de forma desenfreada, com inúmeras ações de despejo, queima de casas e roças, e assassinatos. Ao mesmo tempo, foram os anos em que a política governamental promoveu a ocupação da Amazônia com os grandes projetos agropecuários, desencadeando maiores conflitos, já que as áreas onde se estabeleciam os projetos estavam ocupadas pelos posseiros (MEDEIROS, 1989, p.107).

A luta dos posseiros pela terra significava, diferentemente dos fazendeiros, a luta pelo trabalho e não pela propriedade da terra, ou seja, a terra “como o instrumento de trabalho, como mediador do trabalho”. Ao mesmo tempo em que valoriza o trabalho, o significado que Martins mostra é a sua luta pela liberdade, liberdade e terra ou liberdade da terra, “... a liberdade de trabalho familiar, a sua liberdade de trabalho autônomo, a sua liberdade de locomoção, a sua liberdade de decisão.” (MARTINS, 1990, p.131).

Nesse mesmo enfoque, Oliveira dá ênfase à questão da luta pela terra como uma luta pela conquista da autonomia do trabalho, o posseiro na luta pela sua

independência, destacando que o processo de expropriação a que tem se submetido é determinante na história de luta dos posseiros:

Esse processo evidentemente visa despojar o posseiro de todos os meios de produção e particularmente, da terra, para torná-lo um trabalhador proprietário apenas da sua força de trabalho. Mas a luta dos posseiros é contra esse mecanismo. A questão que se coloca é se esses posseiros teriam condições de se unirem para fazer avançar suas lutas (OLIVEIRA, 2001, p. 139).

Esses significados extrapolam as suas próprias pretensões, enquanto busca da liberdade, impondo uma nova concepção e o reconhecimento, enquanto categoria social, determinando mudanças na estrutura da distribuição da terra. Guerra menciona a importância do significado do posseiro: “Tamanho peso interfere na própria concepção do Direito de Propriedade, forçando-o a incorporar novos conteúdos” (2001, p.103-04). E destaca:

Por questionar frontalmente o conceito tradicional de propriedade, dificilmente se ouve alguém formular a defesa do posseiro como posseiro. A expressão é escassa nos discursos mais elaborados. São “lavradores”, “produtores rurais”, “agricultores”, “rurícolas”, “homens da terra”... Para os posseiros, contudo, ser posseiro é um diploma que encerra um currículo de lutas e enfrentamento (GUERRA, 2001, p.104-05).

Os conflitos que decorreram desse processo passaram a ter dimensão política, constituindo-se em grandes movimentos de camponeses e de indígenas na sua luta pelos direitos de cidadania.

O quadro histórico demonstra a importância desses movimentos na perspectiva de mudanças sociais, para a democratização do país bem como para o surgimento de novos movimentos sociais. Neste aspecto, Grzybowski destaca:

O certo é que os trabalhadores rurais que participaram dos movimentos até aqui já operaram mudanças de particular importância para eles mesmos. Trata-se de mudança político-cultural que resgatou a dignidade de muitos, apesar da pobreza a que foram relegados. Aos movimentos populares rurais em gestação na atual conjuntura impõe-se a tarefa de dar continuidade a este processo educativo, de aprendizado da cidadania (GRZYBOWSKI, 1994, p.293).

A resistência dos trabalhadores, muitas vezes, de forma individual ou em grupos era fragmentada. Recorria-se ao sindicato que encaminhava denúncia ao

INCRA, aos Ministérios e à Presidência da República. Os sindicatos se mostravam frágeis frente à intensidade das lutas de resistência, dando origem a uma nova alternativa de ação sindical com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, que surgiu como entidade de apoio às lutas dos trabalhadores e às organizações populares. Ao mesmo tempo em que os sindicatos se mostravam inoperantes com relação a essas questões, a Justiça se mostrava comprometida com os interesses dos proprietários de terra. Essa situação levou à criação de sindicatos onde não existiam, bem como a crítica à atuação sindical existente, dando origem às chapas de oposição que apresentavam propostas alternativas de luta. Nesta perspectiva, no final dos anos 70, se expressa um novo rumo para o sindicalismo rural. Nesse contexto se realiza o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, que define ser a Reforma Agrária condição para a redemocratização do País, bem como a necessária reformulação do modelo sindical brasileiro, desatrelando-o do Estado em busca de autonomia e liberdade sindical; destacando-se também “a importância da criação de uma central sindical para a luta por um sindicalismo livre e a participação dos trabalhadores rurais na mudança do modelo político” (MEDEIROS, 1989, p.116-18).

A passagem dos anos 70 para os 80 foi marcada pelas grandes lutas no campo e na cidade, evidenciando a crise do Regime Militar. Ao mesmo tempo em que cresce a contestação popular, aprofunda-se o debate crítico à estrutura sindical existente e ganha corpo a discussão sobre o papel do sindicato na sociedade e na política. Esse debate toma forma na I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, realizada em agosto de 1981, em São Paulo, que, posteriormente resultou na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e na Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT).

Na questão agrária, evidencia-se a inoperância da regularização fundiária causando profundas tensões sociais, grandes mobilizações camponesas e provocando conflitos que culminaram em massacres às populações indígenas e assassinato de centenas de trabalhadores rurais, no período de 70-83, levando diferentes entidades às denúncias e exigências de justiça no campo. O Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários (MEAF) toma algumas medidas, porém absolutamente insuficientes às exigências dos movimentos de camponeses e de indígenas e das entidades de apoio.

Em 1985, a instituição do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA (1985-1989) pelo Governo Federal contraria o Estatuto da Terra, pois evita a desapropriação dos latifúndios, através da criação do chamado "latifúndio produtivo" que desvia a diretriz da Reforma Agrária, resultando no agravamento dos conflitos agrários. Conforme Almeida,

Nos termos do decreto deve-se evitar a desapropriação dos latifúndios, que desempenhem função social da propriedade, mantenham níveis satisfatórios de produtividade, assegurem a conservação dos recursos naturais, etc. Tal dispositivo contraria mais uma vez o estatuto da Terra ao tentar impor a figura controversa do 'latifúndio produtivo'. Aquelas áreas nas quais se constata elevada incidência de arrendatários ou parceiros representavam um dos critérios para se desapropriar. O Decreto diz exatamente o inverso. Na prática os contratos agrários passarão a ser utilizados para evitar a desapropriação, desviando, assim, a reforma agrária de seu eixo principal (ALMEIDA, 1991, p.279).

Nesse contexto político e econômico, a chamada "transição democrática" proporcionou o surgimento de um clima de expectativa com a emergência da Nova República, quando ocorre o I Congresso do Movimento dos Sem-Terra, em janeiro de 1985, com a participação de 1.500 delegados de 20 Estados que definem, como formas de luta pela Reforma Agrária, as ocupações de terras ociosas ou públicas, entendendo que "Terra não se ganha, se conquista" (MEDEIROS, 1989, p.168).

Em maio do mesmo ano, os setores conservadores do campo decidem fortalecer sua organização, criando a UDR, "entendida como expressão política de

um poder centrado na estrutura fundiária brasileira, ligada principalmente à defesa da propriedade da terra na Região de fronteira.” (FERNANDES, 1999, p.108-09). Tem como propósito contrapor-se ao Plano de Reforma Agrária e garantir a interferência dos grandes produtores rurais na política agrária e “a defesa intransigente dos latifundiários deste país (...) constituído no braço armado do latifúndio” (OLIVEIRA, 1989, p.47 e 87). No Sul do Pará, em sua maioria, a UDR se organiza nos Municípios de Redenção, Conceição do Araguaia e São Félix do Xingu. Em Marabá, o grupo ligado aos castanhais vai incidir nos grandes conflitos violentos entre os ex-donos dos castanhais e os posseiros.

No ano seguinte, os conflitos intensificam-se, pois os latifundiários ampliam suas milícias particulares e procedem a expulsão de posseiros com ações extremamente violentas – destruição de povoados de camponeses, queima de roças e de casas dos posseiros, assassinatos, despejos com muita crueldade. Desencadeia-se a Operação de Desarmamento, não menos conflituosa, cuja medida é realizada pelo Ministério da Justiça e sob protestos das entidades de apoio dos movimentos camponeses e do movimento sindical dos trabalhadores rurais (MEDEIROS, 1989, p.281).

Nesse “processo de constituição como sujeitos políticos coletivos” (GRZYBOWSKI, 1994, p.292) é que “a luta cada vez mais organizada dos trabalhadores é uma resposta política à sociedade brasileira em geral, e ao Estado e aos latifundiários em particular.” (OLIVEIRA, 1989, p.94).

II ESTAMOS NA LUTA: O MST NO PARÁ

É por isso que estamos todos juntos:
a nossa força tem o sortilégio
da seiva torrencial da primavera,
e o nosso amor palpita como os ímpetos
das águas amazônicas profundas.
É cantar, companheiro, e repartir
o que é preciso ser do amor geral.
Ninguém será sozinho nunca mais,
nem só na solidão, nem no poder.
Thiago de Mello (2001)

É neste contexto que, nos finais da década de 80, o MST começa a chegar no Estado do Pará. Precisamente em 1989, as primeiras atividades de articulação foram realizadas por lideranças sindicais da Região, ligadas à CUT, que haviam participado dos Encontros Nacionais (Cascavel, 1º Encontro Nacional - 1984, e em Curitiba, 1º Congresso - 1985), como forma de fortalecer o movimento camponês na Região. Mais uma vez, o apoio da CPT foi importante nesse processo de intensificação da resistência camponesa, cuja referência é uma continuidade, desde a gênese do MST no Brasil e sua fundação, em 1984 (FERNANDES, 2000, p.201).

Em dezembro de 89, realizou-se o trabalho de base para a primeira ação do MST, ocorrida em 10/01/90, no Município de Conceição do Araguaia, com a participação de aproximadamente 300 famílias, tornando-se a primeira referência na construção do MST no Estado do Pará. Esse trabalho de base (cadastro de famílias) foi realizado em seis localidades de dois Municípios: Conceição do Araguaia e Floresta do Araguaia, sudeste paraense, onde foram cadastradas mais de 300 famílias. A desapropriação da área ocorreu em julho de 1990, um ano e cinco meses depois, quando foram assentadas 95 famílias. A partir desse momento, marca-se o início das ações de luta pela terra e Reforma Agrária desencadeada pelo MST, no Estado do Pará, formando-se, assim, a primeira Direção Estadual. Importante destacar que, anteriormente, os militantes do MST participaram de algumas

ocupações, como apoio, não como ações organizadas pelo MST, e sim pela CPT e pelos sindicatos.

Santos⁶ (2002) fala desse momento e da continuidade das ações:

Depois da conquista da terra, foi formado a direção do MST com as pessoas daqui do Estado e deu continuidade com outras ocupações. A outra ocupação aconteceu no dia 24/07/1991, na outra área da Fazenda Ingá. Eu que fui cadastrado no final de 89, já em 91, eu fui ajudar a fazer trabalho de base, na mesma Região que eu fui cadastrado. A ocupação foi no lote 10, na Fazenda Ingá. Era uma fazenda muito grande, e tinha um projeto que chamava "Canarana", no lote 10, que já ficava mais próximo de Floresta⁷, então lá a gente levou 45 famílias nessa área e que ainda hoje ainda tem parte das família lá (SANTOS, 2002).

Nessas primeiras ações políticas, os representantes do MST de outros estados que realizavam o trabalho de mobilização no Pará iniciam a formação dos primeiros militantes no Estado demonstrando que os objetivos do Movimento não se restringem a ações políticas de massa, mas são constituídos por elementos importantes para sua implantação e organização. A formação política, estratégica e sistematicamente coordenada em todo o processo permite criar desde logo a direção do Movimento com as novas lideranças formadas localmente.

Manaças⁸ (2002) avalia essa primeira ação realizada pelos militantes do MST no Pará:

Essa primeira tentativa⁹ de construir o MST no Pará não teve longo fôlego. Em primeiro lugar, pela falta de clareza da proposta que se construía, haja vista que as lutas sociais no Brasil ainda experimentavam um momento de ascensão e os principais movimentos sociais e entidades representativas das lutas sociais, no País, ainda passavam pelo estágio de flanco crescimento, o que relegava o problema das divergências metodológicas e ideológicas da esquerda para o plano secundário. Em segundo lugar, a herança histórica espontaneísta da luta dos posseiros e dos camponeses na Região, oferecia muita resistência à expansão de um movimento com princípios organizativos e com forte presença do trabalho político. A pouca disponibilidade dos militantes que se aventuraram na idéia de construir o novo movimento foi outro elemento que contribuiu para o pouco sucesso dessa primeira tentativa, pois a maioria das lideranças era dirigente do movimento sindical rural (MANAÇAS. 2002).

⁶ Joaquim Ribeiro Santos, 43 anos, do Assentamento Palmares, em entrevista concedida a M.N.A, em 26/07/2002.

⁷ Município de Floresta do Araguaia.

⁸ Ulisses Manaças, 28 anos, membro da Direção Estadual do MST-PA, do Assentamento Mártires de Abril, em entrevista concedida a M.N.A, em 01/07/2002.

⁹ A ocupação realizada em 10/01/90.

A atribuição de espontaneísmo expressa pelo militante do MST justifica a proposta de maior investimento na formação política dos pretendentes à terra e uma preocupação permanente na construção e manutenção de coesão do grupo. Os assentamentos apoiados pelos sindicatos e pelas organizações presentes na região até o momento (MEB – Movimento de Educação de Base, CPT – Comissão Pastoral da Terra, SDDH – Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, FASE – Federação de Assistência Social e Educacional), embora tivesse em seu corpo social elementos de coesão social (GUERRA, 2001), não expressavam, como o MST, essa construção como essencial ao sucesso do projeto camponês.

Santos (2002) também avalia esse período, reforçando a necessidade de trabalhar sobre a coesão política dos camponeses:

... a gente não tinha claro o que era o objetivo do MST, naquela época, então como foi feito um acampamento junto com o sindicato, CPT, com todo mundo, e que já tinha uma tradição na Região, inclusive era o Município que mais tinha assentamento aqui no Estado, era em Conceição do Araguaia, nessa época tinha 31 assentamentos, feito de maneira isolada, a história do posseiro, nunca tinha acontecido um assentamento de forma organizada, então, como esse acampamento foi articulado junto com a CPT, sindicato, MST, por mais que era coordenado pelo MST, mas tinha muita gente que vinha do movimento sindical, então, terminou que... no final assim da história teve uma contradição, depois da conquista da terra, teve uma contradição de como organizar um assentamento e aí terminou que ficou no.. na forma que o movimento sindical organizava cada um por si, Deus por todos e daí por diante... é sócio do sindicato e cria uma associação... mas não teve aquele trabalho de formação, de organicidade interna, não teve, não teve como dar continuidade. Então, ainda durou enquanto assentamento organizado pelo MST... durante uns dois anos, ainda era considerado do MST, até 92, 93 com bandeira e tal, mas depois não teve como dar continuidade porque o assentamento pegou o mesmo ritmo de outros assentamentos tradicionais daqui do Município (SANTOS,2002).

O investimento na coesão do grupo em torno de um projeto político não garantiu uma dinâmica coerente com a proposta, como se vê no discurso acima. Os dirigentes do MST continuam investindo e incitando a reflexão teórica para o esforço de compreensão sobre o que ocorre nestes casos.

É a partir dessa primeira experiência de ação concreta do MST-PA, que se intensificam as iniciativas na perspectiva de consolidar o movimento que surgia.

Cursos de formação para militantes, novo trabalho de base; e a crescente movimentação do MST no Sul e Sudeste do Pará, coloca em alerta o aparelho repressivo do Estado, levando a Polícia Federal e Militar a efetuarem a prisão de lideranças do MST, sob a acusação de formação de quadrilha e de criação de um foco guerrilheiro no Estado.

Santos relata esse período em que ocorre a prisão das sete lideranças: Joaquim Ribeiro Santos, Joaquim Daniel Alves Barbosa, Maria Meire Pereira da Silva, Antonio Ramos Macedo, Valdir Ferreira Rocha, Dimas Pereira de Melo e Joselma Maria Pereira:

... a gente decidiu vir pra Marabá, porque em Conceição do Araguaia não tinha mais sentido a gente continuar fazendo trabalho de base porque não ia mais reunir muita família. Aí a gente veio pra Marabá, foi quando aconteceu a prisão. Era pra ser na Fazenda Ponta de Pedra. Nós tinha mais de 3 mil famílias cadastradas, era totalmente organizada pelo MST do Pará, porque já tinha uma direção, já tinha uma militância, já era totalmente organizado, então, já era uma ocupação diretamente pelo MST. A ocupação era pra ser no dia 15 de junho de 91 e aí no dia não deu da gente realizar a ocupação, teve um detalhe que não deu da gente finalizar e terminou que a polícia fechou a casa que era a nossa secretaria. Aí que houve a prisão de sete pessoas, que ficou 90 dias. Eles fecharam a casa, a gente já tinha terminado o trabalho de base, já tinha mais de 3 mil famílias cadastradas, já ia levar pra terra e a gente nunca entendeu porque que vazou, a gente só pensa que tinha policial, que tinha cadastrado, participando do trabalho de base e que certo é que vazou, aí chegando, faltando 3 dias pra ocupação aconteceu a prisão.(...) Fiquei 90 dias. Eles prenderam a gente no dia 17 de junho de 91, que eles estavam desde o dia 16 que tinham fechado a casa, toda a quadra que era pra não deixar ninguém sair, aí só resolveram rebentar a porta no dia 17, às 3:00 horas da tarde, um dia de domingo e aí nos levou lá pra Delegacia da Polícia Federal de Marabá, ficamos lá preso, foi a noite todinha de investigação, pancadaria e tudo, e quando foi no dia 18 levou nós pro quartel da Polícia Militar (SANTOS, 2002).

Neste depoimento observam-se alguns elementos que distinguem o método do MST: o cadastramento massivo de pretendentes à terra nas localidades circunvizinhas (o trabalho de base); o planejamento da ocupação realizado por uma liderança que se assume como representante da organização responsável assim como assume as conseqüências da ação; a escolha de uma área próxima à estrada

e à sede do município (a Fazenda Ponta de Pedras fica a aproximadamente 25 km de Marabá).

Esse momento representa um marco de ruptura da primeira tentativa de construção do MST no Pará, ainda sem definição clara da estratégia do MST, no Estado. A continuidade do investimento político de expansão da sua organização nacional com a vinda de militantes, oriundos do vizinho Estado do Maranhão e de Goiás, configurava as características de um movimento com unidade nacional e princípios organizativos do movimento surgido no País, em 1984.

Em julho de 1992, mais de quinhentas famílias ocupam a Fazenda Rio Branco, no Município de Parauapebas, numa área de 12.500 hectares. Esse acampamento que, posteriormente, se transformaria no Assentamento Rio Branco, é tido como o primeiro grande laboratório do processo de consolidação do MST no Pará, um movimento com características próprias e que se diferenciava das experiências de luta dos posseiros e do sindicalismo rural da Região¹⁰. Neste momento foi inaugurada a fase das grandes ocupações e mobilizações de massa que tinham como alvo central o questionamento do “Estado como instituição de amparo ao latifúndio e ao modelo econômico danoso à agricultura familiar”, e não somente o economicismo da luta pela terra como um fim precípua (MANAÇAS, 2002).

Santos relata sobre a ocupação da Fazenda Rio Branco:

...quando foi em 92, a gente decidiu não vir mais pra Marabá, mas vir pra Parauapebas, aí que aconteceu a ocupação da Rio Branco, que hoje é o Assentamento Rio Branco, que foi a primeira parte que ... a segunda parte da Fazenda Rio Branco é a Palmares. Então, em 92, a gente ocupou a Fazenda Rio Branco, em 24 de julho de 92. A gente ocupou num dia, noutro dia a gente foi despejado. Eram 550 famílias. No dia da ocupação, eu não estava, mas fiz o trabalho de base.... ocupamos no dia 24 e noutro dia fomos despejados e aí ficamos acampados em Marabá, no INCRA. Ficamos 5 meses, aí em dezembro, a gente retornou com todas as famílias pra área, aí foi que aconteceu a desapropriação. Ficamos no INCRA, foi muita

¹⁰ Sobre o sindicalismo dos posseiros, ver GUERRA, 2001.

negociação, enrolou, enrolou, enrolou.... aí como foi muita enrolação, a gente decidiu vir pra terra de novo, a gente veio, ocupou, mas não teve mais despejo, aí saiu a desapropriação; aí houve a aquisição (que não foi nem uma desapropriação, foi uma aquisição) aí que foi uma aquisição de 12 mil hectares; aí deu pra assentar 248 famílias (SANTOS, 2002).

A ocupação da Fazenda Rio Branco significa para o MST-PA “um marco na construção da espinha dorsal do que viria a ser o Movimento no Estado, pois a movimentação de um enorme contingente de massa em uma ocupação evidenciava, pela primeira vez, em escala ampliada, o ‘escandaloso’ problema agrário do Estado” (MANAÇAS, 2002). O Assentamento Rio Branco seria a base principal de expansão do Movimento porque oferecia o material humano para a construção de um novo padrão de militância: a militância “Sem-Terra” que, vigorada pela recente conquista, acelera a longa empreitada para ocupar novas áreas e construir novos assentamentos.

Um aspecto que chama a atenção neste processo é que os representantes do MST impõem uma negociação com o Estado, no caso, através da agência fundiária, colocando-se como interlocutor e mediador. Soma-se ao componente militar da ocupação um componente diplomático, parlamentar, no sentido de um diálogo de negociação. Na prática, é nessa negociação que se consolida todo o esforço do MST.

É assim que, após longo trabalho de base, mil e quinhentas famílias iniciam uma longa peregrinação em busca da conquista da terra, desta vez, a escolha do verdadeiro alvo das investidas do Movimento e dos protestos pela execução de uma política de Reforma Agrária se evidencia de forma muito mais cristalina e, em 1994, investem na ocupação do “Cinturão Verde”, da CVRD, como forma de pressão à principal força política da Região, em um confronto de forças que resultou na prisão de duas importantes lideranças do MST, Francisco Moura e Márcio Lima, que passam seis meses encarcerados, submetidos a torturas, inclusive, no presídio.

Santos, novamente à frente da ocupação, relata:

A Palmares foi em 94.... Eu, de novo.... o acampamento iniciou no dia 26 de junho de 94, foi na área da Vale do Rio Doce, Cinturão Verde. A ocupação foi em 94, foi feito trabalho de base em Parauapebas, Curionópolis, Serra Pelada, Eldorado e terminou na ocupação do Cinturão Verde com 1500 famílias. Aí, com 3 dias, a gente foi despejado, aí fomos pra Marabá de novo, lá mais 5 meses, e voltamos em novembro, e ficamos de frente à Câmara de Vereadores até fevereiro, ficamos em uma área que a Prefeitura negociou, em 95, aqui no Zé de Areia. Como não saía nada mesmo, tava fora da cidade, o governo queria aquilo mesmo, decidimos no dia 14 de maio de 95 ocupar aqui, e a desapropriação só foi sair no dia 5 de novembro de 95. Depois de muita mobilização, saiu a desapropriação, em janeiro de 96 foi criado o Projeto de Assentamento (SANTOS, 2002).

Essa jornada não se interromperia por conta da repressão. Os Sem-Terra continuaram suas ações: acamparam por seis meses, em frente ao INCRA de Marabá, e sete meses, em frente à Prefeitura de Parauapebas, numa longa espera do assentamento das famílias.

Este é um outro elemento importante da prática política do MST, herança de um aprendizado do movimento sindical: ocupar espaços públicos pelo tempo que for preciso, obrigando o governo, municipal, estadual e federal à negociação sob constrangimento da presença das famílias. Homens, mulheres, crianças, idosos, adultos, massivamente, todos participam desse momento, dando visibilidade e importância política ao pleito por terra e cidadania. Evidencia-se que todas as ações são realizadas em massa, ou seja, um grande número de famílias participa do processo, expressando um outro elemento estratégico que marca o Movimento, o que respalda as suas bandeiras de luta por terra de trabalho aos trabalhadores sem terra.

Esse quadro de ações que movimentam o MST é analisado por Bruno Konder Comparato (2003) no trabalho *A Ação Política do MST*, demonstrando que o MST, na luta pela reforma agrária exerce duas formas de pressão sobre o governo: a forma exercida pelos acampados que se estende até a conquista do assentamento e a forma exercida pelos assentados para tornar possível a produção, através dos

financiamentos, até a conquista da autonomia na perspectiva da emancipação.

Reforça que

O sucesso do MST, e a razão principal de seu crescimento, podem ser explicados justamente pela sua habilidade em construir esses dois ciclos e em mantê-los sempre ligados à organização do movimento, de modo que eles se reforçam mutuamente (COMPARATO, 2003, p.94-5).

Observa-se que as lideranças do MST implementam esse aprendizado dos elementos que compõem o método de ação política e quase sempre conseguem auferir resultados de acordo com os propósitos preconizados.

Em continuidade à luta, no dia 14 de maio de 1995, os Sem-Terra ocupam o restante da Fazenda Rio Branco para construir o Assentamento Palmares que se tornaria uma das principais referências de Reforma Agrária do Estado do Pará, fruto das inúmeras conquistas, oriundas das lutas e mobilizações dos trabalhadores rurais “Sem-Terra”, ligados ao MST.

O Assentamento Palmares está localizado no Município de Parauapebas, distante 22 km da cidade,

... sendo atravessado pelos trilhos da Estrada de Ferro Carajás e vizinho da propriedade da Família Miranda, grandes e antigos fazendeiros da Região. Foram desapropriadas 20.405 ha de um total de 22.905 ha, do restante da Fazenda Rio Branco que, agora, pertencem à 850 famílias de trabalhadores.” (FONSECA, 1999, p.21).

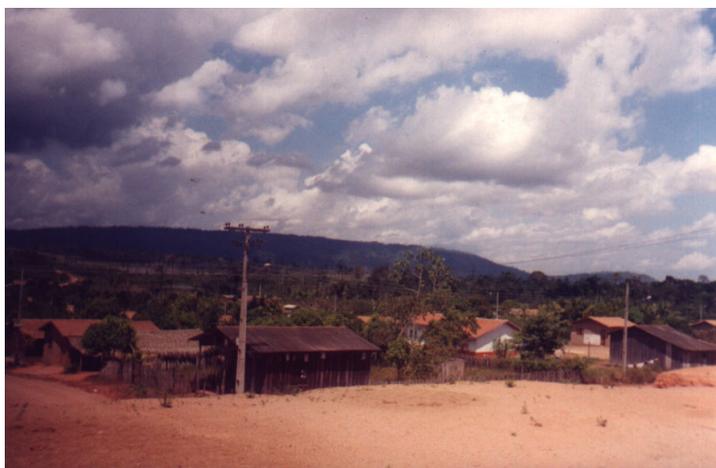


Figura 01 Assentamento Palmares, Município de Parauapebas.
Foto: Marlene Naoyo Abe, 2002.

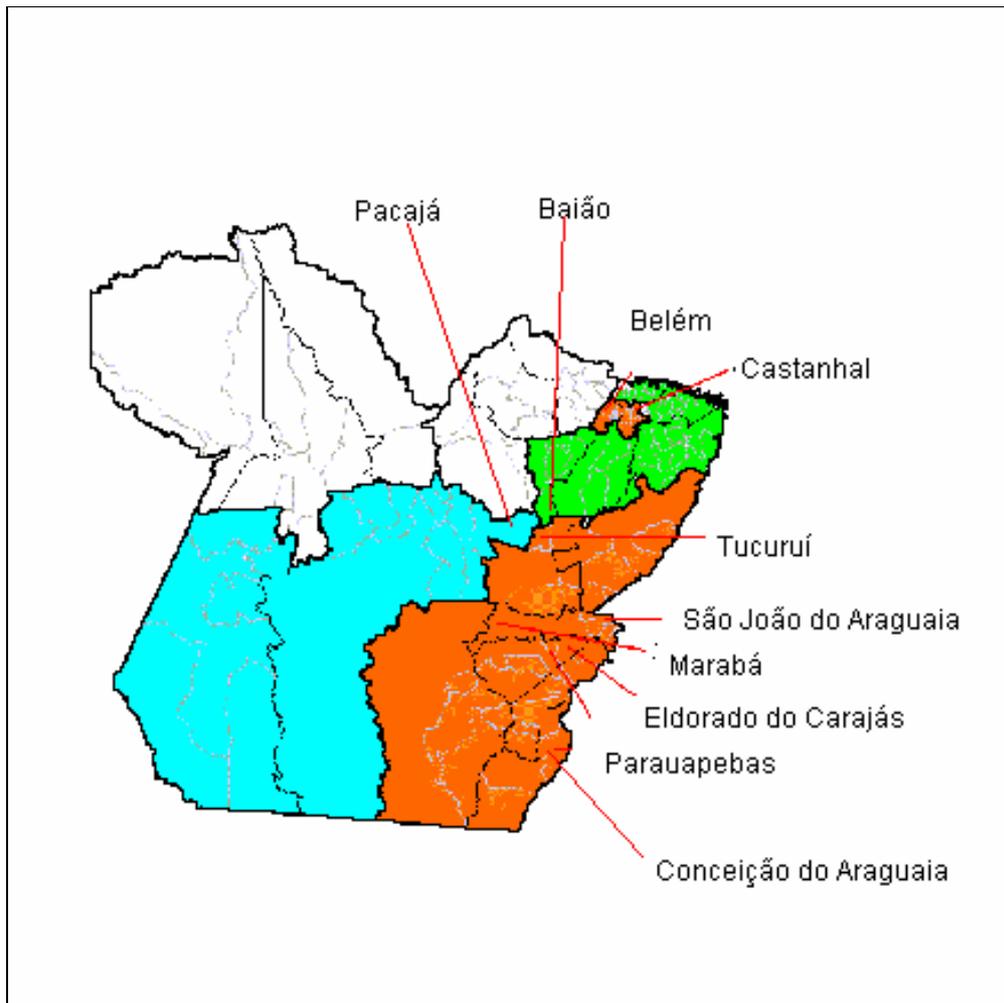


Figura 02 Localização dos Assentamentos do MST-PA. Mesorregiões: ● Metropolitana de Belém, ● Nordeste Paraense, ● Sudoeste Paraense e ● Sudeste Paraense.

Fonte: www.fgp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/cartogramas/municipios_micro_e_mesorregioes. Adaptado por Marlene Naoyo Abe.

2.1 E A LUTA CONTINUA...



Figura 03 Tribunal Internacional Contra os Crimes do Latifúndio, Belém-PA, 28.10.2003.

Foto: Roberto Morais (Instituto Fala)

As ocupações de terra não se encerram na Fazenda Rio Branco. As lutas se intensificam, e a estratégia política é garantir terras para todos os trabalhadores sem-terra, assim como alcançar as áreas próximas aos grandes centros urbanos.

Em 1995, no dia 5 de novembro, com a presença, na região, do Sr. Francisco Graziano Neto, Presidente do INCRA, para a entrega dos lotes do Assentamento Palmares em uma manifestação pública, faziam-se presentes, não somente os assentados, mas também as 1.500 famílias que estavam acampadas em Curionópolis e reivindicavam na ocasião a desapropriação da Fazenda Macaxeira, continuando o processo de lutas para desapropriações de latifúndios.

Importante destacar que aqui se expressa um outro elemento importante nas estratégias do MST: nunca se perde a oportunidade quando há a presença de

representantes das instituições públicas. São marcadas com grande mobilização e manifestações, chamando a atenção da sociedade e da imprensa, à sua luta por reforma agrária.

Essa questão é confirmada por Comparato, enfatizando a habilidade das lideranças em fazer previsões quanto às manifestações que mais chamam atenção da imprensa oficial, tornando visível aos meios de comunicação. Menciona que para o movimento “essa é a melhor maneira de evitar a repressão aos manifestantes”. Todas as formas de mobilização fazem parte das ações táticas do Movimento para dar visibilidade às suas lutas:

(...) um acampamento à beira de uma rodovia tem muito mais visibilidade do que no interior das terras, do mesmo modo que montar um acampamento provisório em frente ao palácio do governo ou diante de órgãos do governo ou agências bancárias garante presença no noticiário da televisão e nos jornais. A ocupação de prédios públicos ou a concentração de militantes em frente à fazenda da família do Presidente da República, por sua vez, garante um lugar de destaque na imprensa, enquanto durar a mobilização (COMPARATO, 2003, p.138).

Nesse mesmo período, no mês de agosto, a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Pará (SSP/PA) cria a Delegacia de Conflitos Fundiários, na Divisão de Investigações e Operações Especiais (DIOE), com atuação em todo o Estado.

Ao mesmo tempo em que a pressão política exercida pelo MST exige uma nova postura do governo, efetivando-se com a reestruturação dos órgãos de segurança a criação desse organismo que é uma das estratégias do governo para desorganizar o Movimento: a repressão, seguindo a orientação em nível federal, quando foi criado o departamento de conflitos agrários dentro da Polícia Federal. Comparato analisa que essa é uma estratégia realizada indiretamente, “sob o disfarce de inquéritos legais” (2003, p.101-02).

Desde a data de entrega das terras às famílias do Assentamento Palmares até 8 de março de 1996, aproximadamente mil e quatrocentas famílias ficaram

acampadas no Centro de Orientação e Formação Agropastoril de Curionópolis, aguardando o resultado da vistoria da Fazenda Macaxeira, cujo laudo técnico classificou o latifúndio como produtivo. Esse é um resultado freqüente nos laudos governamentais, uma vez que se tenta a desmobilização da ocupação. Insatisfeitos com o resultado, os sem-terra ocuparam a Macaxeira, organizando a resistência contra os jagunços e a Polícia. Iniciaram as negociações com o INCRA que propôs assentá-los em um Projeto de Assentamento na Região de Tucuruí, no Assentamento Tuerê. O Assentamento Tuerê não se enquadrava nas estratégias políticas do MST naquele período, uma vez que era um Assentamento que se encontrava em péssimas condições: estrada intrafegável, de difícil acesso, cuja distância de Tucuruí ao assentamento era de 220 km e de Marabá ao Tuerê de 500 km; esse quadro dificultaria toda a estratégia de organização política do MST naquela Região.

Convém destacar que, quando o MST decide ocupar uma área de terra, a decisão tomada não é aleatória. Nesta decisão está embutido um propósito que faz parte de suas estratégias de intervenção política, garantindo a sua resistência ao longo do processo.

No dia 10 de abril de 1996, aproximadamente duas mil pessoas iniciaram nova marcha para Belém. Quando chegaram na "curva do S", em 16 de abril, no Município de Eldorado dos Carajás, os sem-terra decidiram bloquear a rodovia PA 150 a fim de pressionar o governo a abrir negociação. O Governador Almir Gabriel enviou um comandante da Polícia Militar (PM) de Parauapebas para negociar com o MST, acordando-se que enviaria alimentos e 50 ônibus para que os sem-terra fossem até Marabá para negociações com o superintendente do INCRA. Às onze horas do dia 17 de abril, o MST foi informado pelo comandante que o acordo não

seria cumprido. Portanto, decidem bloquear novamente a rodovia. Às 16 horas, chegaram dois batalhões da PM: um vindo de Marabá e outro, de Parauapebas. O massacre ocorre: 19 sem-terra mortos e 69 feridos. Era o segundo massacre dessa natureza, em menos de dois anos, no governo Fernando Henrique Cardoso. O primeiro aconteceu em Corumbiara, Rondônia, em 9 de agosto de 1995, com a ocorrência de 11 mortes e vários feridos e torturados.

Em 2 de maio de 1996, doze membros da Coordenação Nacional do MST reuniram-se com o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann. Por causa do massacre, o Presidente havia criado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, em 30 de abril de 1996, demitindo o Ministro da Agricultura José Eduardo Andrade Vieira, banqueiro, e que tinha sob seu comando o INCRA. O MST apresentou ao Presidente alguns pontos fundamentais para a realização da reforma agrária, responsabilizando o Governador Almir Gabriel e o Ministro da Justiça pelo Massacre de Eldorado dos Carajás, exigindo a prisão preventiva dos policiais que participaram do episódio e reivindicando a desapropriação imediata da Fazenda Macaxeira.

Parte dos sem-terra reocuparam a Macaxeira, pois muitas famílias se dispersaram após o episódio de violência. Essa tática de desmobilização, muitas vezes, consegue de forma imediata o propósito preconizado. Neste caso, logo após o massacre, houve grande desmobilização, mas passado o impacto do momento, houve uma procura massiva por parte das famílias, pretendendo uma área de terra, o que provocou a preocupação a algumas lideranças do MST da região.

Realizou-se nova vistoria e algumas áreas da Macaxeira foram classificadas como improdutivas, permitindo a desapropriação de parte dela, onde foram

assentadas seiscentas e noventa famílias em dezoito mil e oitenta e nove hectares, constituindo-se o Assentamento 17 de Abril.

Posteriormente, ocorre a ocupação da Fazenda Pastoriza, no dia 1º de Março, no Município de São João do Araguaia, próximo à cidade de Marabá. Esta área está desapropriada na qual foi criado o Projeto de Assentamento "1º de Março", com 350 famílias assentadas.

Em 1997, de 10 a 17 de abril, em vários países aconteceram Exposições de fotografias de Sebastião Salgado, intitulada TERRA, com texto de José Saramago e um disco compacto com músicas compostas e interpretadas por Chico Buarque de Holanda. A primeira exposição aconteceu em Bruxelas, na Bélgica, quando o MST recebeu o Prêmio Internacional Rei Balduino para o Desenvolvimento. Esse foi um espaço de denúncia da violência e da impunidade, de divulgação da luta pela terra e pela Reforma Agrária e instituído o dia 17 de Abril como o Dia Internacional de Luta Camponesa.

Em dezembro, no Município de Tucuruí, 1.400 famílias ocupam a Fazenda Beija-Flor que se tornou o Projeto de Assentamento Chico Mendes, em 1999.

Aproximadamente, quinhentas famílias ocuparam a Fazenda Goiás II, em Parauapebas, no dia 14 de março de 1998, entretanto decidiram desocupar a área diante das inúmeras ameaças dos pistoleiros da fazenda. No dia 26 de março, realizam a transferência do acampamento para uma área próxima ao Assentamento Carajás e foram emboscados pelos pistoleiros e policiais militares. Duas lideranças foram mortas: Onalício Araújo Barros, conhecido como Fusquinha, e Valentim Serra, o Doutor. As famílias reocupam a fazenda, onde foi criado o Assentamento Onalício Barros, com 69 famílias assentadas.

Após esse episódio, o Exército marcou presença incisiva na região, cercando, em permanente vigília o Assentamento Palmares, a entrada do Assentamento 17 de Abril e da Fazenda Goiás II.

O Movimento buscou outra estratégia de territorialização, previsto desde o Congresso realizado em 1995: a ocupação de áreas de terras próximas aos grandes centros urbanos. Portanto, depois de um amplo trabalho de base nos municípios de Castanhal, São Francisco e RMB, no dia 15 de novembro de 1998, 500 famílias ocupam a Fazenda Bacuri, no Município de Castanhal, distante 70 Km da capital, e instala o Acampamento João Batista¹¹.

A criação da Secretaria da Regional Belém do MST, em 1998, com o apoio de diversas pessoas, entidades e de igrejas facilitou a implantação do MST na região e, a partir desse acampamento, várias mobilizações aconteceram em conjunto com os diversos setores dos movimentos sociais: Grito dos Excluídos, Marcha Estadual pelos dois anos de massacre de Eldorado, ocupações do INCRA, uma greve de fome de 36 militantes para pressionar o INCRA Nacional a abrir negociação em Marabá.

Nesse mesmo ano ocorre a ocupação da Fazenda Volta do Rio, no Município de Eldorado dos Carajás, por 400 famílias, denominado Acampamento de Cabanos.

Em 26 de março de 1999, quando completava um ano do assassinato de Fusquinha e Doutor, o movimento ocupa a Fazenda Cabaceiras a 25 km de Marabá. Essa ocupação provocou uma forte mobilização dos órgãos de segurança do Estado do Pará que, por ordem do Governador Almir Gabriel, deslocou para o sul/sudeste do Estado cerca de 500 policiais militares, civis, federais, pelotão canil, equipados com armas de grosso calibre, a fim de efetivar a desocupação de fazendas, naquela

¹¹ João Batista foi Deputado Estadual do Partido Comunista do Brasil, assassinado durante seu mandato, em 1988, com atuação marcante na Região Nordeste paraense, onde está localizado o Município de Castanhal.

região, dentre as quais a Fazenda Cabaceiras. O despejo foi violento, mas as famílias não desistiram e, poucos dias depois, retornaram à área, permanecendo até os dias atuais no acampamento denominado 26 de Março.



Figura 04 Acampamento 26 de Março, Município de Marabá.
Foto: Marlene Naoyo Abe, 2002

Em novembro desencadeia-se uma grande Jornada de Lutas por liberação de créditos, estradas, melhores condições de saúde, educação e desapropriação de áreas ocupadas com fechamento de rodovias, bloqueio de bancos entre outras atividades. O MST consegue conquistar a liberação de recursos e o assentamento de algumas famílias acampadas na antiga Fazenda Goiás II, criando-se o Assentamento Onalício Barros.

Em abril desse mesmo ano, período da Jornada de Lutas e fortalecido pela criação da Secretaria em Belém, diversas ações foram realizadas e um novo trabalho de base nas periferias de Belém, resultaram na ocupação da Fazenda TABA (Transportes Aéreos da Bacia Amazônica). No final de novembro, pistoleiros contratados pelo ex-gerente da fazenda fazem emboscada para quatro trabalhadores, deixando um deles gravemente ferido à bala. Porém a resistência das

famílias permanece e, no dia 20 de dezembro, reocupam a sede da fazenda, expulsando os pistoleiros.

O ano de 2000 tem início com mais uma ação contra os sem terra: a Justiça paraense concede liminar de reintegração de posse ao ex-gerente da Fazenda TABA, tendo como consequência o despejo das famílias que, logo depois, voltam a ocupar a área da fazenda. Foram realizados quatro despejos e cinco ocupações.

No mês de março, 200 famílias do Acampamento João Batista ocupam o INCRA/Belém por dez dias e conseguem um acordo com os seguintes pontos: a) Desapropriação do complexo Bacuri; b) assentamento imediato das 200 famílias e c) compromisso de assentar mais 140 famílias, indicadas pela coordenação do MST no excedente de terras do complexo; d) liberação de créditos e e) garantia de que a Fazenda TABA não viria a sofrer novos despejos. No dia 04 de maio de 2000 é publicado no Diário Oficial da União a desapropriação da Fazenda Bacuri.

No dia 1º de Maio de 2000, Dia Internacional do Trabalhador, o MST recebe do escultor dinamarquês Jean Galschiot o monumento "Coluna da Infâmia". Esse monumento foi inaugurado na Praça da Leitura, no centro da capital, em uma manifestação pública, onde se encontravam diversos militantes dos movimentos sociais e partidos de esquerda, com a presença do Prefeito do Município de Belém, Edmilson Rodrigues.



Figura 05 Marcha pela Paz, MST-PA.
Foto: Juçara Abe (Instituto Fala), 2003



Figura 06 - Coluna da Infâmia.
Foto: Juçara Abe (Instituto fala), 2003

Em janeiro de 2001, o INCRA anuncia que a Fazenda Cabaceiras é improdutiva. Nesse mesmo mês são liberados os primeiros créditos para o Assentamento João Batista. Em março é confirmado o convênio com a Universidade Federal do Pará para a realização do Curso de Pedagogia envolvendo 50 educadores/as das áreas de Reforma Agrária do Pará, Maranhão, Tocantins, Piauí e Ceará.

No dia 01.04.2001 é realizada a ocupação da Fazenda Ideal, no Município de São João do Araguaia, com 600 famílias. Logo após esse acontecimento, a PMB organiza o cadastro oficial do Assentamento Mártires de Abril, em Mosqueiro.



Figura 07 - Acampamento Elizabete Teixeira, Ilha de Mosqueiro-Belém.
Foto: Marlene Naoyo Abe, 2003.

O MST está estruturado em três regionais: Carajás, Araguaia e Cabana onde se encontram divididos os doze acampamentos e dez assentamentos do MST, em onze municípios do Estado do Pará, somando um total de 5.769 famílias, sendo 2.073 famílias em dez assentamentos e 3.696 famílias em doze acampamentos, até abril de 2004.

Quadro 1- Acampamentos e Assentamentos do MST no Estado do Pará: localização, área, nº de famílias, ano de ocupação e de criação dos Projetos de Assentamento.

Nº	Nome	Município	Área (ha)	Nº de Famílias		Ano de Ocupação	Ano de Criação
				Acampadas	Assentadas		
01	Palmares	Parauapebas	14.921,00		517	1994	1995
02	1º de Março	São João do Araguaia	10.960		328	1997	1998
03	17 de Abril	Eldorado dos Carajás	18.000,00		690		1997
04	Chico Mendes I	Baião/Tucuruí	3.050,00		42	1999	2000
05	Chico Mendes II	Pacajá/Tucuruí	5.250,00		66	1999	2000
06	Cabanos	Eldorado dos Carajás	3.426,00		85	1998	1998
07	Onalício Barros	Parauapebas	1.770,00		68	1998	2000
08	Mártires de Abril	Belém	408,00		91	1999	2001
09	João Batista	Castanhal	1.670,00		156	1998	2000
10	8 de Março	Pacajá/Tucuruí	1.500,00		30	2004	2004
11	Canudos	Eldorado dos Carajás	3.536,00	62		1998	
12	Elizabete Teixeira	Belém	930,00	37		2002	
13	26 de Março	Marabá	9.772,00	270		1999	
14	Paulo Fonteles	Belém		77			
15	Abril Vermelho**	Santa Izabel do Pará	10.000,00	723		2004	
16	Quintino Lira	Mãe do Rio	5.000,00	400		2004	
17	Salvador Allende	Marabá		70		2003	
18	Lorival Santana	Eldorado dos Carajás		1100		2004	
	Sub-Total			2.739	2073		

Total geral de famílias acampadas e assentadas: 4.812

Fonte: MST/Pará. Abril de 2004. Elaborado por Marlene Naoyo Abe

Observa-se que em aproximadamente um ano houve aumento do número de famílias que se inseriram às fileiras do MST através da organização de acampamentos. Outro aspecto a destacar nesse processo de intervenção estratégica do Movimento é que, após a efetivação do AMA, houve a intensificação das ocupações em áreas próximas à RMB, uma estratégia política efetivada com oito anos de implantação no Estado do Pará, demonstrando o poder de mobilização e organização do MST.

* Em 16/04/2004 foram unificados três acampamentos – Rosa Luxemburgo, Roseli Nunes e Iza Cunha, constituindo-se o Acampamento Abril Vermelho, no Município de Santa Izabel do Pará com um total de 723 famílias.

Ainda hoje, após anos de presença do MST no cenário político nacional, freqüentemente as notícias da imprensa enfatizam “mais uma invasão dos Sem Terra na região...”. A discussão é antiga: *ocupação ou invasão?* A imprensa sempre denominando os ocupantes de “invasores”. E insistentemente os militantes e as lideranças do MST têm afirmado que

... a ocupação é legítima porque tem em vista a defesa da vida, dos instrumentos para conseguir sobrevivência, porque é praticada por gente marginalizada pela sociedade, e se realiza em propriedades de quem as usa mal e não necessita delas para sobreviver (STÉDILE e GORGEN, 1993, p. 59).

É nessa perspectiva que o MST aparece no cenário nacional, impondo mudanças na concepção de luta pela terra, demonstrando que as ações de ocupação de latifúndios são legítimas, uma vez que essas grandes áreas de terras se encontram ociosas em paradoxo com a existência de milhares de pessoas dispostas a trabalhar a terra e produzir alimentos.

As estratégias políticas do MST são implementadas por meio das ações de ocupação com um grande número de famílias (mulheres, homens, idosos, jovens, crianças) de forma massiva, demonstrando que é uma ação coletiva, realizada por um grande número de pessoas que necessitam de terra para trabalhar. Essa é uma forma de luta que se consolidou no MST, e o que melhor se conseguiu organizar, entendendo que, somente através da ocupação dos latifúndios, se consegue ter acesso à terra.

Fernandes confirma: “a ocupação como forma de acesso à terra” é entendida “como uma ação de resistência inerente à formação camponesa no interior do processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo”, isto é, uma forma de “recriação do campesinato” (2000, p.279). A ocupação é uma luta contra a situação de expropriação e de exploração, uma luta contra a exclusão social a que os

trabalhadores estão submetidos, uma luta pela construção de seus direitos de cidadania e pela terra de trabalho para produção de alimentos.



Figura 08 Formação política e técnica dos militantes do MST-PA; Assentamento Palmares.

Foto: Marlene Naoyo Abe, 2002

Fernandes destaca que

A ocupação é um processo socioespacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos sem-terra (FERNANDES, 2000, p. 281).

Esse é o início do processo de formação política, quando surgem e se constroem os militantes que fortalecem a organização social e política do MST. Ocupar é o processo inicial que se desencadeia para a construção da necessidade de buscar seus direitos de cidadania, a busca da superação da condição de expropriados e de exclusão social, para se criar a esperança de transformar suas vidas na perspectiva de construção da felicidade coletiva.

PARTE II PRODUZIR

III O AROMA DA TERRA DE BELÉM

Era uma cidade antiga
irmã do sol e do luar (...)
Adejavam como pássaros
desde as bandas do Salgado,
desde a baía do Sol.
dos Estreitos no traçado (...)
Era uma cidade mágica
feitiço do bem querer,
quanto mais longe ficava
mais difícil de esquecer.
Era uma cidade tal,
que faz tempo já não há,
chamada Santa Maria
de Belém do Grão-Pará.
Abguar Bastos (2001)

Belém está localizada em uma região onde grande parte é banhada pela Baía do Guajará que possibilitaria uma visão aberta para os rios, não fossem os concretos que fecham esse panorama. Ao olhar de cima, visualiza-se a extensa área verde das matas e as águas dos rios e igarapés. A esse panorama de matas e rios, em uma extensão de 65% do território, juntam-se ilhas, pequenas e grandes. Algumas se manifestam como pontos quase imperceptíveis, somando um total de 42, que se distribuem em dois distritos administrativos: o Distrito Administrativo de Mosqueiro (DAMOS) e o Distrito Administrativo de Outeiro (DAOUT). A existência de ilhas é marcante e, embora fazendo parte da capital, apresenta características rurais com atividades econômicas voltadas para a agricultura, criação de pequenos animais, extrativismo e pesca artesanal.

O DAMOS é o primeiro Distrito de Belém, constituindo 13 (treze) ilhas: Mosqueiro, São Pedro, Maracujá, Pombas, Papagaio, Camari, Conceição, Maruim I, Maruim II, quatro ainda sem denominação, e onde está localizada a maior de todas, a Ilha de Mosqueiro, banhada pela Baía do Marajó, localizada à costa oriental do Rio Pará, braço Sul do Rio Amazonas, a 77 Km de Belém por via rodoviária, ligada

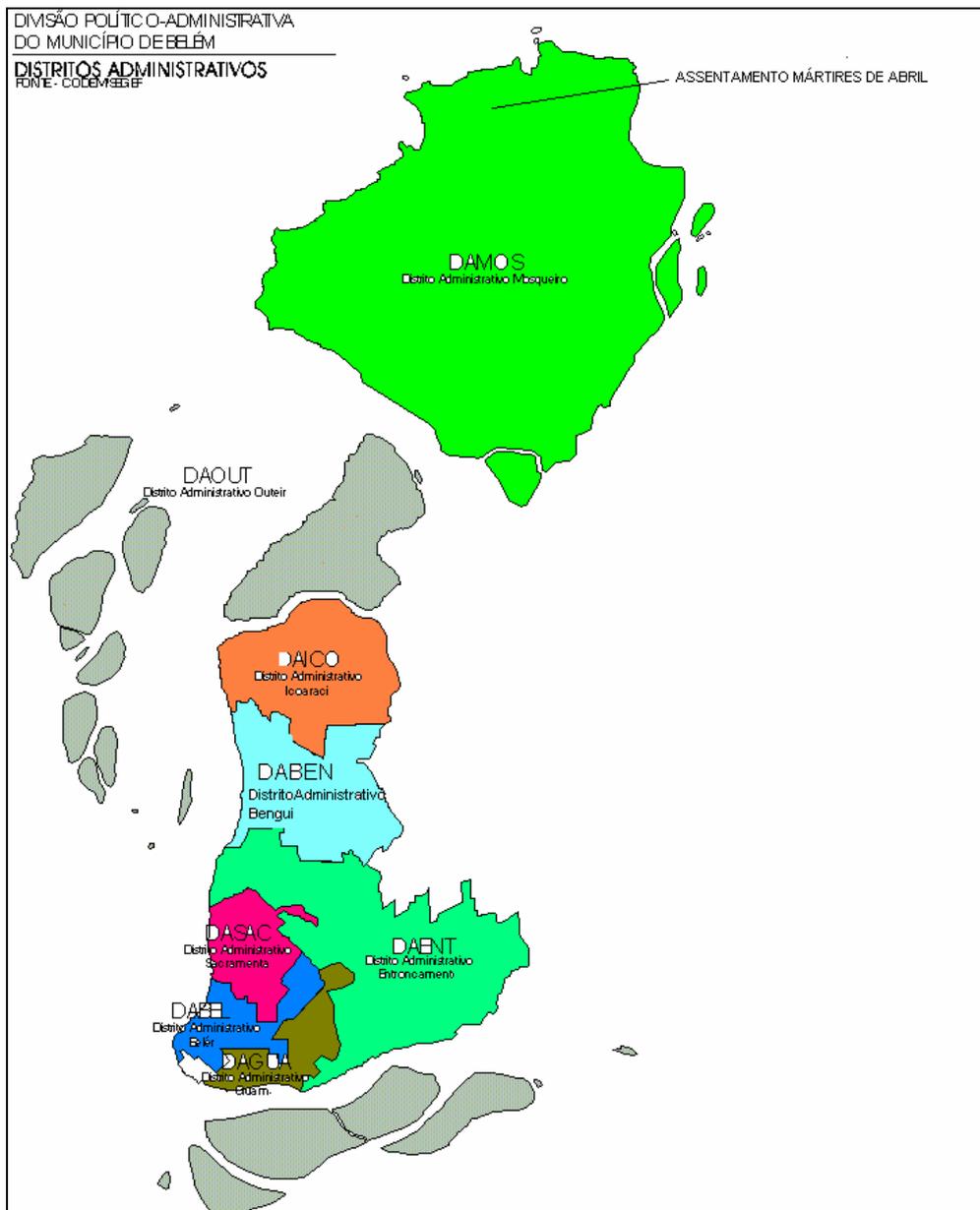


Figura 09 – Município de Belém e os Distritos Administrativos.
Fonte: CODEM / SEGEF, 2000

desde 1976, através da ponte Sebastião Rodrigues de Oliveira, sobre o Furo das Marinhas. A Ilha tem como limites ao norte, o Rio Pará; a oeste, a Baía do Marajó; a leste, o Furo das Marinhas e ao sul, o arquipélago de quatro ilhas: Caratateua, São

Pedro, Marituba e Arauari. Caracteriza-se pela existência de 21 praias em seu litoral com uma extensão de 17 km. Sofrem a influência das marés, por isso possuem ondas, tornando-as semelhantes às praias de oceano, embora sejam praias de rio, o que se constitui em atrativo para os banhistas. Algumas são urbanizadas: Murubira, Chapéu Virado, Porto Artur, do Farol, Areião, Grande, Ariramba, São Francisco. As praias mais afastadas como Carananduba, Marahú, Paraíso e Praia Grande são menos freqüentadas (SEGEP, 2002).

A proximidade do centro de Belém a transforma em local de veraneio para uma parcela significativa da população da Capital e também num ponto turístico importante do Estado.

A ilha possui pequenos rios e igarapés como o Pau-Amarelo, Mari-Mari, Cajueiro, Sucuri, Juguara, Murubira e Tamanduá e nos seus percursos são encontradas ilhas e ilhotas, como as de Maruins e a Ilha dos Papagaios, onde, além de seus habitantes, é forte a presença de pássaros e outros animais silvestres característicos da paisagem Amazônica.

Mosqueiro não se resume ao panorama de ilhas, igarapés e praias. A Ilha de Mosqueiro é habitada por uma população de 27.777 habitantes, em uma área de 22.044 ha, sendo 14.030 homens e 13.747 mulheres (IBGE, 2000) com 4,29 pessoas por domicílio e 375 domicílios na área rural¹², num total de 17.559 domicílios. Dentre os distritos administrativos, o DAMOS é o maior em extensão, mas o menor em densidade demográfica, sendo o segundo menor em população (SEGEP, 2002, p.10).

¹² A esses domicílios pode-se somar as 91 novas moradias do Assentamento Mártires de Abril, uma vez que esse levantamento foi realizado antes da constituição do Assentamento. Com a construção das moradias do AMA somam um total de domicílios na área rural é de 466.

Tabela 1 Área, população e densidade demográfica, segundo Distrito Administrativo do Município de Belém - 2000

Distritos Administrativos	Área (km ²)	População	Densidade demográfica (pop/km ²)
DAMOS	220,6411	27 896	126,43
DAOUT	111,3956	26 225	235,42
DAICO	32,9498	133 150	4041,00
DABEN	33,6883	237 303	7044,08
DAENT	64,054	116 561	1819,73
DASAC	15,2911	249 370	16308,18
DABEL	13,7331	140 574	10236,14
DAGUA	14,0701	349 535	24842,40
TOTAL	505,8231	1 280 614	2531,74

Fonte: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão – SEGEP. 2000

Mosqueiro tem uma história de ocupação característica da Região Amazônica, cuja colonização ocorreu do litoral para o interior, onde os exploradores da região buscavam as drogas do sertão. Esse processo ocorreu com conflitos uma vez que os colonizadores utilizavam a mão de obra escrava dos índios para a coleta das drogas exploradas.

Os primeiros habitantes foram os índios Tupinambás (os filhos de Tupã) e os índios Murubiras, da aldeia de Monte Guará, que viviam da caça e da pesca. A atividade econômica desenvolvida foi a pesca pela própria abundância do pescado na região. Foi através dessa atividade e da prática de defumação do peixe, “moqueio”, utilizada pelos índios, que surgiu a denominação de Ilha de Mosqueiro. Dessa atividade primitiva dos índios surgiu a expressão Ilha de Moqueio, que com o passar do tempo, foi sofrendo modificações (o verbo moquear que surgiu de

moqueio, para mosqueiro (ROCHA, 1996, p.19).

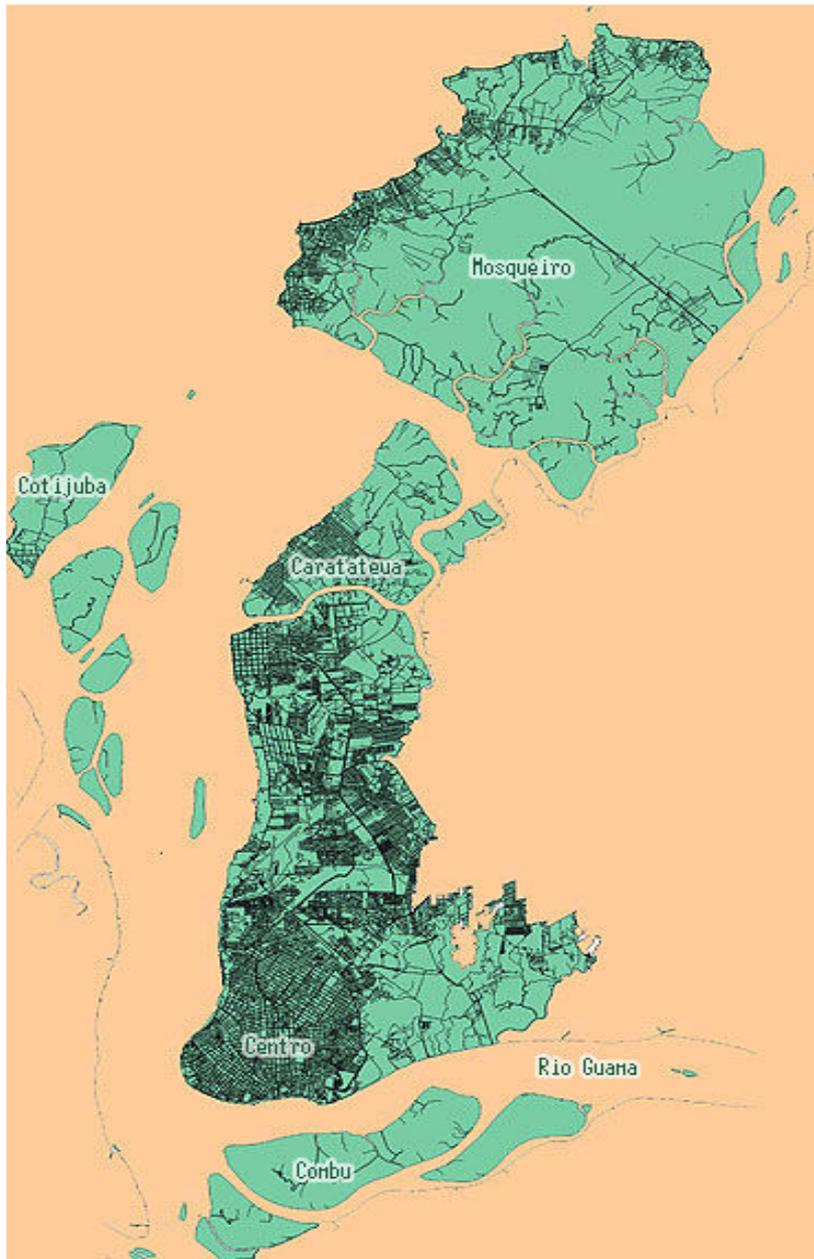


Figura 10 - Município de Belém – Malha Urbana
Fonte: Belemtur – Companhia de Turismo de Belém

Mas não foi somente no nome da ilha que a influência indígena permaneceu: a denominação, por exemplo, da Praia do Murubira tem origem no nome de uma

tribo indígena, os Morobiras. A formação dos termos vem, não somente da cultura indígena, mas igualmente dos portugueses que fizeram parte de sua colonização e de sua relação com os índios. “Chapéu Virado” é um termo de origem portuguesa.

Essa peculiaridade é marca de sua cultura histórica predominante na orla fluvial, onde se pode observar um conjunto de casas com arquitetura européia e norte-americana, chalés, solares e chácaras, que contrastam com as modernas arquiteturas das casas de veraneio.

A História de Mosqueiro remonta a 1855, quando ainda pertencia ao Distrito de Benfica onde eram realizadas as concessões de terra, de acordo com a Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850. Quando foram realizadas as concessões de terras em Mosqueiro, em 1855, a Ilha era constituída por 40 casas de telhas e de duas ruas, uma pequena igreja, três casas-de-negócio, um cemitério, duas escolas públicas, uma foguetaria e 500 habitantes. No século XIX, o Governo da Província do Pará fez doações ou vendas de áreas na Ilha para colonos, lavradores e pescadores (ROCHA, 1996).

As mudanças ocorridas em Mosqueiro foram influenciadas pelos estrangeiros (franceses, ingleses e americanos) que freqüentavam a ilha nos finais de semana e foram transformando-a em balneário de Belém, constituindo-se definitivamente num espaço de lazer pela paisagem natural e pelo clima. Esse quadro determinou certas mudanças, e as concessões de terras passaram a ser promovidas na própria Ilha, pelo Decreto nº 410, de 08/10/1891 e da Lei nº 82, de 15/09/1892. Com o crescimento acontece a elevação da Ilha à categoria de Vila pela Lei nº 324, de 06/07/1895, e seu desenvolvimento deve-se à influência do ciclo da borracha. Nesse período (1870-1920), ocorrem melhorias na infra-estrutura com a instalação de um ferro carril, um bonde à tração animal que ligava Chapéu Virado à Vila, a construção

de um trapiche em frente às casas de praia, a construção de hotéis, olarias, o Mercado Municipal, a Delegacia de Polícia e a Sede da Agência Distrital de Mosqueiro. Todas essas transformações são determinadas pelo desenvolvimento do local que, durante anos, foi freqüentado pela elite, os estrangeiros - portugueses, hebraicos, libaneses - comerciantes, os únicos visitantes de Mosqueiro, porque não existia meio de transporte coletivo. Foi somente no século XX que se inaugurou o primeiro transporte coletivo fluvial (ROCHA, 1996, p.20-1).

O assentamento da população começou somente no século XIX, quando houve doação, vendas e aforamentos a colonos, lavradores e pescadores, ficando o litoral para a população mais rica. A população de Mosqueiro resulta a miscigenação do branco (europeu), índios Tupinambás e negro africano.

Na década de 70, uma transformação substancial ocorre na Ilha, já bastante freqüentada pela população de Belém com a abertura da estrada, resultado do ciclo de rodovias da Amazônia e, em 12/01/76, a construção da Ponte Sebastião Rodrigues de Oliveira causou significativas mudanças em relação aos aspectos sócio-econômicos e ambientais.

Esse foi um período importante quanto à intensificação do uso da terra, tendo como consequência os desmatamentos pela ocupação urbana, pelas atividades agropecuárias e pela exploração de madeira.

Embora a marca de Mosqueiro seja o veraneio, não se pode deixar de perceber suas características, quanto às atividades tipicamente rurais. Na estrada de acesso à vila encontra-se um porto, onde se concentram inúmeros barcos pesqueiros e onde se movimenta o mercado de peixe e de camarão. A presença de pescadores se fortalece com a sua organização em uma associação, a Associação dos Pescadores do Caju.

Não somente a pesca atribui essa característica rural à Ilha de Mosqueiro: a realização do Festival do Cupuaçu, que acontece anualmente, quando os produtores apresentam as iguarias feitas com o cupuaçu, e uma das formas de dinamização do turismo na ilha.

Nas áreas menos freqüentadas, onde existe maior concentração de moradores, encontram-se famílias de pequenos agricultores que realizam atividades de pesca artesanal (marisco na orla), pequenas roças de mandioca para o preparo da farinha, cultivo de hortaliças, atividades típicas de pequenas localidades rurais do interior do Estado. Mendes (1999) destaca que, no passado, existia fartura de peixe, de caça e produtos nativos, roça, hortaliça e cultivo de pimenta-do-reino. Essa é a realidade da área da Baía do Sol, próxima ao Assentamento Mártires de Abril.

IV NOVA ESPERANÇA EM MOSQUEIRO

Este é o nosso País
 esta é a nossa bandeira
 é por amor a esta Pátria-Brasil
 que a gente segue em fileira.
 Queremos mais felicidade
 no céu deste olhar cor de anil
 No verde esperança sem fogo
 bandeira que o povo assumiu. (...)
 Queremos que abrace esta terra (...)
 quem põe com carinho a
 semente pra alimentar a Nação
 A ordem é ninguém passar fome
 Progresso é o povo feliz...
 Zé Pinto (1998)

1999: 17 de abril. A cidade de Belém amanheceu com um visual diferente. Diversas famílias se encontravam sob as lonas pretas, espalhadas pela Praça da Leitura, decoradas com a bandeira vermelha. A praça está localizada no Bairro de São Brás, em frente à Praça do Operário (local onde se realizaram grandes manifestações políticas em comemoração ao 1º de Maio) e o Terminal Rodoviário, um perímetro que dá acesso ao centro da cidade, à saída da cidade e aos diversos distritos do município. O que pretendiam essas famílias? Era o MST, que mais uma vez, marcava sua presença na capital. Iniciava-se uma Jornada de Lutas, pretendendo denunciar à sociedade que ainda existem milhares de famílias sem trabalho, sem um pedaço de terra para plantar e exigência de justiça, a punição dos culpados pela morte de 19 trabalhadores rurais sem terra, em 1996. Era o Dia Internacional da Luta Camponesa, quando militantes de diversas entidades dos movimentos sociais urbanos e do campo, entidades do movimento estudantil, instituições religiosas, parlamentares, militantes e representantes de partidos políticos se juntavam às famílias e aos militantes do MST para uma caminhada na cidade, a Marcha de Protesto.

A presença do MST na capital paraense demonstra a estratégia política de fazer lembrar à sociedade e aos órgãos governamentais que a luta continua até à

conquista de suas reivindicações. O acampamento montado numa praça, um local de cruzamento para os diversos distritos da cidade, é estrategicamente planejado possibilitando chamar atenção da imprensa para a sua luta. Essa forma de intervenção é realizada em todos os estados, provando a unidade na sua organização.

As famílias que ocuparam a praça tinham o propósito de continuar a luta em busca de um pedaço de chão. A disposição de dar prosseguimento à jornada era evidente. Em seus rostos as marcas da fome, do desemprego, mas, paradoxalmente, sutilmente, percebiam-se os discretos risos da esperança que começava a nascer em meio a sua gente. Sozinhos, a desesperança, a angústia, a escuridão. Juntos, a mudança, a alegria, o nascer do sol.

As famílias são oriundas dos bairros da periferia de Belém e dos municípios de Ananindeua, Benevides, Castanhal e Terra Alta. Exerciam atividades associadas às características do trabalho urbano como carpintaria, pequenas vendas, biscate ou estavam desempregados. Atualmente, embora essas características permaneçam, muitas das famílias que participaram da ocupação e resistência no acampamento, não mais se encontram no assentamento, foram substituídas por outras famílias. Os motivos são diversos, porém se pode afirmar que o enfrentamento de três ações de despejo, com destruição da produção agrícola, e a lentidão burocrática no processo de desapropriação da área influenciaram na desistência de diversas famílias que se foram em busca de outras alternativas de sobrevivência. Ressalta-se que o tempo é um fator que determina a permanência (ou a desistência) no processo de obtenção de terra.

Bringel, em seu trabalho sobre o Acampamento Mártires de Abril, demonstra a territorialidade do MST com a busca de mudanças nas suas condições de vida: “a

aproximação do MST das capitais e da cidade representa uma saída das condições de vida precária das cidades e um retorno às origens da terra, reterritorializando esses indivíduos como trabalhadores rurais” (2001, p.39). É o processo de êxodo urbano que Bringel demonstra:

No caso do Acampamento Mártires de Abril, (...) estabelece uma alternativa de retorno ao campo, só que em uma área urbana na sua zona rural. Da repulsão (entendida como situações de vida responsável pela insatisfação do local de origem) anterior, vinda principalmente da concentração de terra no campo, produzindo o êxodo rural. E o retorno, a partir de uma estratégia de um movimento social de massa – MST, para a atração (entendida como os atributos dos locais que se tornam atraentes) ao campo só que agora representado por uma zona rural em uma ilha pertencente ao Município de Belém. Uma espécie de “êxodo urbano” só que de uma zona urbana para uma zona rural, isso tudo dentro do espaço urbano (BRINGEL, 2001, p.38).

17 dias se passaram e dois dias após a marcha, no dia 03 de maio, rumaram em busca de um pedaço de chão.... antes do nascer do sol, ainda na penumbra, ocuparam a antiga Fazenda TABA: “Essa terra é nossa! Se vocês quiserem se somar à nossa luta, juntem-se a nós, se não, podem ir embora, porque, a partir de agora, essa terra é nossa!” , anuncia um representante do MST. Assim tinha início a longa jornada de lutas por terra, nesse pequeno espaço da Ilha de Mosqueiro que, antes, era apenas um panorama de coqueiros numa área de praias e de veraneio. A decisão de ocupar uma área de terra na RMB fora tomada quatro anos antes de ocorrer a ocupação da conhecida Fazenda TABA, cuja denominação era Fazenda Agropecuária Mosqueiro.

O Congresso Nacional do MST, em 1995, entre as diversas decisões, segundo Ulisses Manaças, deliberou pela ocupação de terras próxima às cidades, em torno das capitais, onde se encontra o centro do poder e o mercado potencial. Nesse Congresso foi definido como slogan do MST “Reforma Agrária: uma luta de todos”. Associada à decisão de se aproximar das cidades e sensibilizar toda a sociedade, particularmente, a população urbana na defesa da Reforma Agrária. Essa seria a forma de potencializar a luta política e, de acordo com as

considerações do Movimento, beneficiar não somente o campesinato, mas toda a sociedade.

Em 1990, o MST começou a se implantar no Estado paraense e, somente em 1998, inicia-se a estratégia de ocupação de áreas próximas aos grandes centros urbanos com a ocupação da Fazenda Bacuri, no Município de Castanhal, em 15/11/1998, atual Assentamento João Batista II. Seis meses depois, precisamente em 03/05/1999, ocorreu a ocupação da Fazenda TABA por cerca de 300 famílias. Posteriormente, quando técnicos do INCRA realizaram o cadastramento, constatou-se o total de 327 famílias com aproximadamente 800 pessoas (MANAÇAS, 2002).

Essa ocupação foi preparada três meses antes (fevereiro a abril), quando foi realizado o trabalho de base nas periferias de Belém. O trabalho de base constituiu-se na mobilização de famílias pelos militantes, nas áreas próximas à terra definida para ocupação e consiste no cadastramento dos interessados em se inserir no movimento a fim de reivindicar terras, tornando-se cliente da reforma agrária.

Era um período propício para o MST, uma vez que o contexto político favorecia o movimento. O Município de Belém, desde janeiro de 1997, era governado por um prefeito do Partido dos Trabalhadores, Edmilson Rodrigues, arquiteto, mestre em Planejamento do Desenvolvimento, professor universitário, liderança sindical que sempre esteve ao lado das lutas populares da cidade e do campo. Em 1998, quando o MST chegou, em marcha, foi recebido pelo Prefeito, na entrada da cidade, que entregou a chave do Município de Belém a um representante do Movimento. Estava selado o apoio político e a solidariedade à causa da luta pela terra e da reforma agrária.

Esse contexto facilitou, de certo modo, a pretensão de ocupação de uma área na capital. Com essa convicção, o MST montou na Praça da Leitura, Bairro de São

Brás, no dia 16 de abril de 1999, um acampamento pedagógico para marcar o início da jornada de lutas e passaram a denominá-lo “Mártires de Abril”. Essa jornada de lutas acontecia em nível nacional e protestava pelo massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 17 de Abril de 1996, seguindo-se à comemoração do Dia Internacional do Trabalhador, o Dia 1º de Maio (MANAÇAS, 2002).

O acampamento pedagógico era assim chamado, segundo Manaças (2002),

Por que era um período que tinha a possibilidade de trabalhar a experiência de organização com as famílias acampadas, era a possibilidade de criar articulação com outros movimentos sociais pra apoiar a luta também. Nós fizemos isso com os movimentos populares urbanos, também, em Belém, a Comissão dos Bairros de Belém, os partidos políticos de esquerda e, outra, também que a gente estava no período de abril, num período de jornada de lutas nacional que a gente sempre faz e nós conseguimos potencializar várias lutas: o 17 de Abril, o 1º de Maio, fizemos muitas atividades políticas e atividades pedagógicas, nós reuníamos com os grupos de famílias, nós conseguimos estabelecer relações com vários movimentos sociais. Isso foi importante pra solidificar a relação do MST com outros setores da sociedade. Esse acampamento durou cerca de 17 dias; nós começamos no dia 16 de abril o acampamento, noutro dia foi a grande marcha na capital, dia 17 de abril, e no dia 03 de maio de 1999 nós fizemos a ocupação na Fazenda Taba (MANAÇAS, 2002).

O argumento central da fala do militante é a ampliação do apoio político junto a outras categorias. Esse argumento vai ser reforçado com a necessidade de inserção no mercado e a proximidade do centro de representação simbólica do exercício da cidadania, a Capital do Estado. Uma das marcas do MST é a exposição de suas idéias e enfrentamentos na mídia, através das manifestações. Trata-se não apenas de uma estratégia de obtenção de terra, mas de uma construção simbólica sobre o que pretendem: uma imagem positiva sobre a reforma agrária.

Manaças conta sobre os motivos que levaram o MST à decisão dessa ocupação:

... nós tomamos essa iniciativa por três motivos básicos: O 1º - que próximo a capital, nessa região de Belém está concentrado o maior contingente populacional do Estado, um espaço que ao lado de algumas cidades tem uma população muito grande e necessariamente tem uma maior quantidade de miseráveis, de pessoas que não tem trabalho, de pessoas que moram na periferia, de pessoas que vieram do campo, de pessoas que necessitam de políticas sociais.(...) O 2º motivo é que construindo um cinturão verde em torno da capital, com possibilidade de criar assentamento de reforma

agrária, também, necessariamente tem mercado para poder comercializar, um contingente populacional grande, tem uma certa estrutura para poder comercializar a produção, é justamente uma das deficiências dos assentamentos de reforma agrária. E o 3º motivo é extremamente político: foi na verdade o que nós percebemos que nas capitais está concentrado os centros de decisões do Estado, está o Poder Legislativo, o Judiciário, está o Executivo; na capital estão os meios de comunicação. Então, na capital tem possibilidade de garantir mais visibilidade à luta de massas, mais efeito...(MANAÇAS, 2002).

Nesse depoimento, observa-se que existem três elementos importantes na estratégia de construção da sua organização na capital: população pretendente de terra em potencial, mercado e comercialização com estrutura consolidada e visibilidade da luta junto à imprensa oficial, proporcionando maior poder de pressão política.

Anterior à ocupação de terra em Mosqueiro, o MST já estudava a possibilidade em outras áreas, no entorno de Belém, mas optou por Mosqueiro pela sua peculiaridade: um balneário, local de veraneio para uma parcela importante da população de Belém, uma região que não é vista como tradicionalmente agrícola, embora a área ocupada seja coberta de pasto e coqueiros e outra parte da população nativa sobreviva da pequena agricultura e da pesca, segundo informações de um dos dirigentes. Essa especificidade da ilha levou o Movimento a avaliar a importância de se criar um pólo de produção de alimentos para a capital:

... era criar uma possibilidade rápida de fazer mobilizações na capital, mas também criar (nós, inclusive trabalhamos com essa lógica), nós precisamos criar um cinturão verde em torno da capital, criar assentamentos só onde fosse possível para poder garantir o abastecimento da cidade, renda para o trabalhador rural e, conseqüentemente, baratear o preço da alimentação que na maioria dos casos são importados em Belém. Então, essa situação motivou fazer o acampamento; essa é um pouco da trajetória dessa ocupação (MANAÇAS, 2002).

O argumento de Manaças expressa plenamente uma justificativa social: garantir o abastecimento da cidade, renda para os trabalhadores e alimento barato para o consumidor. São essas justificativas que legitimam a ocupação e a luta pela reforma agrária. Nunca a luta é justificada restritamente para atender às

necessidades de terra e trabalho para as famílias ocupantes, porém expressa sempre a responsabilidade social.

Remontando a origem de Mosqueiro, a história mostra que, diferentemente da declaração anterior, as atividades econômicas exercidas pelos primeiros habitantes foram a agricultura e a pesca artesanal. A agricultura é apontada como uma das causas do desmatamento da ilha, quando houve expansão da atividade agropecuária juntamente com a exploração da madeira, a partir de 1976, após construção da Ponte Sebastião R. de Oliveira, segundo o pesquisador Adriano Venturieri (Diário do Pará, 1998).

Os registros históricos demonstram que Mosqueiro apresenta uma característica marcadamente rural com atividades tradicionais de uma economia voltada para a pesca artesanal, agropecuária, extrativismo. Particularmente, num passado recente, na Baía do Sol, a produção era a coleta de produtos nativos como o açaí, a caça, a pesca artesanal. Existia fartura de peixe, roça, hortaliças e pimentado-reino. Atualmente, registram-se famílias que tem como atividade a pesca artesanal e a pequena produção agrícola (roça de mandioca). A tradição na pesca artesanal se expressa através da organização dos pescadores na Colônia de Pescadores de Mosqueiro (MENDES, 1999, p.30).

Outros fatores referentes à situação irregular da Fazenda TABA propiciou a ocupação: era uma Fazenda que formalmente exercia atividade agropecuária, haja vista a denominação Fazenda Agropecuária Mosqueiro. Embora existisse um grande número de coqueiros plantados, estimados em 60 mil pés, estavam abandonados e a atividade que se desenvolvia era unicamente a extração de areia e de pedra, de maneira irregular, contribuindo para a degradação ambiental. Existia também irregularidade na relação com os empregados com um processo trabalhista, há

vários meses, envolvendo o atraso no pagamento dos salários e indenização dos demitidos. Esses fatores contribuíram para a decisão de ocupar tal área. O não cumprimento da função social da terra é o principal argumento que justifica a ocupação.

A ocupação se estabeleceu com manifestação de grandes conflitos. O percurso foi demorado até a constituição do Assentamento. Foram três longos anos em que as famílias resistiram a quatro tentativas de despejos com queima de barracos e roças. O primeiro acontecimento registrado foi um embate amplamente divulgado na imprensa paraense. No dia 10/05/1999, ao completar seis dias de ocupação, os moradores do Bairro de Carananduba, onde estava localizada a fazenda, tendo à frente Antonio Albuquerque e Conceição Oliveira, entregariam um abaixo-assinado ao Ministro de Política Fundiária, Raul Jungman, ao Prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues e ao Governador do Pará, Almir Gabriel, exigindo a saída imediata dos “invasores” da Fazenda Taba, liderados pelo MST.

Ao completar 16 dias, em 19/05/1999, a Justiça deferiu uma liminar de reintegração de posse a Ulisses Monteiro, ex-funcionário da Fazenda, que tinha conseguido permissão do proprietário para exploração de areia no terreno.

Embora vivenciando clima de tensão no acampamento com ameaças de despejo, a preocupação com a organização e a segurança das pessoas foi constante. Anteriormente, fora colocada a importância do acampamento como um momento de discussão com as famílias sobre a organização, os princípios éticos de solidariedade, a divisão das tarefas, o sentido de coletividade. A organização se refere à passagem do nível individual para o nível coletivo, isto é, à medida que a pessoa se insere ao corpo coletivo, mais se fortalece o grupo para reivindicar terra, portanto, ela deixa de ser o indivíduo sozinho, e passa a compor um grupo com

objetivos e interesses comuns: os problemas, as atividades e tarefas deverão ser realizadas individualmente para fazer funcionar o grupo bem como a construção dos princípios éticos de solidariedade, de fraternidade, da democracia em busca dos direitos de cidadania. A segurança das pessoas é condição para que se mantenha o grupo coeso e tem o significado de garantia da integridade física e moral de todos os que se inserem nas fileiras do MST, diante da estrutura social e política que se vivencia conjuntamente, que submete a situações de violência e agressões, na tentativa de desmobilizar sua organização.



▲ ESCUDOS DA RESISTÊNCIA - À frente, mulheres e crianças formaram o obstáculo humano que a tropa de choque da Polícia Militar não se atreveu a transpor

Figura 11 Ação de despejo das famílias do Acampamento Mártires de Abril.
Foto: Cristino Martins (O Liberal. 29/05/1999, p.01)

Um dos aspectos que chama a atenção é o compromisso com a educação escolar. Um acampamento pode perdurar por anos e, desse modo, as crianças ficariam sem escola, buscando-se, portanto, criar alternativas para superação dos limites que se deparam na situação de acampamento.

Uma ocupação se justifica não apenas pela função econômica que deve ser dada à terra, mas pela função social que ela assume. Ocupar a terra é um passo na

organização do espaço social dos segmentos que dela participam. É o acesso à cidadania que está em jogo, pelo acesso ao emprego, mas também pelo acesso à educação, saúde, transporte e direito à manifestação e opinião.

Nesse sentido, foi realizado no período de 20 a 24 de maio de 1999, um curso de capacitação de alfabetizadores de crianças e adultos, no Acampamento “Mártires de Abril”, visando preparar onze pessoas com Curso Fundamental completo. Elas foram eleitas nos grupos de famílias para trabalhar a educação escolar com as crianças, os jovens e os adultos do acampamento. O curso foi ministrado pelo Irmão Nestor Delfos, colaborador do Setor de Educação do MST/PA, especializado em alfabetização de jovens e adultos com o método Paulo Freire (MACEDO, 2001).

A primeira ação de retirada das famílias ocorreu 25 dias depois, em 28/05/1999, ou seja, após a data da ocupação, quando o Oficial da Justiça com reforço de aproximadamente 130 soldados em quatro veículos, batalhão de choque, cavalaria, canil da PM em ação conjunta com o Comando de Operações Especiais (COE/PM), munidos da liminar de reintegração de posse, foi efetuar o despejo daquelas famílias.

Os soldados da PM, ao chegarem na fazenda, depararam-se com um trator que fora estacionado no meio do caminho e barricadas com toras de madeira, dificultando a passagem. Todos os ocupantes (homens, mulheres, crianças e idosos) se dirigiram para a entrada da fazenda numa demonstração de que estavam dispostos a resistir. O Oficial da Justiça Manoel Menezes explicou que estava cumprindo ordens da Justiça e que os ocupantes teriam que sair. O Comandante da PM, Coronel Mauro Calandrini, passou a negociar a saída das famílias com um padre que se fazia presente em apoio às famílias junto com o representante da Cáritas Brasileira, enquanto se manifestavam os protestos de indignação com

palavras de ordem em uníssono. Foram momentos extremamente difíceis frente à tamanha emoção tomando conta das pessoas que estavam sob ameaças de despejo. O comandante havia estabelecido um prazo de 30 minutos para os trabalhadores desocuparem a fazenda, porém antes de findar o prazo, foi surpreendido por uma manifestação das mulheres gestantes e mulheres idosas com crianças e bebês nos braços que, corajosamente, formaram uma barreira, protegendo a entrada do acampamento. Essa manifestação era realizada com todas as pessoas ocupantes a cantar as músicas de suas lutas, empunhando as bandeiras do MST, numa evidente expressão de resistência. A resistência e luta é complementada com a manifestação das sem terrinhas, uma tentativa de sensibilizar os soldados e o Comandante: três meninas se dirigiram em direção à tropa de soldados, carregando uma bandeira e ofertaram flores ao Comandante da operação. Uma menina de 13 anos falou: “Comandante, nós não queremos guerra. Só queremos ficar nessa terra para trabalhar. Não queremos mais passar fome!” (Suspensa desocupação da fazenda. O Liberal, 1999).

Estes fatos foram divulgados na imprensa, destacando que as crianças são utilizadas pelo MST para servir de escudo. As práticas das lideranças e militantes do MST têm sido de mostrar que ali estão presentes crianças, mulheres, idosos enfim, famílias que necessitam de terra para trabalhar, para produção de alimentos. Dessa maneira, as mulheres e as crianças se engajam na luta para sensibilizar os que detêm a força das armas. São flores contra armas... “Ainda fazem da flor seu mais forte refrão / E acreditam nas flores vencendo o canhão.” Símbolos grandemente utilizados nas canções da década de 60/70, podendo ser encontrado na letra do poema de Geraldo Vandré, intitulado *Pra Não Dizer que Não falei de Flores*,

transformado em hino das manifestações políticas dos movimentos sociais, em protesto ao Regime Militar instaurado no País na década de 70.



Figura 12 - Menina ofertando flores ao comandante da PM.

Foto: Mário Quadros (A Província do Pará; 29/05/1999, p.07)

A presença da imprensa nos conflitos do MST e o acionamento de símbolos expressam a dramaticidade acentuada na luta pela terra. Mulheres gestantes, crianças, hinos e bandeiras são componentes que aparecem, com frequência, no texto jornalístico de cobertura a estas manifestações. As lideranças do MST têm consciência e utiliza com muita competência o gestual, teatralizando, nos momentos de manifestação. Esse é um comportamento que o diferencia das outras organizações envolvidas na luta pela terra.

As famílias acampadas conseguiram a sua intenção de sensibilizar os soldados e o Comandante que não poderiam avançar, pois estavam sendo impedidos pelas mulheres e crianças ofertando flores.

Após negociação entre os componentes da coordenação do MST, os representantes das diversas entidades de apoio, os parlamentares e os padres

presentes, o Comandante deu uma trégua até às 15:00 horas, enquanto as lideranças se deslocavam para Belém para negociar com o superintendente do INCRA. Nesse dia foi realizada uma reunião dos representantes do MST com o Secretário de Segurança Pública, Ouvidoria do INCRA, e membros da direção da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Pará (FETAGRI), da CUT, da CPT, e representantes do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE), do Ministério Público (MP) e do Conselho Estadual de Segurança. A ampliação do apoio que o MST consegue agregar faz parte de sua estratégia política. Os diversos aliados e solidários ao movimento são chamados a se manifestarem e estão envolvidos com as ações, seja pela afinidade ideológica, seja pelo apoio material e humano oferecido antes, durante e após os enfrentamentos. A condução do processo é assumida pelo MST que capitaliza e demarca esta liderança com manifestações identitárias do Movimento.

Foi decidida a suspensão do despejo por três dias, enquanto o INCRA providenciaria uma outra área para assentar as famílias. A pretensão dos coordenadores do MST e dos representantes das entidades que apoiavam a ocupação era conseguir a suspensão definitiva da liminar. Outras decisões foram tomadas na negociação: a realização de um levantamento jurídico sobre a situação da área pelo INCRA, o cadastramento das famílias e o fornecimento de cestas básicas. Permaneceram por mais um mês e dezoito dias na área.

O planejamento para a ação é um elemento fundamental para o sucesso das ocupações, acampamentos e assentamentos. A liderança e a militância são treinadas para organizar e conduzir suas atividades.

Em meio à tensão que tomava conta no acampamento, em toda a movimentação, um acontecimento surpreendente: o nascimento de um bebê no

chão de uma das barracas do acampamento. Marluce Tavares Peixoto, poucos minutos antes, juntara-se a outras mulheres, formando a barreira para proteger a entrada do acampamento (O Liberal, 1999). Esse foi o momento em que todas as famílias comemoravam duplamente: ao mesmo tempo que recebiam a notícia da suspensão da ação de reintegração de posse, chegava a notícia do nascimento do primeiro bebê no acampamento, trazendo grandes esperanças ao conjunto das famílias. O simbólico permeia a informação do jornal: O nascimento de um bebê no acampamento é como se fora o nascimento do assentamento!

Ao completar pouco mais de um mês de ocupação, em 07/06/1999, o presidente da Associação dos Moradores e Amigos de Mosqueiro enviou uma carta ao Secretário de Segurança Pública, solicitando providências para a reintegração de posse da área, fazendo cumprir a liminar expedida anteriormente, numa evidente demonstração de pressão, ao mesmo tempo, alegando insegurança dos moradores e comerciantes, registro de furtos de criação doméstica de pequenos animais, prejuízos sofridos pelo comércio e hotéis da ilha pela fuga dos banhistas e turistas das praias, pelo clima de tensão provocado pelos “invasores”. Saliendam também na carta que esses “invasores” têm o apoio da Prefeitura Municipal de Belém (PMB) que são incompetentes para realizar a reforma agrária. Finalizam a carta, informando que dispõem de um abaixo-assinado com mais de duas mil assinaturas para a retirada dos “invasores” do Distrito.

A expressão utilizada para referir-se às famílias dos trabalhadores evidencia um tom discriminador em relação aos sem-terra e a defesa intransigente da propriedade particular. A conotação de invasores denota a posição de contrariedade à manifestação de reivindicação do MST e dos movimentos sociais que buscam a justiça e a inclusão social, e levantam questionamentos sobre a configuração da

estrutura da sociedade. As lideranças do MST não estão preocupadas com a integridade da propriedade privada. O que importa é a função social da terra, justificando as ocupações em benefício dos trabalhadores e suas famílias que necessitam de terra e trabalho e questionando o sistema de propriedade vigente.

Percebe-se o destaque dado pela imprensa às manifestações do poder. No dia seguinte à publicação da declaração da Associação dos Moradores e Amigos de Mosqueiro, a Juíza da Vara Distrital de Mosqueiro, Célia Regina Pinheiro, manda cumprir a liminar com força policial, expedindo um ofício ao Secretário de Segurança Pública com solicitação de uma guarnição da PM à disposição da Justiça para dar garantia ao oficial no cumprimento do mandado judicial de reintegração de posse da Fazenda Taba. Seguidamente, no dia 09/06/1999, o INCRA divulga os resultados do laudo técnico da área que diz não existirem condições para agricultura e para assentamento (Sem-Terra dizem que vão resistir na Fazenda Taba, Aprovíncia do Pará, 1999).

Os acontecimentos divulgados pela imprensa demonstram que houve um conjunto de ações articuladas entre a imprensa, a Justiça, o Incra e parcela da população de Mosqueiro que divergem politicamente das manifestações do MST, tentando fortalecer a ação contrária ao movimento, ao qual os representantes da PMB não têm expressado resistência. Ao contrário, a PMB manifestou apoio com fornecimento de assistência técnica, assessoria jurídica e política.

Ao mesmo tempo, surge um embate entre a Juíza Célia Regina Pinheiro que exige o cumprimento da liminar, comunicando ao TJE que a Secretaria de Defesa Social não está cumprindo a determinação judicial e o Secretário Paulo Sette Câmara toma medidas cautelosas, enfatizando que as negociações estão sendo realizadas, e a necessidade de se aguardar os resultados das negociações para se

tomar outras medidas.

A atitude do Secretário de Segurança Pública demonstra certa precaução, não tomando posições precipitadas para não aprofundar o desgaste da imagem do Governo do Estado, da SSP/PA e da PM que tem sido criticada, nacional e internacionalmente pela chacina de 1996. Essa atitude, portanto, não representa nenhuma preocupação voltada para a situação das famílias ocupantes da fazenda como poderia transparecer à primeira vista.

A Justiça foi desafiada e imediatamente, ao tomar conhecimento do resultado do laudo técnico divulgado pelo Superintendente do Incra, determina a saída dos sem-terra em 24 horas. Isto significa o quanto o poder tenta manter sua autoridade e autoritarismo frente às ações dos movimentos sociais, hoje, declaradamente um jogo de forças de poder entre as forças populares e as forças dominantes. A situação se complica, pois ao mesmo tempo em que as forças dominantes tentam agir conjuntamente, evidenciam-se as diferentes atitudes e compreensões, manifestadas de forma cautelosa, a fim de se evitar repercussão negativa que o Governo do Estado e a Justiça poderiam vir a sofrer frente aos erros cometidos, no passado recente, provocando sério problema político ao Governo.

Evidente que o MST não poderia ficar ausente desse debate de grande repercussão na imprensa, uma vez que é um elemento importante para o Movimento no sentido de se criar fatos políticos para a formação de opinião sobre a questão da terra, da reforma agrária e os conflitos de terras. Ante à divulgação dos órgãos públicos pressionando o Movimento e as famílias ocupantes, a coordenação do MST divulga sua posição nesse embate político, declarando que irão resistir às tentativas de despejo e alegando que o Incra não cumpriu com o acordo firmado em reunião, anteriormente realizada, com as diversas entidades de apoio ao Movimento. Dos

seis itens acordados, apenas um foi cumprido, o cadastro das famílias ocupantes, segundo declaração de um representante do MST. Os outros cinco itens constituem-se do levantamento preliminar da área para realização de vistoria definitiva; estudos jurídicos e técnicos para viabilizar a declaração social de desapropriação; fornecimento de cestas básicas às famílias; estudos alternativos de áreas para assentamento e viabilidade orçamentária do Incra. O representante do Incra apresenta duas áreas alternativas para os coordenadores do MST, na tentativa de transferir as famílias ocupantes da Fazenda Taba: Fazenda Pará com 742ha, no Município de Castanhal, e a fazenda Vale do Paraíso, de 950ha, no Município de Curuçá. A coordenação não aceita a proposta.

No dia 15/06/1999, após a declaração do MST, realizou-se mais uma reunião, resultando no compromisso do Superintendente do Incra de liberar 667 cestas básicas, mas, ao mesmo tempo, a declaração de que essa questão ficaria sob a responsabilidade da PMB, considerando que a área se encontra sob a jurisdição do Município de Belém.

As negociações continuam e o debate cotidiano, na imprensa, intercalam-se com a pressão da Juíza Distrital de Mosqueiro que determina o prazo de 72 horas para a retirada das famílias da Fazenda. Ao mesmo tempo, nova reunião é realizada tendo como resultado a formação de três comissões de trabalho em busca da solução dos problemas: investigar a situação dominial da Fazenda; procurar áreas alternativas para a transferência das famílias e tentar o adiamento do cumprimento da liminar de reintegração de posse, concedida pelo Presidente do TJE à Juíza Célia Regina Pinheiro (Três comissões estudam o caso de Mosqueiro, A Província do Pará, 1999).

Em 20/06/1999, 47 dias depois, os militantes do MST manifestam-se numa

marcha seguindo do Bairro de Carananduba até a Praça de Carananduba, contra a prática de intolerância dos governantes ao Movimento em todos o País. Os manifestantes doaram 200 cocos ao Posto de Saúde Municipal do DAMOS, demonstrando que estavam ali, não para criar problemas ou animosidade, mas para buscar seus direitos, enquanto cidadãos.

A postura do MST é de negociação, mantendo-se na ofensiva. A ocupação da terra é respaldada na legitimidade da Constituição Brasileira. Embora ofensivo, o MST é legalista e consegue manter-se no limite estrito do enquadramento jurídico, ao mesmo tempo em que checa a legalidade dos seus oponentes.

No dia seguinte à manifestação de Carananduba, iniciou-se a marcha de Castanhal a Belém, partindo do Assentamento João Batista II, em protesto à prisão e libertação de 16 militantes que ocuparam a Fazenda Cabaceiras no Município de Marabá.

A ofensividade se manifesta também na solidariedade interna do MST no Estado do Pará, demonstrando singular coesão e amplitude respeitável. Essas manifestações fazem parte do processo de formação dos assentados e da construção de uma identidade fundada em princípios humanitários e universais.

Após três dias de marcha, outra liminar foi expedida, divulgando-se que, na próxima manhã, a Polícia realizaria o despejo das famílias. Com essa informação, foram mobilizados os participantes da marcha que definiram pela desocupação da área e a transferência para um galpão da PMB, localizada às proximidades da Fazenda. Em 24/06/1999, a Polícia chega como havia sido programado, e ninguém foi encontrado ali. Foram destacados 386 policiais para essa operação, munidos de escudos, bombas de efeito moral, batalhão de choque, COE, Polícia Feminina, alunos do Curso de Formação de Soldados do Centro de Formação e

Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), da Companhia de Mosqueiro e do Canil e diversos veículos. A Polícia, desde o dia anterior, estava de prontidão na área, fechando a entrada da Fazenda e a Estrada de Carananduba, como se estivessem em uma operação de guerra. Esse aparato de repressão montado pela PM demonstrava a disposição das forças de “Defesa Social” em despejar as famílias em luta por um pedacinho de chão para a construção de suas vidas. Era de conhecimento da Polícia que ali se encontravam poucas famílias, exatamente 48, porque a maioria participava da Marcha de Protesto na BR 316, de Castanhal a Belém. Chegando lá, alguns soldados adentraram no acampamento e, mesmo não encontrando ninguém, derrubaram os barracos vazios. As famílias decidiram sair a fim de evitar confronto com a polícia, já que, naquele momento, havia poucas pessoas, indo abrigar-se num posto do DNER pertencente à PMB.

Esta é uma demonstração de que os movimentos táticos do MST se alternam entre ofensivas pacíficas e recuos programados, evitando o esvaziamento, ou a desmobilização e desarmando as possibilidades de agressão física.

A imprensa divulgou que a polícia infiltrara um agente disfarçado da Polícia Civil entre os ocupantes. Esse policial teria acompanhado todas as atividades do Movimento, com participação em reuniões e assembléias, conseguindo até fotografar para identificação das lideranças. Essa sempre foi a prática dos órgãos de segurança pública, comumente denominados pelos militantes dos movimentos sociais como órgãos de repressão política, comum à época do Regime Militar, quando muitos militantes das organizações de esquerda foram identificados.

Após alguns dias, uma nova decisão foi tomada: a ocupação do outro lado da área da fazenda, e concretizada no dia 29/06/1999. A situação das famílias é de penúria: começam a faltar alimentos, dispondo somente de arroz e feijão para

apenas alguns dias. Em 30/06/1999, as entidades que apóiam a luta das famílias ocupantes publicam uma nota de repúdio ao Governo do Estado, denunciando a agressão física e a prisão de um trabalhador por ocasião da reocupação da Fazenda. Aprofunda-se a tensão na área, a preocupação com a falta de alimentos, principalmente com as crianças, e as constantes ameaças de morte aos ocupantes. Os meses passam com freqüentes ameaças de morte dos ex-funcionários da Fazenda Taba aos ocupantes da área.

Em 21/07/1999, após 22 dias de reocupação, uma comissão dos sem-terra realiza a visita à sede da Fazenda, pois se pretendia reocupá-la. Decorrido aproximadamente 30 dias, em 18/08/1999, os militantes do MST montam vigília em frente ao Incra para pressionar o órgão à desapropriação imediata da Fazenda Bacuri, em Castanhal; e a Fazenda Taba, em Mosqueiro.

Nesse período, no dia 26 de agosto de 1999 acontece a marcha nacional, a conhecida “Marcha dos 100 mil” em direção à Brasília, da qual participam diversas pessoas do acampamento. Foi o período em que se definiu pela ocupação, mais uma vez, da sede da Fazenda.

Os meses parecem voltar à calma até que em novembro, o clima de tensão reacende na Fazenda Taba; as famílias do acampamento sofrem ameaças de morte, partindo dos 15 funcionários da Taba. No dia 26/11/1999, essas ameaças, de certo modo, chegam a se concretizar, quando uma das pessoas ocupantes foi ferida com duas balas, à hora em que juntamente com mais pessoas, colhiam palha e coco. Não se pôde comprovar quem atirou, mas desconfiam dos funcionários da Taba, uma vez que recebiam freqüentemente ameaças de morte.

A referida ocupação durou, aproximadamente seis meses, quando se obteve consistente organização: a divisão das áreas de terra para a produção dos grupos

de famílias de culturas temporárias (milho, feijão, macaxeira, batata doce, melancia); a organização do espaço físico com a abertura de algumas ruas; a implantação de uma escola (onde funcionava uma creche, durante o dia, e escola para adultos, no turno da noite) e a construção de uma sede, em madeira.

No dia 20 de dezembro de 1999, finalmente, ocupam novamente a sede da Fazenda. Entre às 3-4 horas da madrugada, quando os caseiros ainda estavam dormindo, as famílias sem-terra inesperadamente chegam à sede com disposição para ficar em definitivo.

O ano de 2000 se inicia com novos conflitos na Fazenda Taba: após 15 dias, na primeira semana do mês de janeiro, chega outra ação de despejo. Abandonam a área e acampam bem em frente ao portão de acesso à Fazenda. Completado três dias, portanto, 72 horas, exatamente às 23:00 horas, mais uma vez ocupam a Fazenda. Quando todos já estavam instalados, com suas barracas montadas, chega uma outra liminar de despejo. Dessa vez, a ação foi violenta com queima e derrubada de barracas, e prisão de duas pessoas. Novamente acampam no galpão da Prefeitura, onde ficam por 12 dias e, nesse período, a Fazenda foi ocupada por seguranças particulares fortemente armados.

Na fase em que estavam acampados em frente à Fazenda, no dia 07 de janeiro de 2000, as famílias receberam visita de uma equipe de profissionais da saúde, recebendo atendimento médico do Programa Família Saudável, da PMB. Os problemas de saúde dessas famílias, especialmente, das crianças eram graves (diarréia, desnutrição, verminoses, problemas dermatológicos) em decorrência da falta de alimentos e das condições precárias da água que consumiam.

Transcorrido 12 dias, em 20/01/2000, decidiram reocupar a Fazenda. Em plena luz do sol, às 15:00 horas, todas as famílias estavam organizadas em fileira e

chegaram à Fazenda, cada uma delas carregando seus pertences – lonas, redes, vestimentas, utensílios domésticos, instrumentos de trabalho, e empunhando diversos fogos de artifício, provocando barulho (o suficiente) para amedrontar os seguranças e peões, que fugiram aterrorizados, correndo para todos os lados em direção às matas, à ponte, pulando no igarapé, abandonando tudo: os alimentos, os objetos pessoais, as sobras do almoço. Decididas, as famílias estavam dispostas a resistir a qualquer tentativa de despejo.

A Polícia, no mesmo dia, chegou para observar os acampados que, por sua vez, cercaram o veículo (convictos de que não mais saíam da área), enfrentaram os policiais-observadores que, após uma rápida conversa, se foram e não mais voltaram. Foi a última ocupação realizada por essas famílias porque, desde essa data, não mais saíram da terra que tanto custaram a conquistar.

Essa reocupação da sede da Fazenda faz reacender a polêmica, amplamente divulgada nos meios de comunicação. Em seguida, no dia 25/01/2000, é publicado na imprensa escrita o relatório sobre a situação da Fazenda Taba, concretizado pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA) que apresenta, como resultado, a infertilidade do solo para a agricultura, portanto, inapropriada para assentamento. O representante da coordenação do MST declara a discordância desse resultado, alegando que já realizara seu próprio levantamento, concluindo que a terra é adequada para a produção agropecuária. Com esse parecer, a coordenação do MST afirma que continuará na área e declara que já existem expectativas de implantação de projetos de produção.

Após essa declaração, imediatamente, o Secretário de Defesa Social autoriza ao Comandante da PM o cumprimento da ação de reintegração de posse da Justiça. Ao mesmo tempo, a coordenação do MST torna público uma nota à sociedade,

declarando sua rejeição ao relatório da Comissão de Mediação de Conflitos Agrários, e denuncia a exploração de areia e pedras de forma inadequada que degrada o meio ambiente e reafirma que os trabalhadores rurais sem-terra têm capacidade de transformar a terra devastada em terra produtiva (MENDES, 2000). O desafio estava lançado.

Frente à ameaça de despejo, os representantes do MST, FETAGRI, Cáritas, CPT, PMB reuniram com o Secretário de Defesa Social para solicitar um novo prazo, até 3 de fevereiro, e tentar derrubar na Justiça a liminar de reintegração de posse concedida ao ex-funcionário da Fazenda.

O Prefeito Edmilson Rodrigues assinou, no dia 11 de fevereiro de 2000, o Decreto Lei declarando a área de utilidade pública e o lote 10 da Fazenda Taba de interesse social para fins de desapropriação (Decreto Lei Nº 36.322/2000/PMB).

No dia 19/02, conquista-se a suspensão da liminar de reintegração de posse numa reunião no TJE com a participação dos representantes do MST, Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM), Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos (SEMAJ), CUT, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Partido Comunista do Brasil (PC do B) e PT.

A polêmica não se encerra. O Incra mantém sua posição respaldada no laudo técnico, divulgado anteriormente, e insiste na oferta de duas áreas alternativas, o MST as rejeita em discordância à posição do INCRA.

O tempo passa e, finalmente, em novembro de 2001, depois de mais de um ano de polêmica, conflitos, fome, despejos, ameaças de morte, desistência de diversas famílias, o Decreto-Lei de Criação do Projeto de Assentamento Mártires de Abril é publicado.

V CONSTRUINDO UMA NOVA VIDA

Volto armado de amor
para trabalhar cantando
na construção da manhã.
Amor dá tudo o que tem.
Reparto a minha esperança
e planto a clara certeza
da vida nova que vem.
(...)
Ganhei sofrendo a certeza
de que o mundo não é só meu.
Mais que viver, o que importa
(antes que a vida apodreça)
é trabalhar na mudança
do que é preciso mudar.

Cada um na sua vez,
cada qual no seu lugar.
Thiago de Mello (2001)

Ao chegar no portão do assentamento tem-se a sensação de estar penetrando em um outro mundo: uma estrada igual a tantas outras do interior e, após alguns minutos de caminhada, aproximando-se da agrovila, o aglomerado de residências se mostra numa paisagem com centenas de coqueiros, embelezando os jardins, as casas, as ruas, os quintais. Este panorama se evidencia quando a noite chega, na penumbra ou iluminada apenas pela lua, realçando ainda mais sua beleza.



Figura 13 Estrada de acesso ao Assentamento Mártires de Abril.
Foto: Marlene Naoyo Abe, 2002.

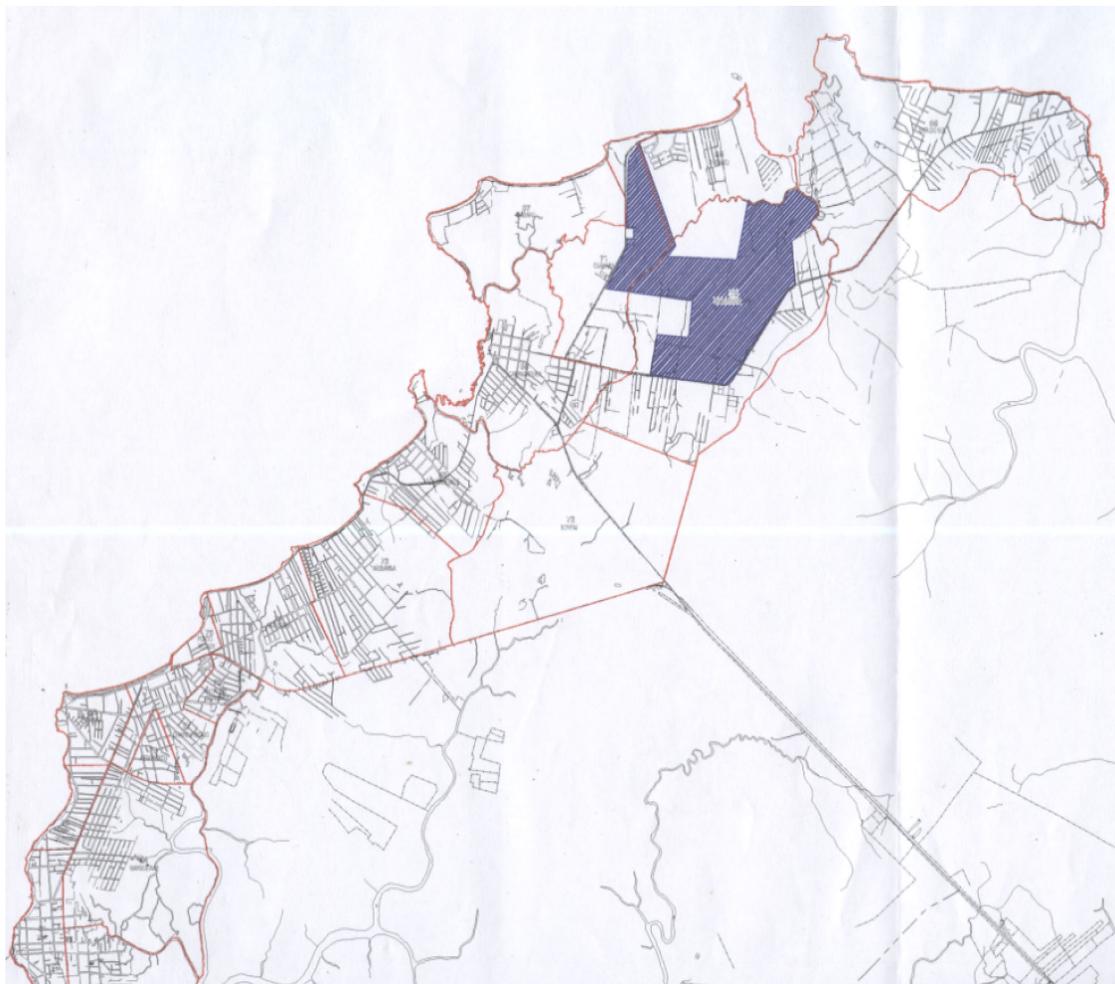


Figura 14 - Ilha de Mosqueiro e localização do Assentamento Mártires de Abril.
Fonte: CODEM, 2002

Essa sensação vivenciada esbarra-se, paradoxalmente, com a denominação do Assentamento: “Mártires de Abril é uma homenagem aos assassinados na Chacina de Eldorado de Carajás” (MANAÇAS, 2002), o episódio ocorrido em 17 de abril de 1996 em que dezenove trabalhadores sem-terra foram mortos. De um lado, a beleza panorâmica do local; de outro, uma história de lutas, conflitos e lembranças daqueles que tombaram na luta por um pedaço de chão para a construção de uma utopia, uma simbologia de que a conquista da terra ou a conquista da liberdade acontece com muita luta, com sacrifícios de muitas vidas.

Figura 15 – Mapa do Assentamento Mártires de Abril. Fonte: CODEM

A história vai se construindo com a sua formalização, em novembro de 2001, após três anos de resistência das famílias que ocuparam a Fazenda TABA. São assentadas 91 famílias de acordo com o levantamento realizado em novembro de 2002¹³. Nem todas se fizeram presentes desde o início da ocupação, pois algumas desistiram e, outras, foram se somando às famílias que buscavam a construção de uma nova vida.



Figura 16 - Rua Manoel Gomes de Sousa.
Foto: Marlene Naoyo Abe, 2002.



Figura 17 – Coqueiros consorciados com pasto.
Foto: Marlene Naoyo Abe, 2002.

¹³ Esse levantamento foi o chamado mutirão que o MST realizou no Brasil inteiro com o objetivo de fazer uma análise da situação dos seus assentamentos.

A agrovila centralizada com algumas moradias estabelecidas nos lotes são aspectos específicos do Assentamento Mártires de Abril, cujo princípio norteador é a aproximação das moradias, constitui uma diferença em relação a outros assentamentos e também por ter uma área territorial reduzida a um total de 408ha e um número pequeno de famílias (91 famílias assentadas) distribuídas em uma agrovila centralizada, facilitando, de acordo com a argumentação de um dirigente, a relação entre os assentados e a mobilização para a realização das atividades, bem como um maior e mais freqüente contato entre a direção, os coordenadores e as famílias.

E levando-se em consideração os objetivos traçados no projeto, este capítulo, com a pretensão de abarcar os aspectos considerados relevantes da forma de organização do AMA, foi dividido em três partes:

5.1 APROPRIAÇÃO E USO DO TERRITÓRIO

A área total do Assentamento é de 408ha (4.080.551,14m²), onde está localizada uma área de vegetação secundária, ou capoeirão (como eles denominam), definida como área de preservação; uma área de pedreira explorada pelos antigos proprietários e, recentemente, pelas famílias assentadas no período da construção de suas moradias; uma área dos equipamentos sociais (igreja católica e igreja evangélica, sede da associação, área de esporte e lazer, área do posto de saúde) e a área da agrovila constituindo o patrimônio do Assentamento. O restante foi dividido em lotes pertencentes aos dez NB, cujos tamanhos (aproximadamente 3,6ha) correspondem a cada família do NB. Os lotes como um todo tem tamanho diferenciado, pois os NB são compostos de número diferente de famílias,

constituindo o menor de 25,20ha, com sete famílias e o maior, de 36ha, com dez famílias.



Figura 18 Barracão da APROAMA.
Foto: Marlene Naoyo Abe, 2003.

O terreno destinado para os equipamentos fica localizado na parte anterior à agrovila, ou seja, partindo da entrada do assentamento antes de chegar na agrovila. Ali existe uma área onde foram construídas a igreja católica, o barracão da Associação de Produtores do Assentamento Mártires de Abril (APROAMA), a igreja evangélica e sendo construída a sede da Associação, e se dispõem uma ao lado da outra, obedecendo a largura da vila. Nesse mesmo terreno, próximo ao portão de entrada do assentamento, localiza-se também um campo de futebol.

O espaço de lazer não se restringe ao campo de futebol. Existe uma área onde se instalava a antiga Fazenda Taba, local em que foi feito o segundo acampamento, conhecida como Área do Bosque, com duas piscinas (uma grande e outra pequena) construídas no curso de um igarapé e uma área coberta com uma churrasqueira e uma mesa de madeira (5 a 10 m), local utilizado para a realização

primeiro Curso de Formação de Educadores, em junho de 1999.



Figura 19 Área do Bosque - Piscina do AMA.

Foto: Marlene Naoyo Abe, 2003.

No percurso em direção a piscina, próxima à entrada que dá acesso ao bosque, existe um prédio com diversos compartimentos (aproximadamente 10) que está sendo utilizado para hospedagem de participantes dos eventos políticos e de formação do MST. O local foi transformado em Centro de Formação do MST. A alguns passos do prédio em meio à paisagem do bosque, num encontro dos elementos da natureza (igarapé, árvores, aroma da mata e raios do sol que, furtivamente penetram através das folhagens, iluminando o bosque) construiu-se a Escola Infantil do Assentamento pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC).



Figura 20 Escola Infantil do Assentamento Mártires de Abril.
Foto: Marlene Naoyo Abe, 2003.

Se antes, essa área e a estrutura montada serviam somente para o lazer, hoje é utilizada para um dos elementos mais importantes do processo de organização de assentamento: a educação. Educação escolar e formação dos militantes, em um espaço que proporciona a integração de uma multiplicidade de aspectos da realidade social no processo educativo a partir da utilização de uma parte do território: lazer e recreação, cultura, meio ambiente, política.

... tinha alguns questionamentos de assentados que diziam “mas a terra é muito pequena, não dá pra deixar espaço do patrimônio...” e nós começamos a discutir o que era o uso adequado e racional da terra, aí nós conseguimos fazer essa discussão, esse bom debate entre os assentados, conseguimos áreas de reserva, por exemplo, a mata não vai ser tocada... Então, nós discutimos a questão da área de reserva, nós discutimos a área do patrimônio porque a sede da fazenda nós vamos destinar pro projeto que não é só do assentamento, é do MST do Estado e do Brasil, vamos criar um centro de formação agro-ambiental, que é pra capacitar tecnicamente todos os assentados, mas, principalmente, pra discutir o crescimento político e ideológico individual de cada companheiro e do conjunto MST, um centro de referência na área de formação política e ideológica da agricultura orgânica, que é essa a nova visão que a gente quer trabalhar, discutimos áreas de patrimônio pra projetos coletivos... Então, a gente percebeu que era necessário criar esses espaços pra própria vida social de cada assentado, pra vida política, pro crescimento individual... por que? Porque a gente não vive só de trabalho, só de produção, só de trabalho, só de trabalho e o trabalho, se a gente não vê com uma lógica diferente, ele também aprisiona,

vai destruindo o indivíduo; a idéia é manter novas relações sociais, novas relações interpessoais...(MANAÇAS, 2002).

Cabe destacar a concepção de espaço social expresso por Fernandes que trabalha a noção da multidimensionalidade no cotidiano das lutas no processo de construção das formas de organização social:

... o espaço social, construído pelos trabalhadores na luta pela terra, é espaço de socialização política e possui diversas dimensões, ou seja, é multidimensional. Compreendendo esse processo, entendemos a relação imediata entre espaço e sociedade, não como uma coisa estática ou estruturada, mas como movimento. (...) ... essa nova realidade, materializada pelas experiências construídas no cotidiano da vida desses sujeitos. É essa forma de desenvolvimento do processo de construção e transformação da realidade, produzida pela materialização da existência social, que entendemos como espaço social (FERNANDES, 1996, p.20-1).

Em meio à área do assentamento existem cinco lotes sob processo judicial, pois se descobriu a existência de documentos de propriedades particulares referentes a essas terras. A Coordenação discutiu e decidiu dividir a referida área em lotes iguais, ficando 1 ha para cada família, cujo corte foi realizado em mutirão por uma equipe de assentados, sendo coordenado por um assentado-topógrafo.

A definição quanto à localização das moradias foi realizada através de debate, direcionando-se à construção de uma agrovila, ou seja, a moradia centralizada. Segundo as informações de uma das coordenadoras do Núcleo *Mão de Jesus Cristo*, a discussão inicial sobre o estabelecimento das moradias ocorreu com muito polêmica. Embora tenha se decidido, anteriormente, pela centralização da agrovila, a maioria das famílias havia definido morar nos lotes por questão de segurança da produção, isto é, o estabelecimento dos núcleos de moradia descentralizada, divergindo da direção do MST e da Coordenação do Assentamento que defendiam a centralização da agrovila. Após muita discussão, segundo um membro da direção estadual do MST, devido à existência de duas propostas polêmicas, decidiu-se pela liberação, ou seja, as famílias estavam livres para decidirem onde gostariam de construir suas casas: 18 famílias decidiram estabelecer

suas moradias nas áreas dos lotes e 73, na agrovila.



Figura 21 Moradia no lote.
Foto: Marlene Naoyo Abe, 2003.

Este tipo de fenômeno é uma manifestação clara da tentativa de viver um novo estilo de gestão marcado pelo paradigma da solidariedade e coletivismo urbanos. A dispersão espacial, constituída pela moradia nos lotes, ou as moradias em áreas urbanas, é associada à dispersão social, tendo o entendimento de que somente em moradias concentradas é possível construir relações entre as famílias e, conseqüentemente, laços de solidariedade.



Figura 22 Moradia no lote.
Foto: Marlene Naoyo Abe, 2002.

A agrovila foi construída, organizando-se o espaço em quatro ruas e quatro travessas: Rua Oziel Pereira, Rua Lourival Costa, Rua Carlos Marighela e Rua Manuel Gomes de Sousa; Tv. Oziel Pereira, Tv. Três de Maio, Tv. Onalício Barros e Tv. João Batista. Todas as casas são de alvenaria e telhas de barro, ainda inacabadas, de tamanho e arquitetura diferentes e estão dispostas com a frente para as ruas.

A denominação das ruas e travessas são homenagens às pessoas assassinadas que dedicaram suas vidas à luta pela transformação social e política, ou de datas importantes na trajetória do MST, seguindo um aspecto da proposta do Movimento que se refere à *memória e os símbolos da luta*. Três de Maio, por exemplo, foi a data da ocupação da Fazenda Taba. Oziel Pereira, Lourival Costa, Manoel Gomes de Sousa foram militantes assassinados na chacina de Eldorado dos Carajás; Onalício Barros foi dirigente estadual do MST, assassinado em uma ação política, no dia 1º de Março de 1998; João Batista foi advogado, Deputado Estadual

do Pará, engajado nas lutas dos posseiros do Nordeste Paraense, assassinado em Belém, em 1990 e Carlos Marighella foi militante de uma organização de esquerda, metralhado pelas forças do Regime Militar, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), em 1969, em São Paulo. O MST, portanto, demonstra que se preocupa em estabelecer um referencial de consciência histórica, fazendo justa homenagem àqueles que lutaram pela transformação social, econômica e política deste País.

Com pouco tempo de existência, enquanto PA, já se percebiam diferenças: as casas construídas, embora, a maioria, inacabadas. Todas as famílias estão residindo em moradias de alvenaria e tijolos, cobertura de telha de barro, embelezadas pelos pequenos jardins, plantados desde o período do acampamento, quando se ergueram barracos por cada família que definia o local onde gostariam de morar. Todas as residências foram construídas ao lado dos velhos barracos que foram sendo desocupados, à medida que se efetivava o novo espaço de organização de suas vidas.

... o assentamento já começa na ocupação, então, nós já começamos a organizar o assentamento (...); aí já começamos a procurar um espaço pra construção da agrovila. Devido a facilidade de deslocamento, a gente tinha que fazer a vila próximo a estrada, espaço destinado pra construção dos projetos coletivos, espaço pra gente manifestar nossas relações com todos os assentados, como praça, escola, um espaço de convívio social, aí foi definido o local da vila, aí a gente começou a trabalhar, demarcamos já... nós mesmos que cortamos a terra, porque pro MST, o controle da terra, o corte da terra passa por uma decisão política do MST, diferente como faz o Incra que corta a terra em lotes individuais. (...) e aí começamos a cortar a terra, desenhar a agrovila, nós mesmos porque cada família foi construindo o seu barraco onde seria a sua futura casa a partir do momento que recebesse o seu crédito habitação (MANAÇAS, 2003).



Figura 23 Residência construída ao lado do barraco.
Foto: Marlene Naoyo Abe, 2002.

O espaço do Assentamento é delimitado a partir da estrutura física encontrada e a estrutura construída. Definiu-se como patrimônio do assentamento as estruturas existentes, a piscina e o Centro de Formação, e a estrutura construída: o barracão, a igreja, o espaço onde será construída a sede da APROAMA. O espaço construído obedeceu às necessidades de organização social e política e organização da produção: nessa perspectiva, existem os locais de patrimônio do assentamento e os espaços sociais.

5.2 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

A organização se inicia, desde o momento em que as pessoas e as famílias são mobilizadas através do trabalho de base, desencadeando o processo na realização de uma ocupação e conseqüente construção do acampamento. A partir daí, então, as famílias iniciam a discussão sobre organização e, logo, são criados os

grupos de famílias e as equipes de trabalho num processo pedagógico considerado importante para a construção do futuro assentamento. A discussão que se desenvolve sobre a importância da participação nos NB com a coordenação, de acordo com a intervenção de uma militante: "... quando tem acampamento no Movimento é pra ter a fase de adaptação, pra se conhecer o que é o Movimento, compreender o que é o coletivo, compreender como é que o Movimento funciona..."

Com a constituição do Assentamento, esses grupos de famílias se transformaram em Núcleos de Famílias ou Núcleos de Base, envolvendo dez famílias, no máximo. Feita a divisão dos núcleos, a outra definição foi a área onde ficaria estabelecida a agrovila, e todos, imediatamente começaram a construir seus barracos. Logo após foi criada a Associação para viabilizar os financiamentos.

A APROAMA é a entidade que representa as famílias do assentamento junto aos órgãos públicos. O MST definiu uma outra forma de organização, constituindo a Coordenação do Assentamento como a instância legítima de representação política, através da qual todas as discussões são realizadas e as decisões são tomadas. Essa coordenação é composta pelos coordenadores dos dez Núcleos de Famílias, cuja orientação é uma representação composta por um coordenador e uma coordenadora.

Um dos componentes da Direção Estadual do MST, Ulisses Manaças, afirma que a Associação é meramente uma representação para atender às exigências administrativas dos órgãos públicos e, segundo ele:

... a Associação é nada mais nada menos que a representação jurídica do assentamento que o Estado exige. Quem dirige politicamente o assentamento é a coordenação ou o conselho, como eu falo, mas é um conselho onde a coordenação discute, analisa o conjunto dos problemas de base e reorienta o debate. O debate vem dos NB e a coordenação referenda, então, é uma lógica diferente (MANAÇAS, 2003).

Essa é uma posição divergente à afirmação de um dos informantes: "...depois

da agrovila foi a Associação, porque a Associação é o coração do assentamento... pra gente conseguir os projetos precisa da Associação... nós fizemos a Associação e fomos lutar pelos projetos...". Denota, assim, não a idéia de mero instrumento burocrático, mas de que a Associação é um importante instrumento para se conquistar a melhoria nas condições de vida e de trabalho dos assentados.

Carvalho demonstra a presença constante de associações nos assentamentos brasileiros, constituindo-se como mediação nas diversas relações sociais estabelecidas.

A associação é, então, compreendida como uma mediação entre os interesses, desejos e aspirações pessoais e familiares dos trabalhadores rurais assentados e o seu ambiente social, este expresso no conjunto das famílias do assentamento, no mercado de bens e serviços e nas políticas públicas. Essa mediação pode estar ocorrendo ou não e, quando ocorre, faz-se ou de maneira consensuada ou constrangida. As relações interpessoais ou interfamiliares prescindem, na maioria dos casos, de mediação por uma associação (CARVALHO, 1998, p.8).

A Direção do MST tenta minimizar a importância das associações no processo de construção dos assentamentos, dando referência política à CA e tentando superar a dualidade de poder, nem sempre conseguida, porque a associação faz parte da cultura dos camponeses e dos movimentos sociais, o que também dificulta a inserção de um outro elemento cultural, embora já se tenha constituído como prática cotidiana no assentamento, a discussão e a tomada de decisões na Coordenação para, posteriormente, remeter os encaminhamentos aos NB e à APROAMA.

Embora exista a assimilação de que todas as questões são discutidas e decididas na CA, sendo a instância de poder e do exercício da democracia para as decisões conjuntas, observa-se uma certa indisciplina no que se refere aos encaminhamentos, talvez pela ausência de normas de funcionamento (ou Regimento Interno) que mostre a obrigatoriedade; levando, com isso, à fragilidade

na assimilação ou compreensão por parte de alguns membros da coordenação. Não significa que exista falta de seriedade, no entanto, a prática pode levar a um comportamento sem o rigor necessário frente a tantos problemas enfrentados no cotidiano do assentamento. É como se encarasse simples hábito do cotidiano a presença nas reuniões para discussão e deliberação sem o necessário cumprimento das decisões.



Figura 24 Reunião da Coordenação do Assentamento.

Foto: Marlene Naoyo Abe, 2003

Um dos dirigentes do MST avalia que tem sido uma prática meio anárquica, ou seja, por não existir estatuto ou regimento interno, o comportamento é de indisciplina quanto ao cumprimento das deliberações. A distância entre a norma e a prática se dá, muitas vezes, pela idealização do que seja possível cumprir ou fazer cumprir. Talvez a distância também se estabeleça entre quem decide e quem cumpre.

A atual diretoria da APROAMA, renovada no início de 2003, foi decidida nos NB, os quais elegeram seus representantes para compor a equipe, como definia a CA. Essa foi a alternativa encontrada para tentar solucionar os limites enfrentados

com a primeira diretoria que não assumiu as tarefas administrativas. A situação é de inexperiência, segundo Manaças, nas questões burocráticas, gerenciamento de recursos, planejamento de aplicação de recursos e prestação de contas. São as dificuldades para quem nunca trabalhou com administração financeira.

Os núcleos são denominados Núcleos de Base ou Núcleos de Famílias e são identificados por um nome e um número (do número 1 a 10). A definição no AMA é a obrigatória inserção em um NB, pois não cabe um assentado independente, autônomo e decidir o que fazer com a terra e a casa bem como as questões referentes ao assentamento, uma vez que são patrimônios conquistados pelo conjunto das famílias. Poder-se-ia afirmar, então, que a participação em um NB é requisito obrigatório para a permanência no assentamento e o conseqüente usufruto dos benefícios, pois são considerados fundamentais na forma de organização de assentamento do MST.



Figura 25 - Encontro dos Setores (Educação, Saúde e Produção).
Foto: Marlene Naoyo Abe, 04.08.2002.

Nessa perspectiva, existem atividades que são realizadas pelo conjunto dos assentados e sempre definidas, durante as reuniões da CA, sendo, posteriormente,

remetidos aos NB. Quando as situações ou as questões são trazidas à CA pelos representantes dos NB, a CA discute, delibera e retorna aos NB para que sejam cumpridas as decisões. Assim, a forma como funciona necessariamente exige a participação de todas as famílias assentadas nas reuniões dos NB, ou seja, na vida orgânica dos NB. Atividades como segurança e limpeza da piscina, limpeza das áreas do assentamento e serviços de delimitação dos lotes são tarefas do conjunto dos assentados e decididas na reunião da CA. As discussões remetidas aos NB, quanto à organização dos setores, são também de compromisso de todos os assentados, por exemplo, a construção da sede da associação, através da contribuição no mutirão, seja com mão-de-obra ou contribuição no almoço dos participantes do mutirão.



Figura 26 Reunião do NB Liberdade da Terra.

Foto: Marlene Naoyo Abe, 2003

A exigência de participação é constante e, frente à ausência dos assentados, várias discussões foram realizadas na reunião da CA e críticas dirigidas aos componentes dos NB, que não estão cumprindo com as tarefas de segurança e limpeza da piscina, necessitando de uma chamada extra para efetuar tal limpeza. Ao

mesmo tempo, muitas pessoas reclamam que só o farão se outros cumprirem o seu compromisso.

Souza analisa a questão da participação, mostrando que há "... necessidade de desenvolver um processo participativo de gestão do assentamento rural, no qual eles se vejam como verdadeiros protagonistas de seu futuro" (SOUZA, 1999, p. 112).

Significa, portanto, dizer que a participação se efetiva plenamente, quando o assentado conseguir se ver como o verdadeiro responsável pela construção do seu futuro e do assentamento.

Os problemas cotidianos são muitos como, por exemplo, o consumo de maconha por visitantes e que demandaram a intervenção da CA. Esse comportamento levou à decisão de expulsão dos visitantes, criando uma certa polêmica com o assentado parente dos jovens visitantes. Embora insatisfeito, a decisão foi acatada, porém não sem questionamentos ao comportamento dos membros da Coordenação.

Essa forma de conceber o processo constitui-se como um equívoco na análise da coordenação do AMA que visa eliminar os males, afastando do convívio no assentamento de pessoas que parecem prejudicar o andamento desse embrião de sociedade. "Cortar os males pela raiz" parece ser a prática, expulsando ou impedindo a permanência ou até mesmo o acesso e contato com as famílias, mesmo sendo apenas visitantes. A limitação quanto à compreensão do conjunto dos componentes da CA é de que os males da sociedade devem ser afastados do assentamento, como se as pessoas não estabelecessem relações com a realidade externa. E as relações sociais são cotidianas, seja com a vizinhança, no mercado, na comercialização, na situação de saúde e educação, em todas as dimensões.

Essa foi a demonstração nas reuniões da CA, quando se discutiam sobre o uso de maconha por alguns jovens do acampamento e também por algumas pessoas que visitaram amigos no assentamento. Outra discussão ocorrida e deliberada foi a expulsão de um assentado que agrediu um parceiro numa briga provocada por consumo de álcool, redundando em ferimento com um instrumento cortante. Uma outra situação se refere à expulsão, de um assentado que realizava reuniões políticas dentro do assentamento, no último período eleitoral, apoiando um candidato de um partido adversário. Esse foi expulso, por unanimidade, através de uma assembléia, demonstrando o controle político do MST sobre o território do PA.



Figura 27 Componentes de um NB trabalhando coletivamente.
Foto: Marlene Naoyo Abe, 2003

As atividades desenvolvidas por todas as famílias do assentamento são encaminhadas, após discussão e deliberação nas reuniões da coordenação e, posteriormente, remetidas aos NB, e dos NB são encaminhadas à Coordenação, retornando ao NB. Portanto, o processo é sempre NB-CA-NB ou CA-NB, ou ainda ,NB-CA. Como ocorre no NB em que o mutirão para a construção da Associação e o mutirão de limpeza serão discutidos no NB, quando se definirão os participantes. Da mesma forma que se mobilizam as pessoas do assentamento no mutirão de limpeza

da piscina e da área do bosque, é realizada a mobilização das pessoas do acampamento, uma vez que a piscina é utilizada por elas também, então, proporcionalmente a cada três pessoas do assentamento, mobiliza-se uma pessoa do acampamento.

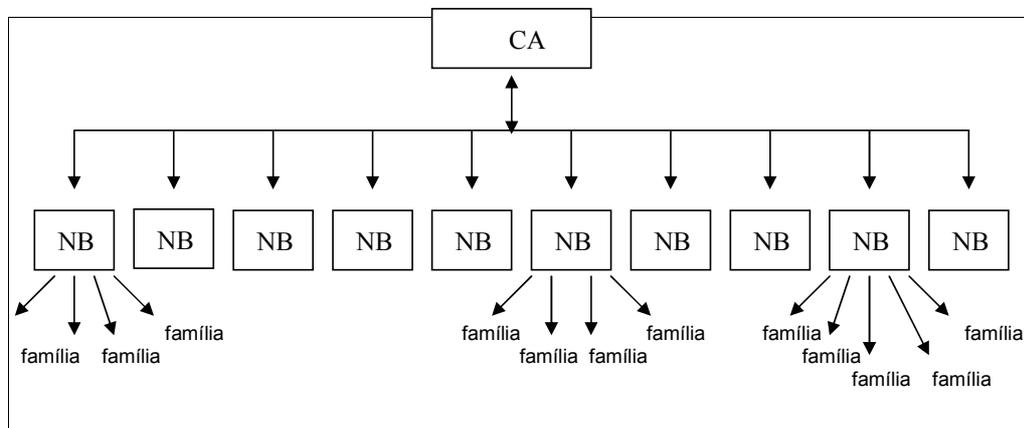


Figura 28 Organograma sócio-político do Assentamento Mártires de Abril.
Elaborado por Marlene Naoyo Abe, 2004.

A nucleação das famílias tem facilitado a discussão coletiva no que se refere ao processo de construção do assentamento, às propostas de desenvolvimento do assentamento, à definição das linhas de produção e às ações a serem realizadas e desenvolvidas. Outra questão importante é a viabilização da gestão descentralizada, pois cada NB fica responsável pela gestão dos seus recursos, da mão-de-obra, da produção. Manaças enfatiza a diferença dessa forma de organização:

Vai ter, então, uma dinamização do assentamento (...) democratizar a discussão, o debate, o trabalho e a tentativa de gestão, na própria forma de organização, tanto das estruturas de direção política... porque a idéia, por exemplo,, de coordenação do assentamento, no aspecto político, mas também, no aspecto produtivo, de administração e de gestão tem uma facilidade porque, antes, todo problema que acontecia na aplicação dos recursos eles criticavam a associação (...) agora não, tem-se uma discussão em NB, tem a linha mestra, as linhas de políticas gerais são discutidas no conselho que é a coordenação... é muito mais dinâmico (MANAÇAS, 2003).



Figura 29 Reunião com as famílias que trabalham na PFNI.
Foto: Marlene Naoyo Abe, 2003

Enfatiza que o NB é uma forma diferente à forma anterior de organização política, o *assembleísmo*, isto é, era uma prática convocar uma assembléia para discutir e tomar decisões sobre qualquer questão e a maioria, por votação, decidia, mas percebeu-se que nem sempre essa maioria contemplava o conjunto das posições existentes entre os assentados.

... quando se faz um debate no NB, não só a produção, mas se discute a escola, a segurança do assentamento, a política, a conjuntura, jornada de lutas, então, o NB serve pra isso, o Núcleo dá orientações e sugestões e a coordenação analisa, remete aos núcleos novamente e os núcleos definem (MANAÇAS, 2003).

O discurso apresenta uma avaliação de questionamento às práticas anteriores demonstrando uma posição crítica, quanto aos erros cometidos e aprendizado, superando os limites na perspectiva de estabelecimento de práticas democráticas nas relações com os assentados. Esse discurso se diferencia da temática das relações de dominação, ausência de autonomia e de relações democráticas nos assentamentos de reforma agrária estudados por D'Incao e Roy

(1995), mostrando que, nessa situação particular, houve superação dessa prática no assentamento do MST.

As assembléias, por outro lado, são convocadas para discussão de questões mais gerais como a segurança do assentamento ou para a exclusão de uma pessoa do assentamento ou, por exemplo, um ponto da pauta da assembléia realizada no dia 21/03/2003 foi “o espírito do trabalho coletivo nos núcleos”.

Ao mesmo tempo, contraditoriamente, existe a pretensão de se impor um modelo de organização da produção, o que confirma a análise de D’Incao (1995) quanto às relações de dominação presentes nos assentamentos e as pretensões de implantação de um projeto:

(...) a forma constitutiva – ou modelo de organização da produção – planejada pelos assentamentos a partir do ideal de sociedade e de homem novo em que esses agentes institucionais gostariam de ver esses produtores transformados. (...) três concepções de sociedade orientavam... (...) para os agentes das CEBs, tratava-se da construção da “comunidade” e da necessária transformação dos trabalhadores em homens iguais, fraternos e solidários. Para os agentes do MST ou militantes políticos de esquerda, tratava-se de construir o socialismo, transformando os trabalhadores em revolucionários. E, finalmente, para os técnicos estatais o objetivo era associa-los ou coopera-los de modo a predeterminar sua eficácia ou sua capacidade de convivência com as regras do mercado (D’INCAO e ROY, 1995, p.27).

Não está em jogo o questionamento das concepções embutidas nos projetos dos agentes, mas as práticas das lideranças e militantes no processo de implantação dos modelos, embora existisse um objetivo comum relativo à aspiração de terra. Conforme D’Incao e Roy era preciso garantir “a aspiração à liberdade que os tinha levado a se mobilizarem” (1995, p.31).

O que se propunha como prática coerente com o princípio das relações democráticas é a garantia da autonomia das pessoas, a livre escolha do melhor projeto para cada família, mas que possam “melhor explorar e desenvolver seus próprios desejos e aspirações” (D’INCAO e ROY, 1995, p. 52).

A Coordenação se reúne semanalmente, e as reuniões são abertas para a

participação dos componentes dos setores – educação, saúde e produção. Atualmente existem somente esses três setores, embora tenha se decidido priorizar a formação de quatro (acrescentando o Setor da Juventude).

A tarefa da CA é coordenar e acompanhar o processo de organização do assentamento, discutindo todas as situações que ocorrem em referência às famílias, às pessoas, aos setores, aos NB, às relações externas. Quando surge uma nova questão na reunião e se constata a necessidade de uma discussão mais aprofundada é marcada outra reunião específica a fim de se discutir apenas aquele assunto.

O assunto proposto em uma reunião específica foi a definição de uma política para a situação das pessoas que saem dos grupos de produção coletiva, cujo tema foi gerado num debate realizado, a partir de uma situação polêmica em que uma pessoa fora indicada pela irmã para substituí-la no NB e na PSC não estava sendo aceita pela maioria dos componentes do NB. Essa questão foi levada para a reunião da CA, uma vez que não se conseguiu solucionar no NB. Diversas situações são colocadas para a discussão do assunto: em se referindo ao assentamento, busca-se definir o que fazer com o cadastro vazio, isto é, com o cadastro desocupado em decorrência à pessoa não mais se encontrar no assentamento, ou por expulsão, por saída ou por falecimento, permeando uma discussão sobre os valores embutidos em uma determinada concepção de apropriação e de propriedade.

Em relação ao preenchimento de cadastros vazios, a referência é o compromisso com as normas, os critérios e participação nas atividades do assentamento, do Movimento e nos NB, sendo membro da família. A substituição por outra pessoa ocorrerá somente se for moradora ou tenha participado de todo o processo de construção do assentamento para se ter compreensão do

funcionamento de um assentamento do MST e deverá ser discutido no NB que, posteriormente, deverá encaminhar à CA para uma avaliação e devido referendo.

5.3 AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

A produção agropecuária é recente, iniciada em dezembro de 2002, pois o crédito do Projeto Casulo foi liberado, somente neste período, sendo as primeiras atividades de implantação a preparação da infra-estrutura com as construções como galpão para criação de galinhas e preparo de área para o plantio de mudas de cupuaçu, banana, maracujá e açaí. Com pouco mais de três meses de atividades, numa visita realizada em abril de 2003, já se percebia a produção: o NB *Nova Vida*, por exemplo, estava trabalhando com criação de galinha caipira para produção de ovos, dispondo inicialmente de 1000 bicos, com idade de quatro meses; horticultura orgânica: alface e coentro e cultura de açaí (*Euterpe oleracea*, Mart.), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*, Willd. ex Spreng.) e maracujá (*Passiflora alata*, Curtis).



Figura 30 Galpão de galinha caipira.
Foto: Marlene Naoyo Abe, 2003

O crédito foi conseguido através do Incra que mantém o Projeto Casulo para áreas específicas como o AMA. Uma modalidade do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Projeto Casulo foi criado em 1997, para assentamento descentralizado, e realizado em parceria com os municípios para exploração agropecuária na periferia dos núcleos urbanos. É uma alternativa complementar de Reforma Agrária, colocando à disposição do agricultor o crédito para produção, a assistência técnica e um mercado consumidor próximo. O Projeto Casulo tem como finalidades aproveitar as áreas existentes no entorno dos núcleos urbanos, possibilitar a geração de emprego e renda, aproveitar a mão-de-obra disponível na periferia dos núcleos urbanos, integrar de forma competitiva a agricultura familiar ao processo de abertura de mercados, contribuir para o processo de descentralização das ações do poder público, possibilitar a gestão participativa da assistência técnica e capacitação consideradas como fatores determinantes na viabilidade sócio econômica dos projetos (INCRA, 2001).

Em referência às formas de organização da produção foram definidos os grupos coletivos e a forma individual (assim denominados pelos assentados). Posteriormente, as famílias pretendem trabalhar no semi-coletivo. A maioria dos núcleos está organizada cooperativamente na produção, exceto algumas famílias que não aceitaram aderir aos projetos dos grupos coletivos. Um dos núcleos, o NB *Mão de Jesus Cristo*, decidiu pelo trabalho individual, em uma posição unânime, embora o projeto tenha sido apresentado coletivamente, mas o dinheiro foi dividido, por família, para que cada uma possa produzir individualmente.

Para se compreender essas modalidades são pertinentes os estudos de Carvalho:

A expressão **coletivo** pode referir-se à forma de cooperação no processo de produção, à apropriação da terra, à comercialização de produtos e insumos e ou à repartição do produto do trabalho. Em qualquer dessas

acepções ela busca exprimir que um coletivo de pessoas e ou famílias é o sujeito do objeto em apreço. A expressão **semi-coletivo** significa que todas as famílias, ou somente parte delas, de trabalhadores rurais existentes num assentamento vivenciam simultaneamente as formas de exploração coletiva e a individual, sendo que a forma coletiva refere-se, em geral, ao uso comum de parcela da terra do assentamento e a exploração individual dá-se no lote particular (CARVALHO, 1998, p.5).

Carvalho ressalta que o coletivo também se diferencia, quando o coletivismo visa apenas uma atividade específica, que é chamada de mutirão, uma forma de ajuda mútua para solucionar uma dificuldade encontrada por alguma unidade familiar, o que não se pode caracterizar como coletivismo do processo de trabalho:

O **mutirão**, quando adotado nos assentamentos onde houve o parcelamento da terra e onde não se pratica nenhuma forma de associativismo no processo de produção, de certa maneira configura-se como uma forma de troca de dia-serviço, pois, aquela família singular que foi beneficiada pela ajuda dos vizinhos ou parentes fica devendo um favor aos demais: o de participar num outro mutirão futuro, o qual beneficiará um dos participantes do mutirão anterior. No mutirão inexistente o contrato de trabalho. Há, sim o compromisso moral, a expectativa da reciprocidade. Nesse sentido, o mutirão, diferentemente dos coletivos onde há divisão técnica do trabalho, pressupõe fortes elementos de subjetividade e de ritos de realização (CARVALHO, 1998, p.5-6).

Essas formas ou modalidades do coletivo aparecem no Assentamento Mártires de Abril na tentativa de se implantar o projeto do MST, tendo como referência a proposta global de organização dos assentamentos, mencionada anteriormente. Destacam-se as diferentes formas de organização:

- O grupo coletivo refere-se à integração das famílias na organização da produção dispendo os seus lotes e trabalhando no processo de produção agropecuária de forma cooperada, assim como o compartilhamento dos insumos, na comercialização e a divisão do produto do trabalho. As tarefas são divididas e cumpridas entre seus membros na jornada de trabalho do dia. Essa forma será denominada, nesse trabalho, de Produção no Sistema de Cooperação (PSC).
- O semi-coletivo é a divisão do processo de trabalho na produção, no grupo coletivo, ou seja, na área destinada ao coletivo e no lote individual, ou familiar. Dito de outro modo: cada família dispõe uma parcela de seu lote à produção coletiva e

reserva uma outra parcela para a produção familiar, ou individual, denominação comum no assentamento, dividindo sua jornada de trabalho na área coletiva e na área familiar. Essa forma será denominada, nessa análise, de Produção Familiar Integrada (PFI).

- Produção individual é a forma de produção realizada pela família no seu lote e que não se integrou no processo de produção coletiva do Núcleo de Base a que pertence, ou que o próprio NB definiu trabalhar individualmente, isto é, as famílias componentes do NB decidiram cada uma trabalhar no seu lote, individualmente. Essa forma será denominada Produção Familiar Não Integrada (PFNI).

Pessoa (1999) trabalha a questão do coletivismo, frente à diversidade de enfoques, agrupando em quatro abordagens ou mediações (como ele denomina): a mediação moral, a ideológica, a pragmática e a cultural. A mediação moral é a idealização que se expressa na união, organização e cooperação ou produzir comunitariamente, a partir das propostas de como organizar a terra, “distribuição da terra em pequenas propriedades, não podendo ser vendida; terras em comum para a grande plantação e direito de uma pequena horta para a plantação em pequena quantidade. A mediação ideológica é a representação da sociedade socialista ou de coletivização, como que a “implantação do socialismo no assentamento”. A mediação pragmática argumentava a defesa do sistema de trabalho coletivo pela necessidade de segurança, frente às ameaças de grilagens (PESSOA, 1999, p.185-88). Martins também menciona sobre a realização do trabalho coletivo pelos camponeses como forma de segurança contra a grilagem de terras (1990, p.72).

A PSC está sendo construída, pois não existe um modelo de funcionamento. A experiência é local e, por isso, requer um esforço conjunto para se criar uma maneira de funcionamento que seja pensada conjuntamente, tendo como referência

as experiências e conhecimentos de cada um. Souza enfatiza a necessidade de um trabalho de base, anterior à implantação da proposta de projeto:

A tarefa de organizar grupos, associações, cooperativas requer um trabalho de base, discutindo principalmente a cultura dos trabalhadores rurais, bem como o significado de trabalho, que pode ter diferentes conotações para os trabalhadores com diferentes experiências no campo, ou, às vezes, sem nenhuma experiência no trabalho rural (SOUZA, 1999, p.129).

A maioria dos NB realiza atividades, dividindo as tarefas igualmente por família; se existem 2.000 mudas de cupuaçu a serem plantadas e são 10 as pessoas que compõem o grupo, cada um fica com 200 mudas que deverão ser plantadas em um determinado período (dias ou horas), acordado entre eles. Esse é um exemplo de prática que eles chamam “acabou, banhou”, ou seja, a hora em que terminar a tarefa, a pessoa está liberada para tomar banho.

Há uma outra prática que é definir a tarefa a ser realizada, e todos realizam juntos a mesma tarefa. Ou definem a tarefa para cada um: se são diversas as atividades na produção – criação de galinha, horticultura, cultura de maracujá, cultura de cupuaçu, criação de suínos – cada um realiza uma tarefa diária, revezando-se para garantir a segurança durante as noites. Nessa atividade, a pessoa que ficou durante a noite, é liberada da tarefa de cuidar das galinhas.

A experiência é uma novidade na vida dessas famílias e até na dos militantes. Eles sabem que trabalhar na PSC é trabalhar juntos, dividindo as tarefas do cotidiano, dividindo o resultado da comercialização, um ajudando o outro, construindo uma relação de solidariedade plena, como uma grande família, porém observa-se que é um aprendizado contínuo. Percebe-se a busca por alguma experiência anterior, ou informações de práticas conhecidas na perspectiva de criar diversas formas de funcionamento. Indagado sobre isso um dos entrevistados, coordenador de um NB, informou que é preciso realizar um planejamento para dividir as atividades do dia, da semana entre os componentes do grupo, pois o resultado

financeiro é dividido semanalmente entre as famílias. Diferentes formas de divisão, no sentido da repartição, são utilizadas, por exemplo, na coleta do coco. Há NB que determina um dia para extração de coco com a participação de todos, e o resultado da extração é dividido igualmente; outros NB determinam uma quantidade para cada família. Quando uma família manifesta interesse, o grupo discute e determina a quantidade para cada família e, em outros grupos, cada um é livre para tirar a quantidade que necessitar para venda.

Pessoa mostra que historicamente há pouca experiência de práticas de produção coletiva nos assentamentos:

... o modelo de produção coletivizada pretendida pela maioria dos mediadores não se configurou na história dos assentamentos brasileiros (...) As diferenças regionais brasileiras e as especificidades da história de configuração de cada grupo são fatores imperativos na organização do trabalho e da produção (PESSOA, 1999, p.194).

Talvez esses fatores sejam importantes no processo de organização dos grupos coletivos do AMA, que não detém experiências em coletivismo e, em algumas situações, nem mesmo em trabalho na área rural.



Figura 31 Cultivo de plantas ornamentais no sistema de PFNI.
Foto: Marlene Naoyo Abe, 2003

Existe uma situação que é comum nos NB: os militantes do MST assentados estão espalhados em todos os NB e essa questão tem trazido alguns problemas. Quando se refere à produção, na sua ausência, por estar em atividade política ou de formação, o que é muito freqüente, levando em conta que o MST é um Movimento dinâmico, a tarefa do militante é realizada por uma pessoa contratada, pagando-se em diárias. Sem o crédito do valor correspondente à mão-de-obra, e a ausência dos militantes para o cumprimento das tarefas, começam a surgir conflitos. Nos NB em que existe um relacionamento de confiança e bom nível de discussão e compreensão sobre a organização política do MST, não se observam problemas, mas em outros NB essa é uma situação de grande conflito, com constantes cobranças na participação das atividades de produção. Esse foi um dos motivos de muita divergência no NB Liberdade da Terra, resultando na saída de uma militante do grupo coletivo.

Souza menciona, em seu estudo, sobre o processo de construção de uma organização, demonstrando a complexidade do trabalho e das dificuldades que surgem no percurso:

A tarefa de organizar grupos, associações, cooperativas requer um trabalho de base, discutindo principalmente a cultura dos trabalhadores rurais, bem como o significado do trabalho, que pode ter diferentes conotações para os trabalhadores com diferentes experiências no campo, ou, às vezes, sem nenhuma experiência no trabalho rural (SOUZA, 1999, p.129).

Essa parece ser a realidade do AMA, uma vez que alguns desses trabalhadores são provenientes das periferias de Belém, uns com origem remota no campo, outros, sem essa relação por serem jovens, demonstrando as diferenças nas trajetórias de vida.

A ocorrência de conflitos nos diversos NB, denuncia que existem problemas na condução do processo de organização do assentamento, especialmente, no que se refere à forma de organização da produção. Importante destacar Pessoa:

A produção coletiva tem pretensões homogeneizadoras. Ela não leva em conta as singularidades dos indivíduos dentro de um grupo. E nem poderia. Seria a sua negação absoluta. Ela só pode existir em um grupo em que todos tenham saúde perfeita, idade condizentemente produtiva, gostos uniformizados. Mesmo assim, ela ainda teria que eliminar este traço importante de nossa cultura que é a defesa de um certo espaço pessoal (PESSOA, 1999, p.193).

A afirmação de Pessoa é desafiadora: demonstra a coerência dos propósitos de coletivização, entretanto, afirma a não-compreensão sobre a diversidade cultural. O entendimento é paradoxal quando se considera que o processo de construção da organização se direciona para a liberdade. Ora, se se busca a liberdade, é coerente pensar nela para a construção do seu espaço pessoal, embora se exija a permanência do grupo, na situação do AMA, o Núcleo de Base.

D’Incao e Roy, do mesmo modo, questionam o “discurso que se pretende homogeneizador dos interesses de todo o grupo de trabalhadores” (1995, p.70), enfatizando:

... o desejo da autonomia na terra conquistada se encarregaria de fazer emergir as muitas diferenças existentes entre essas famílias singulares. Diferenças de idade, de composição da família, de conhecimento agrícola, de possibilidade da vivência com as regras do mercado ou do sistema financeiro, etc. Diferenças de trajetórias de vida e, conseqüentemente, de objetivos, de sonhos e de fantasias que, necessariamente, tornariam mais complexas as negociações entre eles mesmos e com seus assessores. Em segundo lugar, esse argumento era evidentemente autoritário, à medida que acreditava poder induzir esses homens a caminhos diferentes daqueles a que eles aspiravam. Homens que haviam enfrentado, juntamente com suas famílias, toda sorte de adversidade para chegar à terra conquistada. Que aspiravam à liberdade e tinham um projeto de autonomia para ser realizado nessa terra (D’INCAO e ROY, 1995, p.31).

Percebe-se que, conforme Pessoa, as questões que se manifestam no AMA estão presentes em outras situações:

... a questão do individual e do coletivo não só não é expressão desse “elevado nível de entendimento, organização e solidariedade”, como é, ao contrário, o fulcro das principais dificuldades de entendimento do grupo. Ela gera irremediavelmente uma divisão entre “nós” e “os outros” – os “comunitários” e os “individualistas” – que não se desfaz, mesmo depois de anos de hegemonia de uma das posições (PESSOA, 1999, p.183).

Esses são os elementos significativos que se pode inferir na configuração da concepção de assentamento em construção no AMA. Muitas são as interrogações

em referência às perspectivas futuras, porém com muita esperança de conquistas. Quando se iniciam as atividades de produção com a liberação do crédito¹⁴, alguns conflitos começam a se manifestar no tocante à administração do dinheiro e a exigência de dedicação nas atividades no momento de construção da infra-estrutura para a produção e da implantação da produção.

Conforme Pessoa, “há uma reclamação quase unânime quanto ao espírito de ‘união’, uma realidade muito mais do tempo do acampamento do que de agora, no tempo do assentamento” (1999, p.234). É a mesma afirmação na realidade do AMA:

Naquele tempo, se tivesse só um ovo, todo mundo comia, já hoje a coisa muda.. No tempo da ocupação existe mais organização; que quando se fala em projeto, cada um pensa só no seu, aí as coisas vão mudando, eu acho que você sabe disso. Então, as coisas mais ou menos isso.(...) quando é acampamento é uma realidade, quando é assentamento muda a realidade. Muda, como? Melhora, por um lado, e piora por outro; porque quando se fala em dinheiro, melhora pro seu bolso e piora a credibilidade, quer dizer, passa a eu desconfiar de você e a ele desconfiar de você. (...) E naquele tempo nem pensava nessas coisas, quer dizer, todo mundo era amigo, se não dava o dinheiro, comprava um peixe aqui, assava, fazia aqui, não existia, nem se pensava em desconfiança com os outros. E, hoje, quando se fala em dinheiro, e a gente sabe disso, bateu dinheiro, a desconfiança... “será que o cara comprou por isso mesmo ou será que ele não tá enrolando o Núcleo?”... São essas coisa: melhora, por um lado, e piora, por outro. Não é mais aquele pessoal que era tão confiável. Melhorou, por que? Cada um já tem a sua estrutura e tal; são incentivos... (SANTOS, 2003)¹⁵.

No decorrer das atividades, em plena implantação dos projetos, quando se manifesta a exigência de intensas atividades e de dedicação surgem conflitos que se referem à cobrança de cumprimento de tarefas, bem como a sua divisão de forma igualitária, a necessária iniciativa e a compreensão do funcionamento do coletivo. É um processo em construção e todos são inexperientes nessa proposta de trabalho coletivo. São muitas as discussões, divergências e as tentativas de acertar na forma de organização e funcionamento. Não se conhece o futuro, existe um esforço

¹⁴ O crédito PRONAF foi liberado em dezembro de 2002, quando se iniciaram as atividades de preparação da infra-estrutura para a produção.

¹⁵ José Arimar dos Santos, membro da Coordenação do Assentamento Mártires de Abril e do Núcleo Nova Vida, entrevista concedida a M.N.A em 08.01.2003.

conjunto em acertar a direção do caminho a percorrer, mas não é suficiente para evitar o desgaste das relações entre os assentados.

O estudo sobre assentamentos de Goiás de Jadir de Moraes Pessoa, faz uma reflexão junto aos assentados do tempo de acampamento e tempo de assentamento e, entre os seis quesitos apresentados, quatro demonstram que o tempo de acampamento tinha preferência à organização do grupo e capacidade de resolução de problemas; união do grupo; espírito de solidariedade; colaboração e apoio das organizações profissionais, sindicatos e religiosos. Em dois itens, os tempos de assentamento é majoritária, compreendendo a sobrevivência da família e clareza política do grupo (1999, p.234). Acrescenta que

Há diferenças internas de duas ordens: em termos de projetos de organização (“individualistas” e “comunitaristas”) e em termos econômicos (os que progredem e os que não). Nem por isso deixa de existir o grupo, que é constituído fundamentalmente sobre a diferença e até mesmo sobre o conflito (PESSOA, 1999, p.244-45).

Podendo-se afirmar que essa é uma situação que se assemelha ao Assentamento Mártires de Abril, uma vez que são freqüentes as manifestações de crítica aos assentados no cumprimento das tarefas cotidianas do assentamento como, por exemplo, segurança e limpeza do espaço de lazer e a desconfiança procedente quanto à utilização do dinheiro do NB e a crítica às pessoas que definiram pela PFNI.

Pessoa destaca que é freqüentemente mencionada pelos estudiosos a constatação das diferenças e conseqüentes conflitos:

... em todas as etnografias sobre os assentamentos rurais, há essa constatação de que, no momento da constituição do grupo, as tensões têm menor intensidade, mas se alteram depois, no assentamento. Essas tensões são de várias ordens, como trajetórias de vida; alinhamentos político-partidários; capacidade de trabalho; diferentes necessidades de consumo; diferenças de idade, de composição da família, de conhecimentos agrícolas, de possibilidades de convivência com as regras do mercado e até de sonhos e fantasias (PESSOA, 1999, p.246).

É necessário um trabalho de base anterior, consistente em que se discuta a

cultura dos trabalhadores rurais e o significado do trabalho, como enfatiza Souza (1999).

Algumas pessoas decidiram sair do coletivo e enfrentam tal situação o NB *Nova Vida*, o NB *Terra Santa*, o NB *Nova Esperança*, o NB *Liberdade da Terra*, configurando em uma convergência de motivações.

As tentativas de solução são múltiplas, de acordo com a situação específica, e todos os problemas têm demandado muito tempo de discussão nos NB e nas reuniões da CA.

A busca de soluções para os tantos problemas surgidos, remete a reflexões sobre o início do trabalho de organização, de como foi a sua discussão, assim como a construção do assentamento, as propostas apresentadas e o esforço de se construir um projeto a não cometer os erros do passado.

As observações realizadas mostram que as situações que se enfrentam decorrem em grande parte da forma como foram realizadas as discussões com as famílias no processo inicial para a implantação do projeto de assentamento, um modelo idealizado, não conseguindo superar os equívocos cometidos no passado tal como se pretendia. Percebe-se a semelhança de situação demonstrada pelo estudo de D'Incao e Roy em um assentamento:

O que nós temos constatado até aqui, observando algumas políticas de assentamento, é que elas não levam em conta o que vocês querem e o que vocês são capazes de fazer... Elas definem o que é bom pra vocês, sem consulta-los. E elas lhes impõem as formas de cooperação e de organização que consideram as melhores... Nós também acreditamos na importância da cooperação e da organização, mas nós pensamos que a única cooperação que pode dar certo é aquela que se organiza a partir de seus interesses reais... (...) A nossa única crença é a de que o melhor projeto pra vocês será aquele que vocês mesmos puderem fazer. (... pra que vocês possam melhor explorar e desenvolver seus próprios desejos e suas próprias aspirações (D'INCAO e ROY, 1995, p.52).

A pretensão era construir uma proposta diferente das experiências anteriores aos assentamentos do Sudeste do Pará, levando em consideração a especificidade

do AMA como o tamanho reduzido dos lotes, buscando fazer compreender que a questão do tamanho dos lotes é significativo, necessitando, portanto, pensar uma forma adequada para a produção. A preocupação é demonstrar a viabilidade de um assentamento de reforma agrária, uma vez que a conquista dessa área foi muito polêmica. É preciso demonstrar que é possível tornar produtivo o solo condenado pelo laudo técnico apresentado pelo Incra. Manaças fala sobre essa particularidade:

Na verdade, o assentamento aqui tem essa singularidade, a gente sempre trabalhou em assentamentos no Pará com lotes que tinham no mínimo 25 ha, tinha assentamentos com mais, tinha com 40 ha. Então, tinha muita terra, mas a lógica do camponês nosso, ela não mudou, o pensamento não mudou, então, ele achava que tinha uma imensidade de terras e tinha que explorar toda a terra e aí começava aquela concepção de derrubar a mata pra botar roça aqui, depois a terra ficava fraca e tinha que passar pra outra, então, essa é uma lógica perversa, destruidora, bastante nociva. Nós trabalhamos com uma nova lógica. Na verdade não interessa quantidade, vasta extensão de terra, a discussão é como tu otimiza o espaço que tu tens, tu recupera o solo, inclusive, que já foi degradado durante muito tempo (MANAÇAS, 2002).

Os projetos foram definidos por Núcleo e, portanto, são dez os projetos de produção que compõem o Projeto Casulo em convênio com INCRA, PMB e APROAMA, cada uma com as suas devidas competências na execução do projeto. Cabe ao INCRA o financiamento da produção, o crédito habitação e a alimentação; à PMB, através dos seus órgãos competentes, coube suprir a infra-estrutura do assentamento – instalação elétrica e fornecimento de energia, saneamento, esgoto sanitário, abastecimento de água e assistência técnica à produção agropecuária.

Existe uma diversidade de linhas de produção: cada Núcleo definiu por duas ou mais linhas de produção, diversificando no que se refere à cultura permanente – cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*, Willd.ex Spreng), mamão (*Carica papaya*, L.), banana (*Musa paradisiaca*, L.), maracujá (*Passiflora alata*, Curtis) e açaí (*Euterpe oleracea*, Mart.) - à criação de pequenos animais (frango de corte, galinha caipira e suínos). A piscicultura e a horticultura orgânica também se fazem presentes entre as

atividades de produção. Um Núcleo decidiu trabalhar com pesca, incluindo no

Quadro 3: Projetos de Produção por Núcleos de Base

NÚCLEO	Nº de Famílias	ÁREA* (ha)	PROJETOS	Valor do Projeto (R\$)
01- Com Deus Venceremos	10	36	Consórcio coco / cupuaçu / maracujá / banana; açaí; pesca; horticultura orgânica	124.999,19
02- Mão de Jesus Cristo	07	25,2	Consórcio coco / maracujá / mamão; açaí; frango de corte e gado leiteiro	87.499,34
03- Mártires de Abril	10	36	Consórcio coco / cupuaçu / maracujá; lavoura branca: feijão / mandioca; açaí; galinha caipira; horticultura orgânica; piscicultura	112.500,00
04- Nova Esperança	09	32,4	Consórcio coco / cupuaçu / maracujá, açaí; galinha caipira, piscicultura; suinocultura; gado de leite	112.499,97
05- Liberdade da Terra	07	25,2	Gado de leite; criação de galinha	95.255,37
06- Os Quilombos do Mártires de Abril	08	28,8	Lavoura branca: feijão / mandioca; consórcio coco / cupuaçu / maracujá / banana; açaí; galinha caipira; suinocultura	99.999,64
07- Nova Vida	09	32,4	Consórcio coco / cupuaçu / maracujá; açaí; galinha caipira; frango de corte	112.340,28
08- Aroma da Terra	10	36	Consórcio coco / cupuaçu / maracujá; açaí; galinha caipira; suinocultura	112.500,00
09- Terra Santa	09	32,4	Consórcio coco / cupuaçu / maracujá / banana; açaí; galinha caipira; piscicultura	112.499,88
10- Estamos na Luta	09	32,4	Consórcio coco / mamão / maracujá; açaí; frango de corte	112.499,52
Total	88	316,8		1.082.593,19

Fonte: Projeto Casulo/PRONAF, 2001.

* O tamanho da área dos núcleos foi baseado no tamanho médio dos lotes por família e o número de famílias por Núcleo.

projeto a aquisição de um barco, buscando adaptar-se a uma das atividades desenvolvidas na Ilha de Mosqueiro pelos índios, desde a época da colonização. Diferentemente da maioria dos Núcleos, três deles definiram trabalhar com produção de leite, associada à cultura permanente e outras atividades de produção. Um Núcleo definiu trabalhar somente com a produção de leite, suscitando críticas do

conjunto dos assentados pela desconfiança, em termos de viabilidade dessa atividade de produção, e que foi amplamente discutido e mostrado pelos técnicos responsáveis pelo projeto, quanto às dificuldades dessa atividade, mas o conjunto dos membros do Núcleo permaneceu com o projeto. Posteriormente, houve divisão no Núcleo, constituindo um grupo em PSC com a participação de cinco famílias com projeto de gado de leite e três famílias trabalhando na PFNI com galinha caipira e gado de leite.

O projeto foi pensado pelo conjunto das famílias assentadas sob a orientação da Direção do MST, para que os núcleos instalem atividades de cultura permanente e criação de animais, utilizando, ao máximo, a diversificação da produção. Com o objetivo de se garantir a infra-estrutura de apoio a todas as famílias foi decidido adquirir um trator e um caminhão que está sob a administração da Coordenação do Assentamento.

5.3.1 O Núcleo de Base *Com Deus Venceremos*

São dez as famílias que compõem o NB *Com Deus Venceremos* e organizados em PSC. Os projetos de produção definidos foram o barco de pesca, horticultura e cultura permanente. Houve divergência no processo de discussão e definição do projeto, configurando-se em dois grupos no sistema de cooperação: no projeto do barco-pesqueiro participam oito famílias, adquirindo-se o barco da Reforma Agrária "*Vamos à Luta*"; duas famílias envolvidas no projeto da horticultura; e as dez mantiveram na cultura permanente.

Segundo, o Sr. Chagas (2003), todas as famílias pretendem trabalhar na produção familiar, não só desse NB, mas todas as famílias do Assentamento.

... além desses projetos, nós também queremos fazer com o nosso individual, fazer uma partezinha lá, o que a gente pensar, além do coletivo, não é deixar o coletivo, mas além da gente fazer o coletivo, cada um que fazer uma parte individual... até pra gente ter acesso, a família da gente ter acesso, os filhos da gente ter acesso, ta lá á vontade. Digamos assim, nós temos o nosso coletivo, mas, por exemplo, o cupuaçu, o maracujá que vai chegar primeiro, mas se nós querer tomar um suco, um cupuaçu, o maracujá, ele tem que passar por uma discussão dentro do núcleo pra tirar o maracujá, ele tem que avisar, pelo menos avisar "olha, eu vou tirar um maracujá". Então, pra mandar os filhos da gente tirar, vai dar contradição (CHAGAS, 2003).

O Seu Chagas menciona os motivos que levam à PFI, o que denota uma compreensão bastante diferenciada - que é a representação cultural das famílias - da pretensão do projeto do MST.

Quer dizer, a gente vê esse lado e a gente plantando um pedacinho pra gente, até fazer um viveirozinho de maracujá, é nosso, quer plantar um mamão, é meu, da minha família.... isso que a gente vê; cada um do Núcleo vê esse lado pra evitar até de... os filhos da gente querer comer e não poder porque é do núcleo, o qual a gente faz parte, mas a gente, eu pelo menos, eu acho que não tenho assim coragem, sabendo que é meu, mas eu não tenho coragem de sair daqui, pegar e tirar, mesmo sabendo que é meu, mas não é só meu, pertence ao núcleo e isso que a gente vê, então, houve essa discussão e aí todo mundo entrou em acordo, que a gente vai fazer que, por sinal, 2ª feira a gente já vai marcar o pedaço que a nossa terra que a nossa foi a última que foi loteada, que terminou agora, anteontem, eles conseguiram entregar a nossa terra, então a gente, 2ª feira, vai marcar um pedaço pra cada um tomar conta do seu pedacinho e fazer o que quiser (CHAGAS, 2003).

A necessidade de se construir o seu espaço, independente do grupo, onde exista a possibilidade de definir sobre o destino de sua produção, de forma autônoma é destacada por Pessoa:

O trabalhador sem-terra luta pela conquista da terra. Quando nela se encontra, depara-se com normas do grupo e divisão do trabalho, que fogem ao ideal de autonomia e auto-suficiência imaginados (PESSOA, 1999, p.127).

O projeto de fruticultura está todo implantado: são 3.000 pés de açaí, 2.000 pés de maracujá, 1.700 pés de cupuaçu e 2.000 pés de banana, consorciado.

O sistema de funcionamento do coletivo está sendo experimentado: todas as dez famílias participam da fruticultura e todas as pessoas trabalham juntas nas tarefas do dia-a-dia. Para melhor compreensão, destaca-se o trecho da entrevista:

N- Explique como funciona esse coletivo.

C - O coletivo é o seguinte: nós fizemos o projeto, é de todo mundo, a gente trabalha junto, começamos junto, plantamos todos juntos e a manutenção também.... até a colheita... quando chegar a colheita a gente vai colher também tudo junto e vai.... vai ter momento que a gente vai viver quando estiver produzindo, vai colher, vende e divide.

N- Mas como é o trabalho?

C - É coletivo, também. A gente vai trabalhando, todo mundo vai junto pra lá pra fazer o serviço...

N- Por exemplo: nas atividades de plantio como vocês dividiram entre vocês?

C - Foi todo mundo junto pra preparar a área: começou pela cavação, cavar a cova, estava todo mundo para cavar a cova, aqueles que não podiam ir pagavam trabalhador, porque tem muitos, como as mulheres, a comadre Dos Anjos, ela pagava trabalhador, tem os militantes que ficavam fora, mas ficava o trabalhador, eles ficavam fazendo juntos e até hoje mesmo. Uma coisa que a gente fez, tentou dividir, agora, ultimamente, tentou dividir só pra experiência, não foi pra dividir o projeto, dividir as tarefas, por exemplo, o cupuaçu, 2 mil pés, nós somos dez, 200 pés pra cada um pra fazer a coroa. Cada um faz 200 pés, aí ta matado o serviço, o seu compromisso com o cupuaçu; a banana, do mesmo jeito e assim por diante (CHAGAS, 2003).

Observa-se que esse sistema de funcionamento é uma experiência criada por eles mesmos, portanto, ainda na expectativa quanto aos resultados. Imaginam que deve ser feito dessa forma para se evitar divergências, quanto às horas de trabalho. Em referência aos militantes que, muitas vezes, precisam ausentar-se em razão às atividades políticas, encontraram soluções, que são individuais e desde que se garanta a sua realização.

Ainda não conseguiram uma definição sobre o sistema de funcionamento do barco, encontrou-se apenas alternativa para o início da experiência:

N- E no barco, na pesca?

C-Olha, no barco ainda está assim meio enrolado; tinha três que ia pro barco, dois foram pra lá e a gente acha que eles não gostaram, não se deram com o barco, aí ficou só um, que é o Josué, que é o pescador, aí os dois que se comprometeram de ir, o Mamede e o Arilson, só que eles fizeram uma viagem, não foram mais. Até agora a gente ainda não descobriu porquê, ainda não conversamos sobre isso. Então, o Josué está aí, ele está pagando trabalhador pra ajudar ele, mas esse trabalhador é pago com a própria produção do barco: trás o peixe, vende, tira o dos trabalhadores e o resto que sobra é dividido entre os oito do Núcleo (CHAGAS, 2003).

Avalia-se que esse é um dos NB mais organizados, tanto no que tange à produção, quanto nas relações interpessoais e políticas. Refere-se à organização e

unidade do grupo, um dos aspectos mais importantes para o desenvolvimento de uma proposta coletiva. O NB demonstra que existe relação de confiança entre seus componentes, característica essa evidenciada em uma das reuniões da Coordenação: um coordenador tecia críticas a esse NB, do qual não se conhecia o coordenador, pois a cada reunião aparecia um representante diferente. Aparentemente toma-se como indisciplina, mas analisando a forma de organização interna, percebe-se que, na ausência dos coordenadores, é realizada a substituição por um outro componente e, temporariamente, estava sendo substituído pelo Seu Chagas para que garantisse a participação de um representante do NB na reunião da CA.

Quando o barco chega da pescaria, a primeira medida é a repartição do pescado para as famílias do NB, ficando decidido que cada uma ficaria com 5 kg, e com liberdade de escolher o peixe de sua preferência; e pagamento sobre o peso que ultrapassar ao limite definido:

... quando o peixe chega, primeira coisa que a gente tira é a parte pra cada família do Núcleo... 5 kg que a gente tira pra cada família, a gente que escolhe o que quer; se a gente tirar mais de 5 kg, aí a gente já paga; isso foi o acordo que ficou fechado dentro do Núcleo. Se a gente escolher um peixe grande que passa de 5 kg, e se interessa o peixe, a gente já paga o que passar de 5 kg (CHAGAS, 2003).

Existe uma variedade de peixes: pescada amarela (*Cynoscion acoupa*, Lacepède), pescada branca (*Cynoscion leiarchus*, Cuvier), dourada (*Zungaro zungaro*, Humboldt), sarda (*Scomberomorus brasiliensis*, Collette, Russo & Zavala-Camin), bandeirada (*Bagre bagre*, Linnaeus), peixe-serra (*Pristis perotteti*, Muller e Heule), acará-açu (*Astronotus ocellatus*, Agássiz), peixe-pedra (*Genyatremus luteus*, Bloch), arraia ou raia (*Potamotrygon ocellata*, Engelhardt) entre outros, cujo preço varia entre R\$ 0,80 a R\$ 3,50 o kilo. São de oito a dez dias na pescaria, perfazendo três viagens em média por mês. A equipe que trabalha com a pesca é composta de

três pessoas (um membro do NB e dois pescadores contratados cujo pagamento se efetiva em forma de diárias). A outra parte dos componentes do NB é responsável pelas demais atividades como a pesagem dos peixes, a limpeza do barco, o transporte e a comercialização do pescado, em decorrência à inexperiência de quase a totalidade dos membros do NB.

O Núcleo *Com Deus Venceremos* é conhecido como o mais organizado, como o informante declara o que se comenta no assentamento. Ao ser indagado sobre as dificuldades encontradas no processo de organização e funcionamento do sistema de cooperação, ele afirma que em todos os NB tem acontecido a mesma situação, em referência aos contratados para o cumprimento das tarefas dos militantes que se ausentam, atraindo problemas para o NB.

O que tem trazido mais a divergência é sobre os trabalhadores que a gente coloca pra assumir as tarefas de quem está fora. A pessoa que vem trabalhar, vem pensando só no dinheiro, não vem pensando em produzir, aí, muitas vezes, a gente tem observado que não tem dado muito certo. Eu mesmo fui um que batemos forte que não deveríamos mais colocar pessoas de fora, tem como a gente fazer, pro Núcleo fazer esse trabalho... 3.000 pés de açai têm condições da gente fazer, mesmo que esteja alguém fora, 3, 4 fora, mas a gente sabendo se organizar, nós temos condições de limpar, sem precisar colocar pessoas de fora. (...) eu tava até com um trabalhador trabalhando pra mim, só que eles trabalharam o primeiro dia... 10 pessoas que tinha lá dentro, eles não chegaram a cavar 150 covas, e eu fui até 10:30, cavei 109 covas, aí eu fiquei observando.... quando foi noutro dia, eu e o próprio trabalhador, nós cavamos 248 covas, nesse dia. Então, a gente sempre prestando atenção... nós mesmo tomar de conta, só que eles custaram a entender e parece que agora eles conseguiram entender e a gente não tem intenção de colocar trabalhador; só estamos esperando os meninos que estão fora chegar e a gente entrar numa discussão e tentar organizar o trabalho pra gente trabalhar só a família mesmo. A gente tem certeza que dá pra assumir e dar conta... Como estou dizendo: a gente vê muito... é 3.000 mil pés de açai, mas são 300 pés pra cada um... 300 pés eu faço em dois dias, a limpeza... é assim, se Deus quiser a gente vai organizar assim, pra fazer essas tarefas (CHAGAS, 2003).

5.3.2 O Núcleo de Base *Liberdade da Terra*

O NB *Liberdade da Terra* é composto de oito famílias e está dividido, desde o início, ou melhor, inicialmente todos os envolvidos discutiram conjuntamente o

projeto de produção, decidindo-se por um único projeto. Posteriormente, por divergências, o NB se dividiu, ficando cindo famílias de um lado e duas, de outro na PSC (um dos componentes faleceu no início do ano) e duas famílias na PFNI.

Uma família decidiu pelo projeto de avicultura, outra optou pelo projeto de gado de leite, e os grupos na PSC decidiram pelo gado de leite com a participação de cinco famílias e avicultura com duas famílias.

A primeira decisão tomada, segundo Vanda¹⁶, foi por um projeto de cultura permanente (maracujá e cupuaçu) e avicultura (frango de corte, galinha caipira e pato regional). Quando dois militantes se ausentaram para atividades política e de formação, um dos membros convenceu as outras famílias para mudança do projeto para gado leiteiro, afirmando ter experiência e reforçado por outro membro que também declarava a sua experiência, e propunha o aproveitamento do pasto disponível, pois, segundo eles, a terra em questão serviria apenas à criação de gado. Pela inexperiência de todos em agropecuária, não foi difícil o convencimento e ao ser liberado o crédito, todos os componentes do NB trabalharam firmemente na construção do curral, da cerca, convencidos de que não seria preciso cuidados especiais, só precisavam comprar os bois e coloca-los no curral. Essa foi uma afirmação constante para cada um que questionava ou expressava alguma dúvida sobre o gado.

A expectativa em relação ao gado tem influência na idéia socialmente disseminada, quanto à facilidade de acúmulo de patrimônio, entre os agricultores no processo de pecuarização dos sistemas de produção do campesinato. Essa tentativa procura fazer valer um sonho, há muito cultivado, por um dos membros do NB que trabalhara com gado junto ao seu pai e adquirira experiência como gerente de uma

¹⁶ Entrevista realizada por M.N.A, em 01.08.2003.

fazenda em um município do Pará. Segundo sua esposa, ele cultivava há muito o sonho de conseguir trabalhar com pecuária. Chegando no AMA, acredita que a oportunidade chegara e, para tanto, adquiriu nove cabeças de gado, perdendo-as logo após, mas, no primeiro financiamento, implantou algum patrimônio para a criação de gado, construindo a vacaria (como ele denomina) e a cerca. Ele avalia que é possível trabalhar apenas com gado leiteiro nessa terra.

Ao retornarem os dois militantes da viagem, o projeto já tinha sido encaminhado ao banco, impossibilitando qualquer mudança. Esse projeto foi bastante criticado pelos membros da CA que responsabilizava a coordenadora do NB, pois existem controvérsias em relação à criação de gado numa área tão pequena como no AMA, ventilando-se até mesmo da inviabilidade econômica. Demonstra-se que a crítica ao projeto do NB refere-se a uma posição de questionamento por parte daqueles que começam a compreender que não é esse o procedimento a ser seguido. Através das informações e conhecimentos, tentam levar ao convencimento do conjunto das famílias sobre a necessidade da diversidade na produção, principalmente, numa área tão reduzida como no AMA, de tal forma que se garanta a sua otimização.

O técnico que acompanha o projeto afirma que não se pode decidir pelas famílias, tampouco proibir algum projeto e que o seu papel é apresentar as informações técnicas, as restrições e as dificuldades. Se, mesmo assim, a família decidir trabalhar nesse sistema de produção, cabe ao técnico encaminhar e tentar contribuir através de acompanhamento e orientações técnicas.

Posteriormente, aquela pessoa que influenciou a mudança da decisão inicial abandonou o projeto coletivo para trabalhar na PFNI, alegando que já possuía gado e, portanto, não poderia continuar junto. A outra pessoa que afirmava ter experiência

com atividade pecuária, mostrou, na realidade, sua inexperiência, sendo necessária a contratação de um vaqueiro não pertencente ao assentamento. As atividades se desenvolvem com os componentes do NB, trabalhando nas tarefas cotidianas demandadas sob a direção do vaqueiro contratado. O acordo realizado foi que ele participaria dos resultados da comercialização do leite, a repartição, enquanto mão-de-obra, uma vez que ele não contribuíra com terra nem capital (valor do crédito no investimento). O papel do vaqueiro, com o passar do tempo, se transforma de trabalho contratado para as atividades da pecuária, passando ao papel de comando, pois somente ele detém o conhecimento sobre a criação de gado.

Observa-se que o nó do NB está exatamente nessa questão: a inexperiência de todos os componentes em agropecuária, agora submetido ao comando de uma pessoa que não faz parte do NB, somados à questão da falta de experiência em coletivismo.

... a minha participação é pouca porque eu não tenho tempo de estar diariamente lá, mas eu mando uma pessoa, só que a pessoa não entende do processo, porque a gente fez um projeto aonde se dizia assim que era fácil, que era uma coisa que não dava trabalho e que entendia e quando chegou, no final, não entende do processo, por exemplo, trabalhar com as vacas... não entende e nós também não entendíamos, desde o começo "não entendo desse bovino de leite de jeito nenhum", estou aprendendo no dia-a-dia... é assim, como sempre digo pra eles, eu não vou me comparar com um homem, que a força de um e a força de uma mulher, mas fazer os serviços mais leves, eu dou conta de fazer, por exemplo, pra dar um laço num boi, eu posso sim até aprender, no momento eu ainda não tenho estrutura pra ir lá pra fazer esse serviço... então eu sou cobrada, não é nem por membro do Núcleo, uma pessoa que tá lá, quer dizer mas não pode contrariar essa pessoa, porque essa pessoa que sabe lidar com o bicho. Então, se eu for batendo de frente com ele todos os dias, porque ele se sente o tal, o dono lá do negócio, também porque só ele que sabe, aí ele fica lá todo dia... vem todo dia as pessoas se queixar dizendo que eu tenho de tá lá pra montar pra puxar, só que eu não sei tirar leite, eu posso aprender, ... não dá conta de laçar um boi, porque os homens mesmo... tem homem que não dá conta de laçar um boi, outro dia a gente foi matar um boi lá, o boi arrastou todos nós, saiu arrastando nós tudinho, ele levou eu, Alex, pai do Alex, ele, o vaqueiro, o Joel, nós fomos todo mundo, bicho saiu correndo e nós segurando a corda, teve que soltar a corda pra gente não se esborrachar, não se machucar... (SILVA, 2003).

Como consequência, o NB *Liberdade da Terra* está enfrentando um problema, aparentemente, insolúvel, com dois componentes do grupo da PSC saindo para trabalhar na PFNI. São divergências profundas, mas, segundo o Alex¹⁷, é problema de relacionamento e não de trabalho, tampouco se refere ao projeto. Poder-se-ia afirmar que existe dificuldade em se tratando de compreensão do funcionamento do trabalho coletivo e a disponibilidade dos militantes.

Pessoa realiza uma reflexão bastante pertinente para a situação vivenciada no AMA:

O agricultor sempre foi vencido porque sempre esteve isolado; a superação dessa estrutural exclusão social tem muito mais chances se levada a termo em conjunto; o sistema político, jurídico, burocrático brasileiro é reconhecidamente refratário a ações individualizadas; a relação custo/produção no setor agrícola pode ser favorável ao “trabalho engrupado” etc. O grande problema, para a administração dessas premissas, está na escolha dos objetivos, (...), puramente político-econômicos e não antropológicos: acomodar-se numa alegada vontade da maioria, em detrimento dos gostos e das vontades minoritárias; imaginar-se ter como material humano seres perfeitos e plenamente produtivos, esquecendo-se das pequeninas imperfeições de cada indivíduo (PESSOA, 1999, p.195).

É difícil saber o que vai acontecer; esperando-se que transcorra sem grandes problemas, uma vez que, na época do acampamento, os problemas se referiam às questões externas, ou seja, às relações com o ambiente externo e não nas relações político-organizativas. Essa calma interna leva a acreditar que tudo vai ocorrer da mesma forma. Percebeu-se que é diferente o processo do assentamento. Nessa etapa de organização, manifestam-se inúmeros problemas que não estavam previstos e, portanto, os militantes se encontram, de certo modo, despreparados para o enfrentamento de tais situações. É um aprendizado; o processo é de construção do novo, de somar esforços para a busca de soluções coerentes e que contribua para a sonhada construção do assentamento idealizado.

¹⁷ Alex, 22 anos, assentado, entrevistado por M.N.A em 01.08.2003.

A declaração de um dos componentes do NB que, também, está saindo do grupo de PSC mostra que existem divergências:

... a coisa que não tá dando certo aqui é que muitos que gostam de trabalhar e outros que não gosta... eu tô saindo do meu NB por causa disso que eu faço a minha tarefa do começo ao fim e ainda sou... eu já analisei tudinho, eu sou mais perder, largar o meu serviço lá, mas não quero sair daqui, é a minha decisão. Eu tô saindo do meu NB, do meu coletivo, mas não é porque eu não quero trabalhar não, porque eu faço as minhas tarefas tudinho, sem falhar uma; é por causa disso que além de eu estar fazendo certo, vem dizer que eu estou errado, vem me aborrecer e aí eu me enfezo, pra mim não fazer nada, eu prefiro perder, continuar na minha casa, no Movimento ... (SILVA, 2003).

A situação demonstra que os problemas enfrentados não são simplesmente de relações interpessoais, mas são problemas de concepção de organização que se materializam no processo de realização do trabalho coletivo.

Pessoa trabalha a questão dando ênfase a dimensão do significado da terra:

Nesse modo de vida, que é muito mais que a produção de alimentos, a terra é o elemento fundamental. Ela é a portadora das energias capazes de fazerem germinar as plantas e fecundar os animais, fazendo-os crescer em seguida. Ela suporta o peso da moradia, esconde o mistério do nascimento das águas e é sobre ela que se formam os trilheiros das andanças cotidianas de trabalho e lazer. Isso, enquanto se tem saúde e forças para a caça, para o trabalho e para o amor. Depois, é também na terra que os homens e mulheres serão depositados para o descanso final (PESSOA, 2001, p.127)

E continua sua reflexão, destacando que a organização social e produtiva de um assentamento não se restringe à questão topográfica, mas a topofilia, a relação do sentimento com o lugar, ou seja, "... o lote não é espaço. É lugar – é um espaço que comporta emoções, sentimentos, um deles, inclusive, o sentimento de estar recuperando a relação amorosa com a terra" (PESSOA, 2001, p.129).

"O coletivo funciona dentro da estrutura do MST, não hierárquica", segundo o coordenador, ou seja, todos opinam, debatem, tomam decisões e realizam planejamentos para as atividades e tarefas de cada membro. Por outro lado, nem todas as famílias participam do NB, particularmente, aquelas que trabalham na

PFNI. Percebe-se que a questão surgiu na origem do processo de construção da proposta, ou do projeto do MST.

O que se tenta mostrar é que não foi realizado um trabalho de base consistente, como enfatiza Sousa (1999, p.129), isto é, não se buscou o conhecimento da realidade das famílias que se engajavam ao Movimento assim como o contexto em que se inseriam ao processo (PESSOA, 1999, p.194).

5.3.3 O Núcleo de Base *Nova Vida*

O Núcleo de Base *Nova Vida* é composto por nove famílias, ou seja, quatro famílias e cinco solteiros que são militantes. Essa questão trouxe um certo constrangimento, quando foi indagado sobre o número de famílias no NB, e no primeiro momento, comentava-se que eram nove pessoas, mas, indagado se eram nove famílias, informou-se que havia cinco solteiros, ficando confirmada a declaração inicial. Esses cinco são militantes, engajados às atividades políticas do MST, por isso, é muito freqüente a sua ausência nas atividades de produção.

Todos os componentes aderiram a PSC e às atividades de produção do Núcleo *Nova Vida*, ingressando com muita euforia e grande esperança, realizando as atividades de implantação do projeto: aquisição de um veículo utilitário, aquisição dos pintos, o cultivo de hortaliças (alface e coentro). O projeto de produção implantado foi a avicultura (galinha caipira), horticultura e fruticultura (cupuaçu, maracujá e açaí). Inicialmente o plantel era de 1700 bicos, mas foram vendidos para outros núcleos, pois estavam morrendo. Os problemas começaram a surgir poucos meses após. Segundo o informante, os responsáveis pela atividade não cumpriam com as tarefas cotidianas de cuidados, provocando a morte de dezenas de galinhas.

Percebendo a gravidade da situação, os integrantes do Núcleo decidiram pela venda. Posteriormente, compraram 300. Antes, trabalhavam com produção de ovos e, atualmente, trabalham com galinha de corte.

O técnico informou que houve problema administrativo. O Núcleo não seguiu as orientações técnicas e foi adquirido um número além do que comportava o aviário, além do não cumprimento de outras orientações, causando superlotação e conseqüente canibalismo.

Os componentes do NB não têm experiência em produção agropecuária, mas a pretensão é aprender e trabalhar na construção de suas vidas. As atividades são intensas na fase de implantação do projeto, e a criação de galinhas requer muitos cuidados, o que demanda muitas atividades diárias. Os problemas se foram acumulando: a inexperiência em gestão de recursos, na administração, poucas pessoas realizando as atividades da produção, resultando em um profundo conflito. Somado a essa situação, uma pessoa se transferiu para outro NB, deixando uma irmã para substituí-la. Os membros do NB não conseguiram estabelecer uma boa relação com essa nova componente, resultando em conflitos. Realizaram-se diversas reuniões em busca de soluções para os conflitos, com o acompanhamento do assessor técnico, mas não houve acordo, exigindo-se encaminhar a questão para discussão na CA..

A reunião se inicia com a declaração do coordenador do NB:

...(...) não conhece nada e chegou agora... não trabalha no coletivo...(.)... então, é o seguinte: foi esse ponto que foi passado, inclusive, o James¹⁸ já está por dentro desse assunto também e foi isso que na avaliação do NB, que o NB não quer mais ela permanecendo no NB, pelo menos ela não trabalha mais no coletivo, que não é obrigado... então essa posição o NB não aceita trabalhar com uma pessoa dessa mais no NB.... inclusive, a Baixinha está aqui pra defender a irmã... a Baixinha¹⁹ não pertence mais ao NB 7, que agora é do NB 5 e a irmã dela já sabia que quando chegou aqui,

¹⁸ James Azevedo é agrônomo da Secretaria Municipal de Economia (SECOM), da PMB e acompanha o AMA.

¹⁹ Baixinha é assentada e pertencia ao NB 7 e se transferiu para o NB 5 por ter casado com um membro deste NB.

ela estava indo trabalhar com a gente, mas teleguiada pra não ir pro serviço, por isso que ela fez isso, não foi mais trabalhar... está dentro do AS e não está trabalhando, o NB decidiu não aceitar mais ela e o NB decidiu colocar outra pessoa na vaga dela. O que o NB decidiu foi isso (SILVA, 2003).

Observa-se que a situação enfrentada no NB é complexa, porque não surgiu de uma simples divergência, mas decorre do interesse em inserir-se ou não, ao grupo. Aqui se demonstra a importância da participação na fase anterior ao assentamento, como declara uma militante sobre a necessidade de participar do acampamento para conhecer o Movimento, para conhecer o projeto político do MST, o seu funcionamento, o significado do grupo coletivo, pois todo esse conhecimento é novo para todos.

O NB é composto por nove famílias, porém, no período de realização do trabalho de campo, apenas três estavam inseridos nas atividades cotidianas de produção. Nesse núcleo fazem parte cinco militantes, dos quais, segundo o coordenador, apenas dois realmente estão em atividades políticas e podem justificar sua ausência das atividades de produção.

Esse quadro de dificuldades faz aprofundar os conflitos, pois não se pode escamotear a diferença entre mão de obra de nove e mão-de-obra de três. Ou seja, três pessoas exercem atividades que deveriam ser cumpridas pelas nove pessoas, afinal, o projeto foi pensado em função de nove famílias. A gravidade do problema dificulta encontrar uma solução alternativa ventilando-se até em acabar com a PSC, entretanto esbarra-se na preocupação com os militantes:

...(...) o coletivo, nós ia vender a galinha, nós ia repartir 150,00 pra cada um, o restante nós ia comprar frango... (...) eu só que depois nós compramos o frango, todo mundo veio, duas vezes, o Kempes²⁰ e ela, foi lá no galpão, todo mundo com calculadora, pra quê... não sei, alguma coisa queriam... eu acho que ..(...) coletivo, todo mundo sabe o que é coletivo, não precisa estar chamando, todo mundo sabe o seu dever, o meu dever eu sei todo, não sabe?(...) não foi tirado no coletivo, então ela sabe onde é o coletivo...(...) eu não sei não está muito complicado... (...) estava o Elói²¹,

²⁰ O Kempes é um militante e assentado.

²¹ Elói é outro componente do Núcleo.

estava o Ulisses²², agora, nós queria rachar o grupo, ia rachar mesmo o NB, não estava tendo entendimento, segundo porque? Está aqui o Glauco²³ de testemunha, nós ia rachar porque, nós temos vários militantes fora e se depois dá individual pra todo mundo, tem militante que vai ficar rodado aí, quem vai trabalhar por eles... (...)... vai trabalhar pelo militante lá fora? Não vai, é isso que é o problema e eu acho que a CA está a par disso tudinho o que está acontecendo no NB... (SILVA, 2003).

Uma das alternativas encontradas para se garantir o retorno do investimento foi a realização de parceria com a Empresa Americano para produção de 3.200 bicos, então, com o projeto de custeio serão ampliados os galpões.

Essa é uma pequena parte dos problemas, uma vez que os maiores se inserem ao número muito grande de militantes no NB e a inexperiência em produção agropecuária e em gestão, somada às relações de conflito.

5.3.4 O Núcleo de Base *Aroma da Terra*

O Núcleo *Aroma da Terra* é constituído de dez famílias e dividido em dois grupos: uma parte é composta por três membros que moram no lote e a outra parte, de sete membros residentes na vila. São dois os grupos que trabalham na PSC, cujos coordenadores do NB se dividem na coordenação, ou seja, cada coordenador é responsável por um grupo.

O grupo com sete membros, coordenado por Maurício, trabalha com a produção de maracujá (1000 pés), cupuaçu (1000 pés), açaí (1000 pés-ainda não implantado), banana (500 pés) e frango de corte a ser implantado. Segundo o Maurício, todos são inexperientes em produção agropecuária. O projeto de criação de frango será realizado em parceria com a Empresa Americano: o NB ficou responsável pela infra-estrutura e a empresa fornecerá os pintos e medicamentos;

²² Ulisses Manaças é dirigente estadual e assentado no AMA.

²³ Glauco Brito Filho é agrônomo, técnico do AMA.

são três galpões de 1800 bicos para cada, totalizando 5.400 bicos, e entrega após 46 dias a R\$ 0,20/kilo.

O outro grupo, formado por três famílias que moram no lote, trabalha com a criação de suínos, frango e cultura de maracujá.

Segundo o entrevistado, o Núcleo foi dividido porque, além da experiência, tinha divergência com o tipo de projeto de produção, enquanto os outros sete não possuem experiência em nenhuma área.

O coordenador enfatiza que o Núcleo está separado nas atividades de produção, mas nas atividades do Movimento estão juntos, mostrando que a divisão não significa conflito entre seus membros, apenas uma forma alternativa de atender aos interesses das famílias no projeto de produção.

Indagado sobre o funcionamento do grupo coletivo, informou que as tarefas diárias quando não pode pagar diária, são realizadas em conjunto. Logo, não é diferente das outras experiências relatadas anteriormente, demonstrando que não se conhece o processo de organização de trabalho coletivo, explicado pela sua inexperiência até mesmo em atividades agropecuárias, por isso, qualquer prática de funcionamento do coletivo será a reprodução das experiências dos outros NB do AMA. Isso é importante à medida que cada um irá aprender com as experiências, os erros e acertos vivenciados, construindo conjuntamente uma forma específica de organização.

Dois componentes do NB não participam das atividades de produção, pois decidiram não solicitar crédito. Segundo informações, uma das componentes não tem interesse pelo projeto e sobrevive de pequeno comércio (venda de doces, balas e farinha) em sua própria casa, e, eventualmente, deslocando-se aonde haja frequência muito grande de pessoas, especialmente, em período de férias. Quanto

ao militante solteiro, não foi resolvida sua situação. Uma das componentes não realiza nenhuma atividade direta, pois utiliza o trabalho contratado. A situação a qual se encontrava no período do trabalho de campo era peculiar, pois três pessoas trabalhavam na praia (período de veraneio); o avô de um dos componentes vive de sua própria aposentadoria; o coordenador vende água de coco; uma componente vende frutas na praça; outra vende comida regional e as duas últimas possuem uma banca na feira de Carananduba.

O projeto de custeio definido relaciona-se com horticultura orgânica, ampliação do aviário, compra de barco (dois membros), venda do carro utilizado em fretes e compra na Ceasa para concluir a ampliação do aviário.

Os componentes do Núcleo construirão uma casa para segurança do aviário; por enquanto, um dos vizinhos monta guarda do seu aviário e vigia o do grupo. Essa é uma situação que ocorre em todos os Núcleos e famílias, pois, particularmente, no seu NB houve tentativas de roubo de telhas do aviário.

No seu caso particular, declara que pretende fazer uma horta no quintal e na área que foi dividida (1ha/família), uma roça de macaxeira, em parceria com a mãe.

Perguntado sobre a divisão do coco no grupo coletivo, informa que todos os membros do Núcleo podem tirar a quantidade que necessitar.

Esse NB apresenta uma situação também problemática, uma vez que não está desenvolvendo as atividades do projeto de produção, pois quase todos trabalham para não perder a oportunidade do período de veraneio, mas as reuniões do NB não estão sendo realizadas, o que tem sido motivo de preocupação por parte de uma das componentes, ao chegar o período de pagamento do financiamento. Entretanto, espera-se tratar essas questões ao final do veraneio, quando a vida cotidiana volta à normalidade.

Os Núcleos de Base, aqui descritos, expressam, no seu conjunto, as situações que merecem destaque por representar o estágio da atual etapa de desenvolvimento do processo de construção do AMA. Não significa que se encerra nestes quatro NB, mas os demais problemas enfrentados pelos núcleos estão em torno das questões levantadas.

A descrição desses núcleos, na sua organização e funcionamento, apresenta uma direção para análise dos limites e as possibilidades de construção desse modelo de assentamento baseado na forma de produção coletiva, bem como o estágio de desenvolvimento de cada NB, relacionando com o nível de compreensão político-organizativa dos membros que os compõem.

PARTE III RESISTIR

VI OCUPAÇÃO, PRODUÇÃO E RESISTÊNCIA NA *TERRA SANTA*

Quem espera na pura espera
 vive um tempo de espera vã.
 Por isto, enquanto te espero
 trabalharei os campos e
 conversarei com os homens
 Suarei meu corpo, que o sol queimará;
 minhas mãos ficarão calejadas;
 meus pés aprenderão o mistério dos
 caminhos;
 meus ouvidos ouvirão mais;
 meus olhos verão o que antes não viam,
 enquanto esperarei por ti.
 Não te esperarei na pura espera
 porque o meu tempo de espera é um
 tempo de quefazer.
 (...)

Estarei preparando a tua chegada
 como o jardineiro prepara o jardim
 para a rosa que se abrirá na primavera.
 Paulo Freire (2000)

A forma de organização do Assentamento Mártires de Abril considera três aspectos importantes em relação ao processo de construção de assentamentos do MST: a organização das moradias, a organização social e política e a organização da produção.

a) A organização das moradias

Um ponto importante na forma de organização de assentamento refere-se ao Núcleo de Moradias. Nos assentamentos, tradicionalmente, as moradias tendem a ser estabelecidas de forma centralizada em uma agrovila. Esse tipo de agrovila implica em numerosos problemas como a distância entre os lotes e a agrovila (às vezes dista 40 km), dificuldades de contato entre direção/coordenação e as famílias, pois estas ficam mais tempo no lote do que na agrovila; dificuldade de convívio social das famílias; dificuldade de participação nas atividades do assentamento, levando o MST a discutir formas para estabelecer um relacionamento mais intenso entre as famílias e, para isso, delineou uma proposta de descentralização das moradias, a partir da formação de diversos núcleos espalhados pelo assentamento,

Essa é uma discussão nacional e se refere aos grandes assentamentos. Embora a proposta nacional não contemple a todos os elementos discutidos no MST-PA, fazem-se presentes a preocupação quanto a distância da agrovila ao lote (onde trabalham) e a proximidade das casas na agrovila, causando situações de desconforto entre os vizinhos em razão às suas criações.

Nos “núcleos de moradias as casas dos assentados permanecem em cima do lote, de forma que o parcelamento do assentamento permita uma aproximação das casas” (CONCRAB, 2001a, p.12). Os grandes assentamentos do MST do Pará, como o Palmares, o 17 de Abril e o 1º de Março são organizados com agrovilas centralizadas, no entanto enfrentam problemas, mencionados anteriormente, motivando a busca de uma nova experiência.

No AMA vive-se uma experiência específica e no processo de definição da forma como seria estabelecida a agrovila, através da discussão aberta, surgiram duas propostas: a primeira era de que a agrovila fosse centralizada no local onde se ergueram os barracos, à época do acampamento, uma vez que o assentamento é pequeno e facilitaria a vida social das famílias, bem como o estabelecimento do princípio de organização do MST: o de aproximar as moradias. A segunda proposta era a de descentralização das moradias, que se estabeleceriam em Núcleos de Moradias situadas nos lotes, estendendo-se ao longo dos limites do assentamento. A discussão foi polêmica e fez surgir uma terceira proposta conciliadora, que pretendia a definição pela livre escolha das famílias, a qual foi a vencedora. Como a maioria definiu pela moradia na agrovila centralizada, 77 moradias foram construídas.

A proposta que defendia o estabelecimento dos Núcleos de Moradias apresentava o argumento de que o assentamento se localizava numa área em que o

entorno era constituído por uma população que poderia vir a invadir o território do assentamento, comprometendo a segurança da produção dos núcleos. Foi sugerido o estabelecimento das moradias nos limites do assentamento, formando uma espécie de cerca de segurança da produção. Algumas famílias afirmam que essa foi a proposta mais coerente, pois com o início da produção, muitos núcleos enfrentam o problema de furtos, o que exige o revezamento entre as famílias para montar guarda, durante as noites.

Esse quadro demonstra que a proposta aprovada pela maioria não era a mais coerente, embora a argumentação tivesse sido melhor defendida. Nela estava embutida a pretensão da direção em defender as suas estratégias de organização política, não significando a mais coerente forma de organização do assentamento, segundo o ponto de vista das famílias. Implica dizer que a definição da forma de construção de um assentamento requer sensibilidade para melhor se compreender as peculiaridades locais, levando em consideração a dimensão da realidade local: a social, a cultural, a ambiental e a econômica.

É imprescindível uma reflexão sobre o entendimento de segurança no campo e na cidade. A concentração de moradias em uma agrovila pressupõe o controle sobre o espaço da moradia que é dominante no estilo de vida urbano. Por outro lado, estabelecer as moradias nas fronteiras do assentamento, demarcando o espaço a partir da periferia, cercando o espaço da produção, ou dispersar as casas nos lotes, aproximando moradia e trabalho, são conceitos de território que mais se aproxima ao estilo de vida rural. O fato é que se estava ante a uma nova realidade e os modelos antigos, fossem eles de um ou outro estilo de vida, teriam que ser adaptados. Mais que isso, não se trata de pensar a casa ou o trabalho, individual, mas coletivamente, como uma atividade de um grupo social específico. Este é o

desafio: pensar o conjunto, o coletivo, o grupo, sem desprezar o indivíduo, a família, a especificidade e todos os elementos extra trabalho que compõem a vida humana.

Iniciadas as atividades de produção, aqueles núcleos que se instalam na agrovila sofrem as conseqüências, alertadas no período do debate. As famílias do NB Mártires de Abril, por exemplo, estão sendo obrigadas a fazer um revezamento para a segurança da produção, das instalações e instrumentos de trabalho; a cada noite uma família dorme no lote. Mesmo o lote do NB *Os Quilombos do Mártires de Abril* que fica adjacente ao assentamento, precisam proceder da mesma forma a fim de garantir a segurança da criação de galinhas e de suínos e do material armazenado no depósito – ração dos animais, os instrumentos e equipamentos de trabalho. À medida que as atividades de produção se desenvolviam, as famílias foram percebendo a necessidade de segurança, exigindo a organização de todos os núcleos para a realização da tarefa de garantir a guarda, durante as noites.

Essa é uma questão nova para um assentamento do MST, pois em tempos passados a preocupação se voltava para a *segurança das pessoas*, das lideranças e dos militantes do MST, o que é comum em outras regiões do Estado do Pará onde o Movimento está presente. No AMA, a preocupação fundamental é a *segurança da produção*, marcando a sua especificidade, porque se trata de uma região peri-urbana onde se localiza o assentamento, cuja pequena área rural é circundada por uma vizinhança urbana.

Na situação específica do AMA a noção de segurança ressalta outro aspecto, não mais a organização em trabalhos ou grupos coletivos como mencionados por Pessoa (1999, p. 185-88) e Martins (1990, p.72), mas pelo estabelecimento dos locais de moradia como garantia de segurança da produção.

b) A organização social e política

Essa forma de organização segue os preceitos do projeto do MST no qual o processo de construção do assentamento se inicia no acampamento. Daí a importância da participação dessa trajetória para se compreender o projeto político-organizativo a ponto de se consolidar o sentimento de pertencimento ou de identificar-se com o Movimento dos Sem Terra. Muitos dos problemas, que se referem à coesão do grupo, serão decorrentes da entrada de pessoas que não vivenciaram a fase de adaptação e nivelamento identitário do acampamento.

A solidariedade é o princípio norteador de organização dos grupos, das comunidades e dos assentamentos. É baseada nela que o MST se emprenha, procurando evidenciá-la em todas as facetas da vida dos assentados: no trabalho, na comunicação, na escola, na formação, no enfrentamento do cotidiano. Neste sentido, Souza mostra também a participação como um sentimento de pertencimento a um dado grupo, isto é, a participação

... propicia o aprendizado prático de como conquistar seus objetivos; a consciência de que participar em grupos, movimentos, etc. propicia o acesso a conhecimentos fundamentais para a (re)elaboração de práticas cotidianas, bem como para o redimensionamento dos costumes e das relações familiares. Ou seja, a condição de participante de um movimento social pode contribuir para a construção de uma nova cultura política, a partir do momento em que cada sujeito repensa sua prática e exercita o questionamento constante das decisões políticas, em âmbito nacional. (SOUZA, 1999, p.33-4)

É no processo de vivência da construção do assentamento, expresso pela sua participação na vida do assentamento que se vai fortalecendo o sentimento de pertença à comunidade do AMA, e manifestando-se a solidariedade, norteador a prática do assentado, enquanto membro de um coletivo; a constituição do sujeito coletivo, enquanto pertencente ao Movimento dos Sem-Terra. O redimensionamento das relações sociais e da sua cultura projetam-se um novo modo de vida, criando, dessa forma, uma outra perspectiva. O entendimento de sujeito coletivo, segundo o

conceito que Sader apresenta, abarca a dimensão de coletividade na busca de sua identidade expressa em organizações de lutas por conquistas de interesses comuns:

Quando uso a noção de sujeito coletivo é no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas (SADER, 1988, p.55).

A expressão ou a representação dessa organização materializa-se em outros espaços, como os Núcleos de Base que são constituídos com a organização das moradias, segundo os pressupostos organizativos do MST, ou seja, constituídos os núcleos de moradias, introduz-se o NB. As famílias que compõem os núcleos de moradias serão os membros do NB. Mesmo sendo agrovila, as famílias se organizam para formar os NB, que deverá ter o número máximo de 15 famílias. O princípio de organização é reunir todas as famílias do assentamento, não apenas os cadastrados, sendo o núcleo “a instância básica de gestão do assentamento” (CONCRAB, 2001a, p.14). As categorias Núcleo de Moradia e Núcleo de Base, embora sejam constituídas fundamentalmente das mesmas famílias, comportam diferenças conceituais marcantes. Quando se fala em Núcleo de Moradias, acentua-se o aspecto de abrigo da família e da proximidade geográfica entre elas, destituído do conteúdo político e organizativo que o termo Núcleo de Base traz. Esta precisão e rigor do linguajar militante distingue o MST das outras organizações de pleiteantes da terra.

O AMA apresenta uma sensível diferença na forma como processou a sua organização de assentamento, uma vez que, conforme expresso no item anterior, não foram constituídos os núcleos de moradias, mas a organização direta dos NB, cujas famílias estabeleceram suas moradias de forma dispersa, não obedecendo necessariamente à seqüência da organização dos NB.

Os NB devem definir a coordenação de acordo com o princípio de igualdade, ou seja, a coordenação deve ser compartilhada por um homem e uma mulher. Porém nem todos os NB do AMA seguem essa determinação, pois alguns são coordenados por dois homens e um NB, por duas mulheres. Esse princípio organizativo deve ser adotado, segundo a realidade de cada assentamento. Não foi possível investigar o porquê de não seguir rigorosamente a orientação dos princípios de organização na situação específica do AMA, mas é possível concluir da flexibilidade de diretriz como recomendação idealizada, quando de sua dificuldade em aplicá-la.

O NB, de acordo com a visão do MST é fundamental para a formação política das famílias, uma vez que a prática de discussão e decisão conjunta sobre as diversas situações que envolvem a vida cotidiana das famílias, no assentamento, faz com que as pessoas percebam que o NB é a essência da organização do Assentamento:

Quando o camponês absorve a idéia e começa a implementar na prática, ele tem aquilo como uma orientação burocrática "estou aqui no Núcleo, é isso que tenho que fazer", mas ele discorda de um monte de coisa, só que quando o Núcleo reúne, senta pra discutir os problemas e as orientações diferentes, ele percebe que o Núcleo não é só instrumento de trabalho, é um instrumento político, de discussão, de decisão coletiva; quando o Núcleo senta pra discutir a contribuição do Núcleo na jornada de lutas, o Núcleo não é somente um instrumento de trabalho, o Núcleo é também um instrumento de formação política. Então são essas dimensões que dão esse caráter (MANAÇAS, 2003).

Ao mesmo tempo, destaca-se a importância de estimular a participação de todos nas discussões, emitindo opiniões, expressando idéias, contribuindo efetivamente com o pensar coletivo. Essa forma de organização propicia às pessoas a participação real dos debates e das decisões, expressando suas dúvidas, seus questionamentos num processo concreto e objetivo de sua formação política. Para Ulisses,

... é uma metodologia muito mais educativa, muito mais democrática porque todo mundo participa. No núcleo a lógica é trabalhar não só com o cadastrado, mas com todas as famílias, tanto com os jovens, com as mulheres, com os idosos, os homens, a lógica das famílias e não do indivíduo (MANAÇAS, 2003).

A prática de organização coletiva tem sido difícil e se manifesta na insatisfação quanto à participação de várias pessoas de uma mesma família que, se comparada à participação do solteiro, no momento das decisões, aquele que é sozinho fica em desvantagem, levantando-se, dessa forma, questionamentos sobre a situação formal (pessoas não cadastradas). Apesar dessa situação, enfatiza-se a importância do exercício do processo democrático.

A organização dos NB é fundamental na construção do assentamento, tendo como requisito, para permanência no AMA, a participação das famílias no NB. Os debates e as decisões sobre o assentamento passam pelos NB, espaço em que se busca maior aprofundamento das questões em pauta, a participação de todas as pessoas nas discussões, maior estreitamento das relações interpessoais e políticas, visando construir o consenso de idéias. As assembléias são convocadas somente para se referendar as propostas discutidas nos NB.

Um aspecto importante a considerar é a gestão descentralizada: cada NB é responsável pelos seus recursos financeiros e materiais, seja na aplicação, seja na administração e prestação de contas. Essa foi a forma encontrada para se evitar problemas com o conjunto, pois a experiência em outros assentamentos com famílias que não prestavam contas, inviabilizaram novos financiamentos para todas as famílias, uma vez que a associação ficava na inadimplência. Considerando esse problema, no AMA foi definido que os coordenadores dos NB receberiam os recursos diretamente, sem a intermediação da Associação evitando-se, dessa maneira, que os problemas de um NB interferissem em outro NB. De certo modo, essa decisão trouxe benefícios em relação à questão administrativa, e a possibilidade dos

componentes dos núcleos iniciarem um aprendizado em gestão de recursos. Os trabalhadores, em sua maioria, nunca trabalharam com essas atividades, em termos técnicos, administrativos e financeiros, poderá vir a ter como resultado a ineficiência da gestão. Tal situação foi experimentada por um NB que, dentre os problemas que se enfrentaram, diz respeito à ineficácia na gestão dos recursos por inexperiência de seus membros. É necessário permanente assessoria técnica, evitando, dessa maneira, prejuízos técnicos e administrativos maiores.

Essa forma de organização é adotada nos assentamentos do MST, em geral, com algumas nuances. Nem sempre funcionam de forma efetiva, como acontece no AMA, ficando restrito, muitas vezes, à discussão dos projetos e à obtenção dos recursos financeiros, não apresentando a mesma dinâmica do AMA no processo de construção política nos outros assentamentos.

Neste aspecto, poder-se-ia destacar uma diferença no AMA e se refere à intensa dinâmica da vida orgânica. Por ser um assentamento pequeno, existe a facilidade de comunicação entre as famílias, possibilitando a realização de reuniões com maior frequência para discussões constantes sobre o cotidiano das atividades de produção, das atividades do assentamento e atividades políticas do Movimento.

Outro aspecto importante a considerar é a coordenação como organismo representativo do assentamento, restringindo a atuação política da associação, limitando-se a responder administrativamente pelos créditos dos assentados. Existe certa dificuldade, embora se consiga manter a Coordenação como o representante político nos assentamentos.

O AMA mantém essa forma de organização do MST, entretanto é notório que a direção da APROAMA tenta se garantir, enquanto entidade representativa do

assentamento, o que poderia se constituir, segundo posição de um dirigente, a dualidade de poder.

Essa dualidade de poder existe de fato, uma vez que o conjunto da base do MST não acompanha o nível de abstração e idealização proposta pela direção. As duas estruturas apenas consolidam e demonstram a distância entre as formações das duas categorias – direção e base. O desafio do MST se resume na resolução deste desnível.

O fato é que se tenta minimizar a atuação da entidade, mas é preciso compreender que a associação faz parte, tradicionalmente, da cultura tanto dos trabalhadores do campo, quanto dos trabalhadores urbanos que tiveram experiências com organizações de bairros, de moradores, de pequenos produtores, dificultando a inserção de uma outra cultura de organização.

A CA é uma instância de poder instituída pelo MST e não se organiza como uma entidade jurídica com estatutos sociais e regulamentos, não se podendo compreender, enquanto instância jurídica, como uma associação, portanto, estimulando comportamento de indisciplina.

Carvalho confirma a importância dessa forma de organização na vida das pessoas:

A associação é, então, compreendida como uma mediação entre os interesses, desejos e aspirações pessoais e familiares dos trabalhadores rurais assentados e o seu ambiente social, este expresso no conjunto das famílias do assentamento, no mercado de bens e serviços e nas políticas públicas. (...) As relações interpessoais ou interfamiliares prescindem, na maioria dos casos, de mediação por uma associação (CARVALHO, 1998, p.8).

Um outro elemento a destacar no processo de organização social, aspecto introduzido nas discussões da CA, refere-se ao patrimônio deixado pelas pessoas (cadastros vazios) que se afastam do assentamento, quer por falecimento, quer por um motivo qualquer.

Os principais elementos que surgem nesta discussão relacionam-se à concepção jurídica de propriedade e de quem tem direito à herança, segundo a concepção político-ideológica do MST e os valores de merecimento socialmente concebidos.

A origem da herança remonta aos tempos pré-históricos, demonstrada por Engels, em que os bens adquiridos passavam aos parentes mais próximos, isto é, aos consangüíneos, inicialmente, por linha materna (1995, p.58). A mudança das relações sociais dá origem à monogamia baseada no predomínio do homem, cuja finalidade era o controle da riqueza, sendo herdeiros diretos do patrimônio dos bens do pai. Engels destaca que

Comentário: Não entendi!!!!!!!

A monogamia nasceu da concentração de grandes riquezas nas mesmas mãos – as de um homem - e do desejo de transmitir essas riquezas, por herança, aos filhos deste homem excluídos os filhos de qualquer outro (ENGELS, 1995, p.82).

A decisão que permeia sobre o que fazer com o patrimônio e a habitação fica definida pela utilização social, isto é, mesmo estando sob a responsabilidade do NB, deve ser utilizado para o conjunto das famílias, transformando-o em biblioteca, hospedaria aos visitantes que vêm para alguma atividade política ou de formação. A preocupação primeira da liderança é a responsabilidade social, buscando em todos os momentos dar ênfase à necessidade de se construir um pensamento de coletividade.

O grande desafio colocado ao MST é reverter a concepção consolidada de herança, priorizando a família e seus membros, para uma visão que se remete ao conjunto da sociedade. Ou seja, o que é construído pelo conjunto dos membros de uma sociedade é da sociedade e não de seus membros, individual ou familiarmente, firmando nos assentados o princípio da responsabilidade social. Romper com essa estrutura é refazer um longo caminho histórico.

c) A organização da produção

As formas de organização da produção pensada para o AMA e expressa como estratégias de cooperação agrícola, não são diferentes do conjunto do MST. Em todos os assentamentos se busca implantar o projeto idealizado que está reproduzido em uma cartilha, mencionada anteriormente (CONCRAB, 2001). Tais estratégias não se referem apenas ao âmbito da produção agrícola, mas representa o projeto político do MST, no qual em que a produção em forma de cooperação agrícola é um dos elementos fundamentais da proposta. Objetivamente esta concepção estimula e possibilita a prática do coletivismo pelas famílias assentadas, o exercício da solidariedade, do compartilhamento, da fraternidade. Neste aspecto, Souza enfatiza o propósito da implementação da estratégia de cooperação agrícola:

As estratégias de cooperação agrícola podem ser entendidas no contexto global da sociedade. De um lado, as demandas pela produção e pela produtividade do assentamento, de outro, a necessidade de viabilizar a reforma agrária, reivindicar uma política agrícola até então negada pelo Estado (SOUZA, 1999, p.132).

Afirmar-se-ia que essa é a forma geral na proposta do MST. No AMA, o modo de organização da produção levou em conta a limitação da área, ou seja, por ser uma área muito reduzida àqueles que optaram em trabalhar na PSC, destinaram todo o lote para tal, buscando um outro espaço para a PFI. Essa área encontra-se em processo judicial e foi cortada, a partir do mês de julho de 2003, pelos próprios assentados, em mutirão, ficando 1 ha para cada família. Pressupõe-se que todas as famílias, ou a maioria delas, destinarão essa área para a produção familiar. Segundo um dos informantes, todas as famílias têm essa pretensão.

Quanto às famílias que, desde o início, optaram pela PFNI, ficaram com os seus lotes de acordo com o corte realizado, somando-se a área, acima referida, de 1 ha.

O AMA, desde a época do acampamento, discutia com os grupos de famílias a produção coletiva, exercendo, na prática, a experiência de realizarem diversas atividades de produção como forma de garantir sua subsistência, fortalecendo, assim, sua resistência na terra.

Quando foi constituído o assentamento algumas famílias decidiram trabalhar na PFNI, havendo um NB que, por unanimidade, decidiu trabalhar na PFNI, causando, de certo modo, um relacionamento de desconfiança, do não compromisso com o movimento. Existe evidência do compromisso dessas famílias com a construção do AMA, da participação efetiva nas reuniões da CA, nas atividades do assentamento e na organização do NB.

A experiência do AMA demonstra que houve várias discussões de preparação, haja vista a organização que se inicia na ocupação, na organização do acampamento, já experimentando os grupos de produção coletiva, entretanto, existem elementos importantes nesse processo de discussão que, talvez, não tenham sido considerados como a diversidade cultural das famílias, as experiências anteriores, os diferentes interesses, visualizando de forma homogeneizadora as necessidades das famílias.

Não significa dizer que as práticas implementadas são autoritárias, pois existem experiências importantes nesse processo como a aquisição de um trator e um caminhão para o assentamento com a participação de todas as famílias. Ulisses, com entusiasmo, relata como adquiriram esses bens:

... as pessoas tem exercitado a idéia de unidade, de coletividade, como por exemplo, no trator que o crédito fomento, por exemplo, que nós recebemos foi na ordem de R\$ 1.400,00 por família e cada família repassou R\$ 400,00 pra poder comprar um trator de todos os assentados, o que um trabalhador individualmente não conseguiria jamais comprar, todas as famílias juntas conseguiram porque a gente sabe que a infra-estrutura é necessária e maquinário é necessário pra gente trabalhar. (...) nós temos também no nosso projeto o caminhão coletivo, sem contar que tem núcleos no caminhão coletivo e tem núcleos com veículos individuais (MANAÇAS, 2002).

O que se tenta enfatizar é que a trajetória de vida das famílias assentadas é importante para se compreender qual o seu projeto, quais os seus interesses e expectativas com a conquista da terra, e o que se pretende no assentamento a fim de que se possibilite uma definição da forma de organização mais adequada, porém nem sempre são considerados esses elementos no afã de conquistar as famílias para um projeto idealizado. Neste sentido, Souza enfatiza:

... a forma de organizar o trabalho no assentamento reflete a visão de mundo dos sujeitos envolvidos no processo. As características culturais dos assentados (experiências/relações de trabalho anteriores, costumes com relação ao cultivo de determinados produtos, hábitos alimentares) são fundamentais para o entendimento da escolha por uma determinada forma de trabalho, pois para decidir o como produzir, os assentados, num primeiro momento, recorrem às experiências anteriores, acumuladas pelos pais e por eles próprios, (...) propiciando um espaço de novas idéias, propostas e definição de objetivos de cada assentado, principalmente, sobre o objetivo do assentamento rural e da reforma agrária (SOUZA, 1999, p.131-32).

A questão relacionada ao plano de produção, no qual a recomendação é a combinação das necessidades básicas de alimentação das famílias e as atividades de produção para o mercado local e regional, não se concretizaram no AMA, uma vez que cada NB definiu a produção para o mercado, não priorizando a produção dos alimentos para as famílias, diferentemente de outros assentamentos do MST, onde, como ocorre tradicionalmente entre os camponeses, a produção é voltada para as necessidades de consumo das famílias e para o mercado, a fim de adquirir os bens de consumo não produzidos pela unidade familiar, utilizando, portanto, maior diversidade de culturas.

No AMA, existe diversidade de culturas, mas se observa que essa diversidade não atende necessariamente os alimentos básicos para o consumo das famílias e se volta para o mercado.

No enfrentamento de situações problemáticas, na fase inicial de construção do assentamento, destaca-se o fato de algumas pessoas definirem pela saída,

porque a sua perspectiva na conquista da terra é a reconstituição das condições sociais de trabalho para o trabalho familiar com a concepção de que a terra é elemento fundamental na construção do espaço de vida. As famílias precisam ser vistas com sua diversidade cultural, dando oportunidade para que manifestem seus interesses e sonhos. Este aspecto não foi considerado, pois, desde o início, foi apresentada a proposta do MST e deveria ser implantada no assentamento:

Então, a nossa discussão, desde o acampamento foi a discussão coletiva, projetos coletivos, grupos de famílias que, posteriormente, se transformariam em núcleos, cada grupo de família deu origem a dois núcleos basicamente (MANAÇAS, 2002).

Essa declaração demonstra que a pretensão das famílias indica a necessidade de autonomia na relação com a produção, visando atender às necessidades de consumo não somente da unidade familiar, mas do grupo doméstico. Significa também que na PSC não se tem autonomia, embora sendo membro, para decidir sem a autorização prévia de todos os componentes do grupo, o que comprova que esse é um limite para as pretensões da família.

Retomando Pessoa, poder-se-ia enfatizar o que está embutido na pretensão de se implantar um projeto ideal, a mediação moral, sendo a união, a organização e a cooperação como elementos ideais para a organização da terra. Soma-se à mediação ideológica que é a construção de um embrião de sociedade socialista nos assentamentos (PESSOA, 1999, p.185-88). Manifesta-se, por outro lado, a contraposição com o ideal, concebido pelas famílias, a sua autonomia para tomar decisões sobre o destino da produção, sem a prévia consulta ou autorização de outros componentes dos NB.

VII CONSIDERAÇÕES FINAIS

Madrugada camponesa,
 Faz escuro ainda no chão,
 mas é preciso plantar.
 A noite já foi mais noite,
 A manhã já vai chegar.
 (...)
 Madrugada da esperança,
 já é quase tempo de amor.
 Colho um sol que arde no chão,
 Lavro a luz dentro da cana,
 Minha alma no seu pendão.

Madrugada camponesa.
 Faz escuro (já nem tanto),
 Vale a pena trabalhar.
 Faz escuro mas eu canto
 Porque a manhã vai chegar.
 Thiago de Mello (2001)

O Movimento Camponês que se constitui na Região Amazônica, particularmente no Pará, expressa uma realidade peculiar, quando se refere aos atores sociais que compõem esse campesinato com sua dinâmica de organização da resistência. Esses atores que emergem detêm características diversas, cuja diversidade representa a identidade do *posseiro da fronteira* (GUERRA, 2001) que atravessa a História do País e, na Amazônia, intensifica-se o processo de migração das décadas de 60, 70 e 80. São camponeses sem-terra, trabalhadores rurais, expulsos, excluídos, em busca de *terra de trabalho*, de terra de liberdade, da sonhada prosperidade na Amazônia; e muitos se tornam extrativistas (coletores de castanhas); outros tantos, garimpeiros e, agora, sem-terra e assentado.

As políticas governamentais colocaram os camponeses em situações trágicas, de exclusão econômica e social. A modernização da agricultura, resultante da tentativa de “integração da Amazônia” ao mundo moderno, trouxe graves conseqüências às populações da região – camponeses, populações indígenas, extrativistas, privilegiando aqueles ocupantes que disputam o mesmo espaço destes posseiros, sempre em desvantagem, excluídos da sua condição de cidadão. Os

modelos econômicos implantados na região, nessas décadas, foram sinônimos da desvalorização do homem amazônico, das populações pobres da região.

O nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, neste contexto, representa resistência ao processo violento de apropriação das terras, que resultaram em intensos conflitos agrários na região, mas também se evidencia a expressão da dinâmica dos movimentos sociais que se disseminavam em todos os cantos do País nas décadas de 70 e 80: a luta pela Democracia, em protestos contra o Regime Militar, as lutas dos Movimentos no campo em diversos estados, dos trabalhadores assalariados rurais contra a exploração, resultando na construção do MST em diversos estados, bem como a emergência das lutas sociais urbanas, populares e operárias, os movimentos culturais das chamadas minorias – mulheres, homossexuais, negros.

Enfim, as lutas que transformaram o cenário social, cultural e político do País, a criação da Central Única dos Trabalhadores e do Partido dos Trabalhadores seguramente incidiram determinadamente para uma fase de resistência, de definição de alternativas ao fortalecimento do Movimento Camponês no Estado do Pará, e que levaram ao nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST-PA).

Com pouco menos de 20 anos de existência em nível nacional e, há oito anos (em 1998) no Pará, o MST consegue alcançar a Região Metropolitana de Belém, um propósito que se buscava desde 1995 e, em 1999, alcança a Capital do Estado do Pará, criando a possibilidade de construção de um projeto de vida com novo significado para as famílias que começam a experimentar um modo de vida diferente das vivenciadas nas periferias da cidade.

A construção de um assentamento em Belém apresenta um formato

sensivelmente diferente, embora com elementos definidos no projeto básico do MST. Em outros assentamentos (os primeiros) não se conseguiu implementar os princípios organizativos preconizados no projeto do MST tal como se delineia nos novos assentamentos, mesmo porque essas propostas foram sendo formuladas e discutidas recentemente com o conjunto dos militantes.

No AMA, os princípios de organização do Movimento se expressam, por exemplo, na forma como foi concebida a utilização do território demonstrando que sempre se busca concatenar os diversos aspectos da vida das famílias – social, cultural, lazer, economia e política. Dito de outro modo, poder-se-ia afirmar que no processo de organização desse pedacinho de terra busca-se atender, de forma integrada, a multiplicidade de dimensões da realidade, cujas relações se estabelecem integrando-as com os seus devidos espaços buscando valorizar os espaços sócio-culturais.

Essa é uma concepção presente desde a Utopia de Morus em que a população utopiana trabalha somente seis horas e as horas intervalares entre o trabalho, as refeições e o descanso noturno, a possibilidade de dedicar-se a uma ocupação de sua escolha, seja de lazer, seja de estudo ou, após as refeições, o tempo para o lazer, tocar música, conversar (1997, p.80-1). Do mesmo modo, no AMA, busca-se desenvolver atividades que não sejam somente o trabalho duro na produção, mas atividades sociais e políticas, para as quais se constrói o espaço no assentamento.

Desse modo se vai vivendo o cotidiano das famílias e as discussões no processo de organização e funcionamento do Assentamento, buscando-se a formação ideológica e política ou uma forma comum ou uma única concepção de construção de assentamento assim como alcançar a sociedade ideal do ponto de

vista de um projeto político determinado e determinante.

Nesse projeto de assentamento, idealmente preconizado, está embutida a concepção, que permeia entre os coordenadores, de que qualquer comportamento considerado mau exemplo, segundo seus valores, que atinja todo o assentamento deve ser excluído. Observa-se que é uma forma de se proteger contra as mazelas da sociedade (injustiças, desigualdades, preconceito, exclusão social) que, sobretudo, não são aceitas e almejam, com grande intensidade, transformações. Portanto, há necessidade de mostrar que o lugar é do bem, um lugar onde se possa construir valores que tragam bons exemplos como a solidariedade, a fraternidade, a prática coletiva, o bem comum a todas as pessoas e não a prática de discórdia, do individualismo, do conflito, do caos.

O projeto ideal de organização na conquista do espaço social é o que move os sonhos de cada militante, de cada dirigente, de cada liderança.

Não é muito difícil identificar as dificuldades que se deparam no decorrer desse processo. Do mesmo modo que Morus idealizou uma sociedade – a construção de uma ilha separada dos males que poderiam atingir os habitantes de Utopia, percebe-se que o MST busca essa ilha no meio de uma sociedade já construída, como se fosse possível constituir o assentamento, separado da sociedade global, onde se estabelecem relações sociais a partir das relações pessoais, relações de mercado, relações institucionais, relações de vizinhança. Morus construiu a Ilha Utopia, separando a parte que dava acesso à Ilha, uma forma de se defender de tudo que possibilitasse algum prejuízo na construção da sociedade utopiana, a sociedade ideal. O MST, ao contrário, tenta construir uma ponte ligando o campesinato ao mercado, intensificando essa relação, sem perder o estilo camponês de viver.

Essa forma de organização estende-se aos grupos de produção em que cada um que se insere na PSC experimenta uma forma de funcionamento do coletivo, o que não significa necessariamente que é a forma correta, porém um processo de experiência e de aprendizado. As práticas discutidas em um grupo são experimentadas por outros e, assim, adaptando para a situação específica do grupo e do sistema de produção específico. Ao mesmo tempo, as divergências que emanam das idéias e se expressam implicitamente na discordância e/ou na pretensão de trabalhar a forma de PFNI, acabam por dificultar o avanço na organização do grupo, buscando-se a solução dos conflitos através da exclusão das pessoas que não se adaptam à proposta de produção coletiva.

É nesse contexto que se expressam os dissensos e os consensos, a unidade e a diversidade dos núcleos, os conflitos e a manifestação inicial dos núcleos que tem potencial de crescimento e aqueles que já mostram fragilidades, seja pela linha de produção definida, seja pelo conflito interno no núcleo, o que certamente influenciará no desenvolvimento da produção e, conseqüentemente, na organização do assentamento. Nesse momento é que começam a emergir as lacunas, a compreender que muito do trabalho que deveria ser realizado no processo inicial de discussão e preparação - o trabalho de base - e definição da forma de organização que deveria ser e não foi realizado, entendendo no processo os erros que se cometeram e os equívocos na prática de intervenção junto às famílias. Intrinsecamente, o grau de amadurecimento político é checado *a posteriori*, assim como a capacidade de identificar e superar os problemas.

Observa-se que os equívocos se expressaram desde o início da implantação dos projetos: não se poderia considerar as famílias de forma homogênea, ou seja, o MST implanta a sua proposta na perspectiva de homogeneização das famílias,

embora algumas lideranças tenham expressado a compreensão sobre a diversidade cultural, pois na prática não se consegue trabalhar essa diversidade manifesta nas diferentes trajetórias de vida, nos interesses individuais e nos projetos familiares, gerando conflitos no decorrer do desenvolvimento das atividades de organização do assentamento.

De outro modo, pode-se dizer que, embora se reconheça a diversidade cultural, paradoxalmente, a situação que se enfrenta é decorrente da ausência de conhecimento sobre as necessidades das famílias, sua trajetória de vida, suas experiências, as suas expectativas, o projeto familiar, implantando uma forma de organização que, talvez, não esteja dentro das pretensões das pessoas que participam desse processo. Não se conhecendo esses elementos, resultam nos problemas agora vivenciados, uma vez que o conjunto de idéias e necessidades dos militantes, o projeto político pretendido não é facilmente compreendido e assumido pelo conjunto das famílias, entrando em choque o projeto ideal e o projeto familiar.

O que se conseguiu observar é que os limites são muito grandes em relação à construção de um projeto de assentamento, idealmente concebido pelo MST, como se demonstrou no decorrer do desenvolvimento do trabalho através dos problemas que se enfrentam no cotidiano de construção do AMA. Os limites que se deparam não são intransponíveis, sendo necessário um tempo para a vivência das experiências e práticas no processo de construção, tornando possível a superação das dificuldades e conseqüente aprendizagem.

Sabe-se, porém, que, no percurso entre os tantos conflitos e problemas internos, se almeja apreender qual o caminho mais coerente e o projeto de organização compatível com a realidade do AMA. Somente após experiências vivenciadas consegue-se analisar e definir quais os elementos mais importantes e

quais os aspectos que devem ser trabalhados para a realidade que se quer transformar.

A experiência do AMA ainda é recente e, por isso, seria temerário fazer-se conclusões definitivas para os vários aspectos como o da viabilidade econômica, mas, em termos de organização social e política, é possível avaliar que os caminhos tomados, no processo de construção do assentamento, influíram decisivamente na postura diante de conflitos posteriores, ou seja, a falta de um trabalho de base mais consistente que possibilitasse um conhecimento profundo da realidade em que se estava trabalhando, a trajetória de vida das famílias que ali reivindicavam uma área de terra, as suas expectativas, suas pretensões ou o seu projeto no assentamento. Considera-se que esses aspectos são básicos para a tomada de decisões necessárias à conformação de um projeto de assentamento.

Os assentados do AMA deparam-se com diversas situações limitantes e discutem exaustivamente as soluções para cada problema e, assim, ocorre a construção do assentamento. O caminho é longo e entende-se que tais problemas fazem parte do cotidiano de construção, que serão superados em um futuro mais distante com as experiências adquiridas e o aprendizado de como lidar com as tantas situações de dificuldade. A organização social e política está construída e temperada na turbulência cotidiana da realidade que vivenciam.

Em referência ao processo de territorialização, as famílias que residem nos lotes tomaram a decisão mais coerente e, se assim fosse definido entre todas as famílias do AMA, poder-se-ia dizer que seria o único assentamento com tais características: as casas constituídas como um muro de defesa do território, da produção por estar estabelecido (o assentamento) em uma localidade diferenciada de todos os outros assentamentos do MST. Mesmo com apenas algumas famílias

morando nos lotes, pode-se afirmar a diferença entre outros assentamentos, uma vez que essa preocupação só existe no AMA: a questão da segurança da produção. Aprofunda-se também o debate sobre o controle político do território, problema fundamental da prática do MST, eficiente em sua trajetória de ocupar, mas vulnerável na sua prática de produzir e resistir.

Quanto à forma de organização da produção, os resultados concretos da produção e da comercialização serão a baliza para uma posição mais real. Entende-se que em uma área reduzida como a do AMA, a forma de produção coletiva parece ser a única compatível para se conferir a viabilidade econômica do assentamento, todavia essa questão será compreendida pelas famílias que duvidam ou resistem à proposta, por causa dos resultados, talvez insatisfatórios, que poderão ser enfrentados no futuro próximo. A vivência de diversas experiências é que possibilitará uma avaliação concreta sobre a situação. Certamente dependerá também das linhas de produção definidas por cada NB ou família: algumas terão menos êxito que outras. Quem trabalha com cultura permanente e com criação de frangos talvez tenha mais êxito que outros, entretanto, não foi possível uma análise mais clara por ser muito recente essa experiência e por ter se enfrentado muitos problemas nesse primeiro ano de implantação dos projetos de produção.

Essa é uma realidade em que Máslennikov destaca na referência sobre as experiências da Ásia e África:

O desenvolvimento dos interesses comuns dos camponeses com pouca terra e sem terra leva-os inevitavelmente à conclusão sobre a necessidade da unidade de acção na actividade produtiva. No entanto, integram-se no trabalho conjunto paulatinamente, começando pelos trabalhos de temporada (a ajuda mútua no cultivo das terras individuais, na colheita, etc.) Pouco a pouco, os momentos episódicos na execução do trabalho colectivo começam a ter um carácter sistemático. A unidade de interesses e de acção consolida-se e torna-se a norma de vida de muitos camponeses organizados em cooperativas (MÁSLENNIKOV, 1983, p.37-8).

Poder-se-ia afirmar que, apesar das situações conflituosas, divergentes com refluxos no processo organizativo, o crescimento é evidente em se falando de consciência política. Logo se faz necessário valer uma luta para as conquistas da reforma agrária e a construção em cada uma das pessoas dos princípios éticos de solidariedade, da democracia, da necessidade de organização das massas populares em direção à conquista da cidadania. Todos os assentados têm consciência de que só foi possível a construção do assentamento, a construção de um projeto de vida para 91 famílias, através da mobilização e organização, força e coragem coletivas de mais de 200 famílias.

O fato é que passadas as etapas iniciais de implantação do projeto, quando todas as situações de conflito forem equacionadas, tanto de organização social e política, quanto de organização da produção, será possível uma avaliação mais segura sobre os limites e as possibilidades no processo de construção de um assentamento idealmente concebido no projeto político de organização do MST.

A construção desse projeto para os assentados tem referência à construção da dignidade, há muito perdida, em outros momentos, e reconquista no AMA, como declara um assentado:

... eu prefiro perder, continuar na minha casa, no Movimento, mas eu quero ter a minha vida digna, porque só onde eu tive paz na minha vida foi aqui, porque se eu tivesse lá fora, se eu não tivesse morrido eu já tinha matado gente, eu aqui aprendi muito, lá fora eu nunca apanhei de ninguém, aqui já apanhei de alguém e nunca fiz nada com ninguém e eu to dando Graças a Deus por isso e a cada dia que se passa, eu estou dentro do Movimento e eu quero melhorar mais... Pátria livre! (SILVA, 2003)

O Assentamento Mártires de Abril representa para as 91 famílias a construção da esperança de um futuro de dignidade concatenada com a conquista do sonho do MST de construção da utopia camponesa.

Curado reafirma:

... os trabalhadores sem-terra – também expropriados da terra, em sua grande maioria devido ao processo de modernização da agricultura ocorrido

nas últimas décadas -, existe uma predisposição, um interesse e esforços direcionados ao novo lugar, à luta e à conquista da terra, mas, principalmente, à construção de um novo espaço de vida (CURADO, 2001, p.42).

A proposta de um novo projeto de assentamento que o MST apresenta, busca a construção de uma nova concepção de espaço físico e de espaço social que se articulam dialeticamente, configurando um espaço onde as relações sociais se estabeleçam num processo contínuo de desconstrução/construção dos princípios éticos, de solidariedade, da cooperação, do compartilhar, da valorização da pessoa humana, negando a fragmentação, o individualismo, o desinteresse pelos problemas das pessoas, a construção da consciência crítica e da responsabilidade social.

Assim é que se propõe a conformação da estrutura do assentamento em diversos núcleos de moradia, às proximidades dos lotes, por núcleos de famílias, proporcionando maior aproximação entre elas e estabelecendo um relacionamento social em todos os momentos da vida, seja no trabalho de produção, seja no lazer, seja no cotidiano das atividades domésticas, seja nas atividades sociais e culturais, cujas relações sociais se efetivam de forma ampla e contínua. A construção dos “laços de solidariedade” e da “organização social do espaço” dá sentido de pertença à comunidade sem-terra.

VIII BIBLIOGRAFIA CITADA

- ACAMPAMENTO será mesmo no Incra. **A Província do Pará**. Belém: 29.06.99. Cidades, p.05
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **O Intransitivo da Transição**: o Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965-1989). In: LÉNA, Philippe & OLIVEIRA, Adélia Engrácia. *Amazônia – A Fronteira Agrícola 20 Anos Depois*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. p. 259-290.
- ANDRADE, Maristela de Paula. **Terras de Índio**: terras de uso comum e resistência camponesa. São Paulo: Universidade de São Paulo/Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1990. Tese (Doutorado)
- ARMAS reacendem tensão na Taboa. **O Liberal**. Belém: 09.11.99. Atualidade.
- ASSOCIAÇÃO apela ao secretário. **O Liberal**. Belém: 08.06.99. Atualidade.
- BASTOS, Abgvar. **Viagem do Não Esquecer**. In: SAVARY, Olga (org.). *Poesia do Grão-Pará: antologia poética*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 2001. p. 17 a 29
- BRINGEL, Fabiano de Oliveira. **Do Rural ao Urbano**: Territorialidade do MST em área Metropolitana. Caso do Acampamento Mártires de Abril em Mosqueiro. Belém/PA: Universidade Federal do Pará/Departamento de Geografia, 2001. 68 p. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso).
- CARVALHO, Horácio Martins de. **Formas de Associativismo Vivenciadas pelos Trabalhadores Rurais nas Áreas Oficiais de Reforma Agrária no Brasil**, Curitiba: IICA/MEPF/NEAD, 1998. Disponível em <http://www.dataterra.org.br>. Acesso em 12 de abril de 2002.
- CASALDÁLIGA, Dom Pedro. **Salmo da Terra sem Males**. Disponível em www.cimi.org.br/cf2002/celebra. Acesso em 24.10.2003.
- CERVIGON, F. 1993. FishBase. World Wide Web electronic publication. www.fishbase.org, version 29 January 2004.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas**. 4ª ed., São Paulo: Cortez Editora, 2000.
- CODEM investiga a quem pertence parte da fazenda. **O Diário do Pará**. Belém: 19.06.99. Cidades, p.A6.
- CODEM pode passar área para os acampados. **A Província do Pará**. Belém: 30.06.99. Cidades, p.07.
- COELHO, Maria Célia Nunes. **A Polêmica Ocupação dos Sem-Terra na Região do Carajás**. In: Ximenes, Tereza (org.). *Desenvolvimento Sustentável na Amazônia*. Belém: Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. 1999. p.495-530.
- COMPARATO, Bruno Konder. **A Ação Política do MST**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2003. 237 p.

CONCRAB. **O que levar em Conta para a Organização do Assentamento-A** discussão no acampamento. In: caderno de Cooperação Agrícola Nº 10. São Paulo: CONCRAB, Maio/2001a. 27 p.

CONCRAB. **As Experiências Clássicas de Cooperação Agrícola.** In: Cadernos das Experiências Históricas da Cooperação Nº 03. São Paulo: CONCRAB, Agosto/2001b. 40 p.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação Agropecuária da Amazônia-Os Desafios do Desenvolvimento Sustentável.** Belém: Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2000. 345 p.

CURADO, Fernando Fleury. **Assentamentos Rurais: A Terra Como Novo Espaço de Vida.** In: Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social, 191. Salvador: CEAS. Janeiro/Fevereiro 2001.

D'INCAO, Maria Conceição e ROY, Gerard. **Nós, Cidadãos: Aprendendo e ensinando a democracia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 277 p.

DENÚNCIAS de ameaça de morte na fazenda Taba. **O Liberal.** Belém: 06.05.99. Atualidade

DESTINO de sem-terra depende da Prefeitura. **O Diário do Pará.** Belém: 16.06.99. Cidades, p.A7.

DIRIGENTES do movimento reúnem com o secretário de Segurança para tratar da situação da fazenda Taba. **O Diário do Pará.** Belém: 27.05.99. Cidades, p.A8

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 224p.

EX-FUNCIONÁRIO aparece e confirma propriedade. **A Província do Pará.** Belém: 26.06.99. Cidades, p.05.

FAZENDA TABA É INVADIDA por 140 sem-terra do MST. **O Liberal.** Belém: 11.01.2000. Atualidade.

FAZENDA TABA É VISTORIADA pelo Incra. **O Liberal.** Belém: 01.06.99. Atualidade.

FAZENDA Taba será desocupada hoje. **O Diário do Pará.** Belém: 25.06.99. Cidades, p.A8.

FERNANDES, Marcionila. **Donos de Terras: trajetórias da União Democrática Ruralista- UDR.** Belém:Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 1999. 187 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 319 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização.** São Paulo: Editora Hucitec, 1996. 285 p.

FOME ameaça sem-terra na fazenda de Mosqueiro. **A Província do Pará.** Belém: 06.07.99. Cidades, p.07.

FONSECA, Heloisa Helena Borges. **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST): lutas e conquistas nos Municípios de Eldorado dos Carajás e Parauapebas-PA.** Belém: Universidade Federal do Pará/Departamento de Geografia, out.2000. 42 p. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso)-Departamento de Geografia, Universidade Federal do Pará, 2000.

- FREIRE, Paulo. **Canção Óbvia**. In: Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo; Editora UNESP, 2000, p.05.
- GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Fundo de Pasto**: um projeto de vida sertanejo. Bahia: INTERBA/SEPLANTEC/CAR, 1987. 109 p.
- GARCIA JR., Afrânio Raul. **Terra de Trabalho**: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1983. Coleção estudos sobre o Nordeste, V.8.
- GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Petrópolis: Editora Vozes / FASE, 1991. 90 p.
- GRZYBOWSKI, Cândido. **Movimentos Populares Rurais no Brasil**: Desafios e Perspectivas. In: Stédile, João Pedro (coord.). A Questão Agrária hoje. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.
- GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O Posseiro da Fronteira**: campesinato e sindicalismo no Sudeste Paraense. Belém: UFPA / NAEA, 2001. 170 p.
- HÉBETTE, Jean e ACEVEDO, Rosa. **Colonização para Quem?** Belém/PA: Universidade Federal do Pará / Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Série Pesquisa, Ano I, Nº 1, 1979. 173 p.
- HOMENS armados ameaçam a segurança do acampamento. **A Província do Pará**. Belém: 06.07.99. Cidades, p.07.
- INCRA diz que problema é da prefeitura. **A Província do Pará**. Belém; 02.07.99. Cidades, p.05.
- INCRA quer participação da prefeitura. **A Província do Pará**. Belém: 10.06.99. Cidades, p.06.
- INCRA. **Projeto Casulo**. Disponível em <http://www.incra.gov.br>. Acesso em 02 de julho de 2003.
- INVASORES da fazenda Taba estão irredutíveis. **A Província do Pará**. Belém: 21.06.99. Cidades, p.07.
- INVASORES da Taba fazem caminhada até a fazenda. **O Liberal**. Belém: 11.01.2000. Atualidade.
- JUÍZA pede tropa. Segup negocia. **O Liberal**. Belém: 09.06.99. Atualidade.
- JUSTIÇA ordena saída sos sem-terra da fazenda de Mosqueiro em 24 horas. **A Província do Pará**. Belém: 10.06.99, Cidades, p.06.
- JUSTIÇA reintegra posse à Taba. **O Liberal**. Belém: 02.06.99. Atualidade.
- MACEDO. Jorge Augusto. **Política para Educação Escolar no Campo**: um estudo sobre a experiência de capacitação de educadores do acampamento "Mártires de Abril". Belém: Universidade Federal do Pará/Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Departamento de Ciência Política, 2000. Trabalho de Conclusão de Curso.
- MARIN, Rosa E. Acevedo. **Conflitos Agrários no Pará**. Sem data. 38 p. mimeo
- MARTINS, José de Souza. **A Militarização da Questão Agrária**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil** – As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1990.

- MÁSLENNIKOV, V. **O Movimento Cooperativo nos Países da Ásia e da África**. Moscou: Edições Progresso, 1983.
- MEDEIROS, Leonilde S. de. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: FASE. 1989.
- MELLO, Thiago. **Canto de Companheiro em Tempo de Cuidados**. In: Poemas Preferidos pelo autor e seus leitores. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.108.
- MELLO, Thiago. **Cidadania**. In: Poemas Preferidos pelo autor e seus leitores. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.256.
- MELLO, Thiago. **Madrugada Camponesa**. In: Poemas Preferidos pelo autor e seus leitores. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.119.
- MELLO, Thiago. **Volto Armado de Amor**. In: Poemas Preferidos pelo autor e seus leitores. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.169.
- MENDES, Carlos. PM planeja desocupação. **O Liberal**. Belém: 27.01.2000. Atualidade.
- MENDES, Carlos. PM vai desocupar a Taba. **O Liberal**. Belém: 26.01.2000. Atualidade.
- MENDES, Maria Beatriz Pacheco. **Entre Memórias e Documentos**: uma história da Baía do Sol. Belém: UFPA / CFCH / CCS, 1999. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso).
- MICHELAT, Guy. **Sobre a Utilização da Entrevista Não-Diretiva em Sociologia**. In: THIOLLENT, Michel. Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária, São Paulo: Polis, 1982.
- MORADORES pedem saída de sem-terra. **O Liberal**. Belém: 31.05.99. Atualidade.
- MORUS, Tomás. **A Utopia** ou O Tratado da Melhor Forma de Governo. Porto Alegre: L & PM, 1997. 170 p.
- MOVIMENTO dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST/PA. **Um Breve Histórico**. Belém: Secretaria Regional.
- MST ameaça acampar em frente ao TJE. **O Liberal**. Belém: 23.06.99. Atualidade.
- MST divulga nota de repúdio ao governo. **O Diário do Pará**. Belém: 01.07.99. Cidades, p.A6.
- MST insiste em ficar na Taba. **O Liberal**. Belém: 25.01.2000. Atualidade.
- MST pressiona Inkra a desapropriar áreas. **O Liberal**. Belém: 28.08.99. Atualidade.
- MST reafirma interesse pela fazenda da Taba. **A Província do Pará**. Belém: 23.06.99. Cidades, p.08.
- NASCIMENTO, Milton e BRANT, Fernando. **Coração Civil**. Rio de Janeiro: Gravadora EMI-ODEON, 1989.
- NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (org.). **Carlos Marighella**: o homem por trás do mito. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- O COMEÇO da história. Texto disponível no site www.quilombo.org.br. Acesso em 09/07/2002.

- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. 4ª ed.-São Paulo: Contexto, 2001. (Caminhos da Geografia).
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Geografia das Lutas no Campo**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1989. Coleção repensando a geografia
- PESSOA, Jadir de Moraes. **A Revanche Camponesa**. Goiânia: Editora da UFG, 1999. 351p.
- PESSOA, Jadir de Moraes. **A Terra na Construção Simbólica**. In: Fragmentos de Cultura, V.1, nº 1. Goiânia: IFITEG, 2001, p. 127 e 129.
- PINTO, José. **Ordem e Progresso**. In: Arte em Movimento. Manaus: Discograf Gravações, 1998.
- PLANO Diretor das Ilhas de Caratateua e Mosqueiro**. Belém/PA: PMB. 1994.
- PM vigia fazenda após retirada dos sem-terra. **O Liberal**. Belém: 29.06.99. Atualidade, p.07.
- POLÍCIA retira sem-terra de Mosqueiro, hoje. **A Província do Pará**. Belém: 25.06.99. Cidades, p.08.
- PREFEITURA pode desapropriar fazenda Taba. **O Diário do Pará**. Belém: 18.06.99. Cidades, p.A6.
- PROPOSTA de Organização da Comunidade do Assentamento 26 de Março**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra-MST-PA, 2002. 12 p.
- ROCHA, Indira Cavalcante da. **Ilha de Mosqueiro: O Veraneio e os indicadores para análise da degradação sócio-ambiental, no período de 1989 – 1996**. Belém/PA: DEGEO/UFPA. 1996. Trabalho de Conclusão de Curso.
- SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1770-80**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991. 329 p.
- SECRETÁRIO tem 72 horas para desocupar fazenda. **A Província do Pará**. Belém: 17.06.99. Cidades, p.07.
- SEGEP. **Anuário Estatístico do Município de Belém 2000**. Belém/PA: SEGEP/PMB, 2002.
- SEGEP. **Indicadores da Cidade de Belém**. Belém/PA: SEGEP/PMB, 2002.
- SEGUP e MST se reúnem hoje. **O Diário do Pará**. Belém: 28.05.99. Cidades, p.A8.
- SEM-TERRA dizem que vão resistir na fazenda Taba. **A Província do Pará**. Belém: 15.06.99. Cidades, p.05.
- SEM-TERRA é ferido a bala. **O Liberal**. Belém: 27.11.99. Atualidade.
- SEM-TERRA recebem ultimato. **O Liberal**. Belém: 27.05.99. Atualidade.
- SEM-TERRA saem da fazenda da Taba sem esperar pela polícia. **A Província do Pará**. Belém: 26.06.99. Cidades, p.05.
- SEM-TERRA voltam para a fazenda em Mosqueiro. **A Província do Pará**. Belém: 30.06.99. Cidades, p.07.

SHANIN, Teodor. **Coletivização na União Soviética**. In: Reforma Agrária – Experiências internacionais, Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Ano 19, nº 3, Brasília: ABRA, dezembro/1989 a março/1990. p.27-36

SITUAÇÃO de crianças do MST preocupa a OAB. **O Diário do Pará**. Belém: 28.05.99. Cidades, p.A8.

SLUTZKY, Daniel. **Nicarágua**: Reforma Agrária e Revolução. In: SANTOS, José Vicente T. dos. Revoluções Camponesas na América Latina. São Paulo: ICONE/UNICAMP, 1985, p.100 a 136.

SOUZA, Maria Antonia de. **As formas Organizacionais de Produção em Assentamentos Rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST**. São Paulo: UNICAMP/Faculdade de Educação, 1999. Tese de Doutorado.

STÉDILE, João Pedro e GORGEN, Sérgio Antonio. **A Luta pela Terra no Brasil**. Editora Página Aberta, 1993. 111 p.

SUSPENSA até quinta-feira a desocupação das fazendas. **O Liberal**. Belém: 28.01.2000. Atualidade.

SUSPENSA desocupação da fazenda. **O Liberal**. Belém: 31.05.99. Atualidade.

TJE pede a Almir desocupação em cinco dias. **A Província do Pará**. Belém: 22.06.99. Cidades, p.07.

TRÊS comissões estudam o caso de Mosqueiro. **A Província do Pará**. Belém: 18.06.99. Cidades, p.08.

VENTURIERI, Adriano. **O Diário do Pará**. Matas de Mosqueiro estão acabando. 22.03. 1998.

ENTREVISTAS REALIZADAS E DEPOIMENTOS

COSTA, Alex Meireles. Coordenador do NB Liberdade da Terra. Entrevista concedida a M.N.A, no AMA, em 01.08.2003.

MANAÇAS, Ulisses. Entrevista concedida a M.N.A, no AMA, em 28.11.2002.

MANAÇAS, Ulisses. Membro da Direção estadual do MST-PA. Entrevista concedida a M.N.A, no AMA, em 01.07.2002.

MARTINS, Francisco das Chagas do Nascimento. Membro do NB Com Deus Venceremos. Entrevista concedida a M.N.A, no AMA, em 19.07.2003.

NASCIMENTO, Maurício Francisco do. Coordenador do NB Aroma da Terra. Entrevista concedida a M.N.A, no AMA, em 21.07.2003.

PARDAL, Mário Nazareno e Rodrigues, Antônia de Araújo. Membros do NB Liberdade da Terra, em entrevista concedida a M.N.A, no AMA, em 20.07.2003.

RAMOS, João Batista Miranda e Araújo, Jacira Barros de. Membros do NB Liberdade da Terra, em entrevista concedida a M.N.A, no AMA, em 20.07.2003.

SANTANA, Oneide Bitencourt. Compõe o NB Nova Vida, em entrevista concedida a M.N.A, no AMA, em 17.07.2003

SANTOS, Eliete Cruz. Compõe o Setor de Educação do AMA e o NB Mártires de Abril. Entrevista concedida a M.N.A, no AMA, em 01.08.2003.

SANTOS, Joaquim Ribeiro. Um dos primeiros militantes formados pelo MST no Estado do Pará, atuando desde 1990. Entrevista concedida a M.N.A, em Parauapebas/PA, no Assentamento Palmares, em 26/07/2002.

SANTOS, José Arimar dos. Coordenador do NB Terra Santa. Entrevista concedida a M.N.A., no AMA, em 08.01.2003.

SILVA, Geraldo de Souza. Depoimento em uma reunião da Coordenação do Assentamento, 2003.

SILVA, Moacir Gouveia da. Depoimento em uma reunião da Coordenação do Assentamento, 2003.

SILVA, Vanilda Mascarenha da. Coordenadora do NB Liberdade da Terra. Entrevista concedida a M.N.A, no AMA, em 01.08.2003.

TROCATE, Charles. Membro da Direção Nacional do MST. Entrevista concedida a M.N.A, em Belém, em 27.05.2002.

X APÊNDICE

Apêndice 1 - Infraestrutura da Produção Agropecuária

NÚCLEOS DE BASE	INFRAESTRUTURA
Com Deus Venceremos	Um barco Um veículo
Mão de Jesus Cristo	3 galpões de avicultura 2 currais
Mártires de Abril	1 galpão de avicultura
Nova esperança	1 galpão de avicultura 1 galpão de suínos 1 curral
Liberdade da Terra	1 galpão de avicultura 2 currais
Os Quilombos do Mártires de Abril	1 galpão de avicultura 1 galpão de suínos
Nova Vida	2 galpões de avicultura 1 veículo
Aroma da Terra	4 galpões de avicultura 1 galpão de suínos
Terra Santa	1 galpão de aves 1 tanque de peixe
Estamos na Luta	1 galpão de avicultura
Assentamento	1 caminhão 1 trator

XI ANEXOS

ANEXO 1 - Trajetória da Ocupação da Fazenda TABA (1999 - 2000)

DATA	ACONTECIMENTO
16.04.99*	Acampamento na Praça da Leitura, no Bairro de São Brás
03.05.99*	Ocupação da Fazenda Taba, na Ilha de Mosqueiro, por cerca de 300 famílias
06.05.99**	O MST divulgou nota denunciando que as lideranças receberam ameaças de morte em sete telefonemas por 15 minutos.
10.05.99**	Moradores da Vila de Carananduba, encabeçados por Antonio Albuquerque e Conceição Oliveira, vão entregar um abaixo assinado ao Ministro de Política Fundiária, Raul Jungman, ao Prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues e ao Governador do Pará, Almir Gabriel, exigindo a saída imediata dos invasores da Fazenda Taba, liderados pelo MST.
20.05.99**	A justiça deferiu liminar de reintegração de posse a Ulisses Monteiro, ex-funcionário da Fazenda, que tinha permissão do proprietário, família Gibson, para exploração de areia do terreno
27.05.99*	Visita da Comissão dos Direitos de defesa da Criança e do Adolescente da OAB-PA
28.05.99*	Reunião do MST com Secretário de Segurança Pública (SSP), Ouvidoria do Incra, FETAGRI, CUT, TJE, Ministério Público, Conselho estadual de Segurança, CPT; Tentativa de desocupação da área: 130 PM e do Comando de Operações Especiais (COE) chegam ao local, barricadas com toras de madeira, manifestação das mulheres com crianças e bebês, três meninas entregam flores ao Comandante da operação; Suspensão da ação de reintegração de posse; Nascimento de um bebê no acampamento, em meio a tensão.
29.05.99**	Renegociação define pela realização de um levantamento jurídico sobre a situação da área pelo incra, cadastramento das famílias, fornecimento de cestas básicas
07.06.99**	Carta da Associação dos Moradores e Amigos de Mosqueiro ao Secretário da SSP, Cobrando providências para a reintegração de posse da área; Superintendente do Incra encaminha Ofício ao Prefeito do Município de Belém
08.06.99**	Juíza da Vara Distrital de Mosqueiro manda cumprir a liminar
09.06.99***	Incra divulga laudo técnico da área que diz que não tem condições para agricultura e assentamentos (Superintendente do incra Darwin Boener)
10.06.99**	Juíza Célia Regina Pinheiro da Vara Distrital de Mosqueiro comunica ao TJE que não está sendo cumprida pela Secretaria de Defesa Social a decisão
15.06.99**	A coordenação do MST declara que irão resistir na área, pois o Incra cumpriu com apenas um dos seis itens do acordo firmado
16/06.99*	O Superintendente do incra anunciou a liberação de 667 cestas básicas, após a realização de uma reunião com o MST; O Superintendente afirma que somente a PMB poderá decidir sobre a situação uma vez que a área está inserida em zona metropolitana de Belém.
17.06.99***	A juíza distrital de Mosqueiro determina o prazo de 72 horas para o Secretário Especial de Defesa Social cumprir a determinação de retirada das famílias da área da fazenda TABA
18.06.99***	Na reunião realizada foram formadas três comissões para buscar soluções para a situação da ocupação da Fazenda TABA: Investigar a situação dominial da Fazenda, visita a terras próximas a Castanhal para uma possível transferência das famílias ocupantes, tentativa de adiamento da liminar concedida pelo presidente do TJE à juíza Célia Regina Pinheiro.
18.06.99*	Representante da PMB declara que se a área for de propriedade da CODEM existe possibilidade dessa área ser incorporada em um Projeto de Assentamento.
19.06.99*	A comissão que investiga a cadeia dominial da área da fazenda TABA suspeita que 800 ha pertencem à PMB e de grilagem pela família Gibson, proprietária da empresa TABA
21.09.99***	Cerca de 100 pessoas do MST realizam manifestação pública de protesto contra a intolerância dos governantes contra o MST em todo o País, no Bairro de Carananduba, na Ilha de Mosqueiro, se dirigiram até a Praça de Carananduba e doaram 200 cocos

	ao Posto de Saúde Municipal do Distrito de Mosqueiro
22.06.99*	21 desembargadores que compõem o Órgão Especial do TJE decidiram dilatar o prazo de despejo para cinco dias e também cobrar oficialmente do Governador do Estado que tome providências para o uso da força policial para retirada dos sem terras da fazenda.
23.06.99***	O Incra apresenta duas áreas localizadas em Curuçá e Castanhal para a transferência das famílias ocupantes da fazenda TABA O MST divulga nota oficial afirmando a disposição de permanência na Fazenda e tecendo críticas à decisão tomada pelo TJE, afirmam ainda que caso venha a ocorrer a ação de despejo irão acampar em frente ao prédio do Tribunal.
25.06.99***	Marcada para as 8 horas a operação da PM de desocupação da fazenda, uma vez que não houve acordo com a Comissão de mediação dos Conflitos Agrários. Esta operação deverá ser acompanhada por representantes do Ministério Público (MP), Ordem dos Advogados do Brasil-PA (OAB-PA), Defensoria Pública e Ouvidor Agrário Nacional.
25.06.99**	300 PMs foram mobilizados para a operação de despejo dos trabalhadores rurais sem terra da Fazenda TABA, munidos de escudos, bombas de efeito moral e veículos; desde o dia anterior a PM fechou a fazenda e a estrada de Carananduba. Apenas 48 famílias se encontravam na fazenda; o restante participa da Marcha de Protesto na BR 316 (Castanhal a Belém).
26.06.99***	As famílias que ocupavam a fazenda decidiram sair espontaneamente para evitar confronto com a polícia, se instalando em um posto do DNER pertencente à PMB. foram mobilizados 386 soldados da PM para essa operação, do batalhão de choque, Comando de Operações Especiais (COE) e Polícia Feminina, alunos do Curso de Formação de Soldados do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), da Companhia de Mosqueiro e do Canil. Alguns soldados entraram na fazenda e mesmo não encontrando os ocupantes, derrubaram os barracos.
26.06.99**	Polícia infiltrou um agente disfarçado da polícia civil que acompanhou toda a movimentação do MST, participou de reuniões e assembleias, conseguindo tirar fotos para identificar os líderes do Movimento.
29.06.99***	A Coordenação do MST decide que o acampamento dos trabalhadores que participam da Marcha de Protesto será no INCRA quando chegarem na capital. Alegam que essa decisão foi tomada devido a quebra do acordo entre o Incra e o MST em relação a fazenda TABA.
29.06.99**	Dois dias após a saída das famílias da Fazenda TABA o principal beneficiário, Ulisses Monteiro retomou as atividades de exploração de areia, pedra e barro. A Fazenda está sub-judice, pois os ex-funcionários da TABA entraram com uma ação na Justiça pedindo indenização trabalhista.
30.06.99º	Sem Terra reocupam a Fazenda TABA, afirmando que voltaram porque o INCRA não cumpriu o acordo firmado; ocuparam uma outra parte da propriedade que é da CODEM, segundo a coordenação do movimento. Essa decisão foi tomada por todos os participantes da Marcha de protesto, cerca de 900 famílias, suspendendo a caminhada.
01.07.99*	Entidades do movimento social, da igreja e MST divulga nota de repúdio ao Governo do Estado, denunciando a agressão sofrida e prisão de um trabalhador por ocasião da reocupação.
06.07.99***	As famílias que reocuparam os fundos da Fazenda TABA estão há 7 dias comendo feijão e arroz e se o Incra não liberar as cestas básicas hoje começarão a passar fome. A situação é de tensão e preocupação, principalmente com as crianças. A tensão é maior diante das ameaças sofridas pelos empregados da fazenda.
19.08.99**	O MST montou vigília em frente ao INCRA ontem para reivindicar a imediata desapropriação da Fazenda Bacuri, em Castanhal, e a Fazenda TABA, em Mosqueiro. O Superintendente alega que só poderá resolver o problema quando a PMB solucionar o problema da área; posterior à solução poderá ser implantado o Projeto Casulo.
09.11.99**	O clima de tensão voltou a aumentar na Fazenda Taba, segundo as famílias ocupantes da área, estão sendo ameaçadas pelos 15 funcionários da Taba pra forçá-los a sair do local.
27.11.99**	Uma das pessoas que ocupam a fazenda TABA foi ferida a bala, ontem pela manhã, quando estava, com mais quatro pessoas pegando palha e coco. Antonio levou dois tiros, um na altura do cotovelo e outro embaixo do braço; eles suspeitam dos

	funcionários da fazenda, pois estão recebendo ameaças de morte com frequência.
21.12.99**	Os sem terra reocupam a sede da fazenda, aproximadamente às 4 horas, quando as famílias dos caseiros ainda estavam dormindo. A coordenação do movimento declara que desta vez a ocupação é definitiva.
25.01.2000**	O resultado do relatório sobre a situação da Fazenda TABA feito pelo ITERPA é de que não é apropriada para assentamento porque as áreas são inférteis para agricultura. O MST não concorda com esse resultado, uma vez que realizou seu próprio levantamento e concluiu que a área é produtiva. O MST afirma que permanecerá na área e já existe expectativa de implantação de projetos.
26.01.2000**	O Secretário de Defesa Social envia ofício ao Comandante da PM autorizando o cumprimento de mandado de reintegração de posse da Justiça. O MST divulgou uma nota à sociedade rejeitando o relatório da Comissão de Mediação de Conflitos Agrários, denuncia a exploração inadequada de areia e pedras e reafirma a capacidade dos trabalhadores rurais sem terra de transformar a terra improdutiva e devastada em terra produtiva.
28.01.2000**	Após a ameaça de uma nova ação de desocupação da Fazenda Taba, os representantes do MST, Fetagri, Cáritas, CPT, PMB reuniram com o Secretário de Defesa Social, Paulo Sette Câmara para pedir um novo prazo, até 3 de fevereiro, na tentativa de derrubar na Justiça a liminar de reintegração de posse concedida em favor do proprietário da fazenda.

Fontes: *Manaças; *O Diário do Pará; **O Liberal; ***A Província do Pará.

ANEXO 2 Assentamentos e Acampamentos do MST-PA por regional

Regional	Secretaria	Áreas	Nº Famílias	Município
Carajás	Parauapebas (Ref. Assent. Palmares)	Assent. Palmares	517	Parauapebas
		Assent. 17 de Abril	687	Eldorado
		Assent. Onalício Barros	68	Parauapebas
		Assent. Cabanos	85	Eldorado
		Acamp. Canudos	65	Eldorado
Araguaia	Marabá (Secretaria Estadual)	Assent. 1º de Março	328	S. João do Araguaia
		Acamp. 26 de Março	270	Marabá
		Assent. Chico Mendes I	109	Baião/Tucuruí
		Assent. Chico Mendes II		Pacajá/Tucuruí
		Assent. 08 de Março	30	Pacajá/Tucuruí
	Acamp. Salvador Allende	70	Marabá	
Cabana	Castanhal	Assent. João Batista	150	Castanhal
		Assent. Mártires de Abril	91	Belém
		Acamp. Quintino Lira	300	Irituia
		Acamp. Rosa Luxemburgo	300	Castanhal
		Acamp. Paulo Fonteles	57	Belém
		Acamp. Elisabete Teixeira	29	Belém
		Acamp. Roseli Nunes	70	Castanhal
		Acamp. Iza Cunha	297	Santa Isabel do Pará
	Belém (Escritório Político)			

Fonte: MST/PA (05.Janeiro/2004)

ANEXO 3 - Os Assentamentos e Acampamentos do MST no Estado do Pará

Assentamentos/ Acampamentos	Local / Município	Área total (há)	Área dos lotes (ha)	Nº de famílias	Produção	Forma de organização	Data da ocupação	Data do Dec. do PA
Ass.Palmares	Parauapebas	14.850	25	517	Roça: feijão, arroz, mandioca e milho; gado; criação de pequenos animais; Cultura permanente; horticultura	Associação; Lotes individuais e Núcleos de produção coletiva; coordenação do Assentamento; coletivos de setores.	1994	1995
Ass.Onalício Barros	Parauapebas	1.800	25	68	Roça: arroz, milho, mandioca e fava. Criação de animais: gado.	Associação; núcleos de base (coletivos, semi coletivos e individuais); coordenação do Assentamento.	1998	2000
Ass.17 de Abril	Eldorado de Carajás	18.000	25	687	Roça: arroz, feijão, milho, mandioca e fava. Cultura permanente: cupuaçu, banana, coco, café, maracujá. Criações de animais: pequenos (galinha caipira, pato e peixe); médio (porco); grande (gado);	Associação; núcleos de base (individuais, semi coletivos e coletivos); coordenação do assentamento e coletivos de setores.	1996	1997
Ass. 1º de Março	São João do Araguaia	10.960	28	328	Roça: arroz, milho, mandioca, feijão e fava. Cultura permanente: açaí, cupuaçu, banana, café, pimenta do reino, maracujá. Criações: pequenas (pato, galinha e peixes), médio (porco) e grande (gado)	Associação; núcleos de base (individuais, coletivos e semi coletivos), coordenação do Assentamento e coletivos de setores	01/03/1997	1998
Ass. Chico Mendes I	Baião/Tucuruí	3.050	50	39	Extrativismo: açaí, cupuaçu e castanha do Pará. Caça	Núcleos de famílias	1998	2000
Ass. Chico Mendes II	Pacajá/Tucuruí	3.450	50	70	Extrativismo: açaí, cupuaçu e castanha do Pará; caça	Núcleos de famílias	1998	2000
Ass. João Batista II	Castanhal	1.800	11,5*	157	Extrativismo (açaí); cultura permanente; roça de feijão, mandioca, milho; gado de leite; piscicultura; suinocultura; horticultura orgânica; criação de pequenos animais	Associação; Núcleos de famílias; produção coletiva por núcleos; coletivos de setores; coordenação do assentamento	15/11/1998	2000
Ass. Mártires de Abril	Mosqueiro/Belém	457	3,6	91	Consórcio coco x maracujá x cupuaçu x mamão x banana; açaí; galinha caipira; frango de corte; suinocultura; piscicultura; gado de leite; pesca; horticultura orgânica; fábrica de confeccções.	Núcleos de famílias; produção coletiva, produção semi-coletiva, produção individual; coordenação do assentamento; associação	03/05/1999	2001
Ac. 26 de Março	Marabá	9.772	31,5*	270	Roça de milho, feijão, mandioca e arroz; criação de pequenos animais; Horticultura	Grupos de famílias; coletivos de setores	26/03/1999	
Ac. Roseli	Castanhal	2.200	27*	100	Roça: mandioca, milho. horticultura	Grupos de famílias	18/04/2001	

Ac. Elizabete Teixeira	Mosqueiro/Belém	291	2,2*	31	Roça: mandioca. Cultura permanente: coco. Horticultura	Grupos de famílias	09/08/2002	
Ac. Cabanos	Eldorado do Carajás	3.830	45,5*	85	Roça: Arroz, feijão, milho, mandioca. Criação de pequenos animais (galinhas).	Grupos de famílias	1998	
Ac. Canudos	Eldorado do Carajás	3.536	57*	65	Roça: arroz, milho, mandioca. Criação de pequenos animais (galinhas)	Grupos de famílias	1998	
Total				2.508				

Fonte: COOMARSP; DATA LUTA e Secretaria Estadual do MST/PA; março/ 2003.

* Os cálculos foram efetuados tendo como base a área total e o número de famílias.